



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Casa e Rua das Bocas: Regeneração Urbana e Integração Social

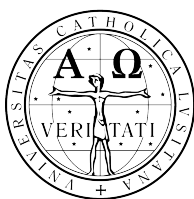
 **BOCAS**

*Trabalho de Projeto apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura*

Por

João Ricardo Gonçalves de Almeida

Novembro de 2013



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Casa e Rua das Bocas: Regeneração Urbana e Integração Social

*Trabalho de Projeto apresentado à Universidade Católica Portuguesa
para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura*

Orientador: Arquiteta Isabel Lacximy Neves Furtado Serôdio

Coorientador: Professor Doutor António da Silva Ferreira de Carvalho

Coorientador: Professora Doutora Carina Gisela Sousa Gomes

Por

(João Ricardo Gonçalves de Almeida)

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora arquiteta Isabel Furtado e aos meus co-orientadores, doutor arquiteto António Carvalho e à socióloga professora doutora Carina Gomes por o esforço, paciência e dedicação que sempre tiveram comigo.

Ao senhor Miguel Alves, que gentilmente nos deu acesso a documentação e à sua propriedade, sem a qual o desenvolvimento deste trabalho teria sido difícil.

Agradeço também aos meus amigos, pelo apoio, pois sem este, teria tornado esta fase muito mais complicada, aos professores, por a paciência e tolerância que tiveram comigo nos últimos cinco anos da minha vida académica, também por todo o conhecimento e paixão que me inculcaram sobre a arquitetura por me apresentarem a uma área, onde se diz que já nada se inventa, mas no entanto a quantidade de combinações possíveis são inesgotáveis. Agradeço também à Universidade por as oportunidades que me forneceu de experimentar e aplicar arquitetura.

Por todo o tempo que não estive presente, por toda a compreensão e carinho, agradeço à minha mãe, que apesar de muitas vezes não compreender as minhas decisões, as respeita e incondicionalmente me apoiou ao longo do meu curto percurso. Por fim mas não menos importante, agradeço também à minha namorada, que esteve sempre ao meu lado, me apoiou e que sempre acreditou em mim.

Sem vocês, sem o vosso apoio, paciência, amor e compreensão nada disto seria possível. Estarei-vos para sempre grato por me ajudarem na conclusão duma das mais importantes fases da minha vida.

Resumo

Tendo em conta a actual conjuntura, que nos afeta nas mais diversas áreas, sejam ela a arquitectura ou finanças, a arquitectura assume um papel que pode ser preponderante na procura de um caminho, na busca de uma solução. Esta deve ser vista como uma área que a todos toca e influência, porque arquitectura é a cidade, é a rua e o edifício e acima de tudo arquitectura é desenvolvida para as pessoas e com as pessoas.

Com este trabalho propõe-se analisar o papel da reabilitação enquanto fator de regeneração urbana e integração social. A reabilitação abre um leque de possibilidades através da sua aplicação no edificado e no espaço público, evidenciando-se não apenas como solução, mas também como um ato político, social e estratégico. As cidades que procuram um crescimento sustentável, assumem a reabilitação como um elemento crucial ao seu desenvolvimento. O seu papel é fundamental para a revitalização, social, económica e espacial da cidade. Denote-se a sua inclusão nas estratégias de promoção a um desenvolvimento urbano sustentável.

Com base numa série de fatores inerentes ao espaço urbano, este trabalho, procura determinar as razões que estão na origem da desertificação dos núcleos históricos, que conduzem à sua conseqüente degradação e originam fenómenos como segregação física dos espaços e à exclusão social.

Para demonstrar a possível relação das temáticas abordadas neste trabalho é exposto um caso prático: a reabilitação da Casa das Bocas e uma intervenção no espaço público da rua João Mendes, com o intuito de promover a urbanidade dos diferentes espaços urbanos.

Palavras-chave: arquitetura, regeneração urbana, reabilitação, cidades criativas, acessibilidade

Abstract

Given the current economic climate, which affects us in many different areas, whether it's architecture or finance, architecture assumes a role that can be predominant in search of a path for a solution.

This should be seen as an area that touches and influence everyone, because architecture is the city, is the street and the building, and above all architecture is developed for people and with people.

This work aims to analyze the role of rehabilitation as a factor of urban regeneration and social integration. The rehabilitation opens up a range of possibilities through its application in buildings and in public spaces, showing not only as a solution, but also as a political, social and strategic act. The cities that seek a sustainable growth, assume rehabilitation as a crucial element for their development. The role of rehabilitation is critical to the revitalization of social, economic and spatial aspects. Denote that rehabilitation is included in strategies to promote sustainable urban development.

Based on a number of factors inherent in the urban space, this paper seeks to identify the reasons that underlie the historic cores desertification, leading to their degradation and consequent phenomena originate as physical segregation of spaces and social exclusion.

To demonstrate the possible relationship of the subjects addressed in this work is exposed a practical case: the rehabilitation of a building “Casa da Bocas” and an intervention in the public space of a street (rua João Mendes), with the aim of promoting the urbanity of different urban spaces.

Keywords: architecture; urban regeneration, rehabilitation, creative cities, accessibility

.....

Índice

Introdução	1
A arquitetura	5
Perceção dos espaços	8
A prática	9
O habitar - 13	13
Diversidade	14
Reabilitação e Regeneração Urbana	17
Contexto	17
O novo paradigma	18
Núcleos Históricos	23
Cidades Criativas	27
Potencialidades	30
O lugar	31
O ambiente físico	34
Acessibilidade	37
processo inclusivo	40
O envelhecimento populacional	43
Metodologia	49

Casos de Estudo

a criatividade associada à arquitetura e ao território - 55

GNRation, Braga, 2012 ————— 55

Programa ————— 55

Regenerar - Reabilitar - Renovar ————— 57

Jardins Efêmeros, Viseu, 2013 ————— 58

Processo ————— 60

Apresentação nos Jardins Efêmeros ————— 61

Proposta ————— 65

A Cidade ————— 67

Desertificação do centro histórico ————— 71

A rua e o contexto da Intervenção ————— 71

Funcionamento ————— 72

A propriedade ————— 78

Natureza da intervenção ————— 79

Composição e distribuição programática ————— 81

A imagem ————— 87

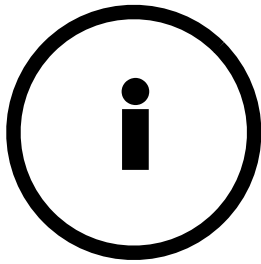
Provocação enquanto estímulo ————— 88

Conclusão ————— 91

Bibliografia ————— 93

índice de imagens ————— 99

Anexos ————— 101



Introdução

A arquitetura no que toca à cidade sempre assumiu um papel preponderante na qualidade ambiental dos espaços. A cidade é palco de vivências, tradições e contrastes, é o lugar da casa e do apartamento, dos serviços, do comércio e dos equipamentos, é paisagem, é do coletivo e do individual. A cidade deve ser entendida como um ser mutável, que frequentemente se transforma. Nesse processo geram-se espaços novos e transformam-se espaços existentes. O crescimento muitas vezes é lento e controlado, como também pode ser rápido e desorganizado. Tudo isto implica um conjunto de fatores de diferentes ordens (ecológica, arquitetónica, económica, social) que direta ou indiretamente afetam a vida dos cidadãos assim como a vivência dos espaços.

O processo de evolução da cidade muitas vezes acarreta consequências para alguns dos seus espaços, nomeadamente os núcleos históricos. Quando os modos de vida se alteram e estes não acompanham essa mudança, muitas vezes verificam-se fenómenos como a segregação espacial e a exclusão social.

O presente trabalho demonstra qual o papel da reabilitação, enquanto fator de regeneração urbana e integração social em zonas históricas em degradação, promove o espaço construído como elemento indispensável e fundamental para a identidade e história da cidade, tem em consideração a opinião das pessoas afetadas a este tipo de zonas, contribuindo para a resposta apresentada neste trabalho

Relacionando a arquitetura com o indivíduo e as suas perceções do espaço,

O presente trabalho estabelece uma relação entre a arquitetura, enquanto disciplina e prática, com uma série de outras disciplinas, implícitas à proposta apresentada, de forma a justificar e a contextualizar as opções tomadas na fase prática de projeto integrado em reabilitação. Procura explorar temáticas como a regeneração urbana e a inclusão social por via da arquitetura.

A estruturação do trabalho divide-se em três partes: uma primeira em que a abordagem incide sobre o campo teórico, onde são desenvolvidos temas que servem como fundamento teoricamente para o trabalho; uma segunda, onde são analisadas duas obras, tomadas como referência para a proposta que serve de base para este trabalho académico e que em parte o ajudam a corroborar; a terceira que descreve a intervenção proposta para o projeto integrado em reabilitação, pensado para um edifício (casa das bocas) localizado na rua João Mendes, em Viseu. Proposta esta que se estende além do edifício, trabalhando também a rua e o espaço público do bairro da Misericórdia.

A primeira parte subdivide-se em cinco capítulos: Arquitetura; Regeneração urbana; Cidades criativas; Acessibilidades; Envelhecimento da população.

No capítulo da arquitetura abordam-se temas relacionados com esta disciplina, faz-se uma pequena reflexão sobre a perceção dos espaços, a forma como o indivíduo se relaciona com estes e como a arquitetura para isso contribui. Procura explorar o exercício e a prática da arquitetura, o habitar como influência e o seu reflexo no trabalho do arquiteto e, finalmente, a diversidade, como ferramenta na construção e definição dos espaços.

O segundo capítulo aborda a reabilitação e a regeneração urbana. Procura descrever como a reabilitação pode ser uma força motriz para a regeneração urbana, fazendo um enquadramento desta temática nos nossos dias, estabelecendo relação entre o território e a população em geral.

O terceiro capítulo analisa o modelo das cidades criativas, como uma possível abordagem ao território; explora a relação que se pode estabelecer entre as indústrias criativas e o território, assim como a forma como este modelo pode potenciá-lo, mantendo uma forte relação com o lugar e respeitando o ambiente físico onde se instalam, sendo este modelo aplicado na terceira parte deste trabalho, como parte do conceito para a proposta que é apresentada.

O quarto capítulo incide sobre a temática das acessibilidades, lida com o campo da inclusão física e social dos espaços, englobando esta temática no projeto. Explora de que forma é possível utilizar os espaços como elemento de promoção da igualdade dos cidadãos, tornando-os assim inclusivos.

O quinto e último capítulo aborda o envelhecimento populacional, faz um retrato de uma realidade presente na nossa sociedade. Pretende transmitir a necessidade da inclusão das acessibilidades no trabalho dos projetistas, respondendo às necessidades da camada mais envelhecida da população, relacionando dados e projeções estatísticas sobre o país e sobre a área de intervenção deste projeto.

A segunda parte usa dois estudos de caso como referência e sustentação das opções tomadas na terceira e última parte deste trabalho. Estuda as opções tomadas no que diz respeito ao suporte assim como a sua envolvente.

Para isso, faz recurso do projeto GNRation, Braga sede da capital europeia da juventude, um edifício pensado para albergar jovens criativos. O segundo estudo de caso, faz uma análise dos Jardins Efémeros, uma iniciativa que ocorre anualmente em Viseu e que explora as potencialidades do centro histórico, enquanto palco para a criatividade.

A terceira e última parte consiste na apresentação e respetiva justificação de uma proposta para uma zona de caráter histórico na cidade de Viseu. Nesta englobam-se todas as temáticas da primeira parte e relacionam-se diretamente com os casos de estudo

apresentados na segunda parte. O projeto incide numa rua muito peculiar, que ao longo dos tempos se foi desagregando do resto da cidade.



“Não parar para olhar, porque nada do que poderíamos ver se deteve por um instante em si próprio para ser um mistério e um segredo.”

Freitag (2004, p.10)

O espaço urbano, cada vez mais urbano, tem diversos modos de vida associados. Modos de vida feitos de rotinas, feitos de celeridade, de padrões e de regras.

Mecanizado é o termo que melhor pode explicar o modo de vida em cidade. Essa mecanização, em parte, pode ser quebrada pela arquitetura. Esta disciplina deverá promover a diversidade, por oposição à rigidez da repetição, que retira vida e torna os espaços monótonos (Jacobs 2009 [1961]). Assim pode tornar os espaços mais apelativos, com mais oferta, retirando parte da estática que contribui para a falta de uso dos espaços. A arquitetura ganhará assim a capacidade de nos fazer parar, incentivando-nos a viver e a sentir os espaços.

“A arquitectura é complexa. Existe como esboço, plano, modelo, animação computadorizada e, finalmente, como corpo e espaço. A arquitectura é teórica ou manual, privada ou pública, para maiorias ou polarizante, retórica ou factual, física ou utópica, transitória ou pensada para a eternidade. E, de certo modo, marca-nos a todos, o nosso quotidiano, a nossa perspectiva do mundo, o nosso ser.”

Kung M. (2006, p.9)

A arquitetura é a disciplina que cria o cenário onde se estabelecem usos e vivências mas primariamente e antes de tudo, é a disciplina que nos agrega a um determinado território e que lhe designa, reforça ou transforma uma identidade.

A arquitectura deverá fazer uma articulação harmoniosa entre a base (território), o cenário (a construção) e os atores (utilizadores do espaço). A arquitetura apresenta-se, então, como uma das disciplinas que agrega a sociedade e, ao mesmo tempo, deverá ter a capacidade de conter, em si, a capacidade de criar espaços interessantes que quebrem a rotina, independentemente do seu uso ou da tipologia que apresentem.

Através do processo de edificação, não se pretende que a arquitetura segregue espaços, que os separe da sua génese. O verdadeiro ato arquitetónico consiste na delimitação de um espaço, com o intuito de torna-lo mais humanizado. Delimitar um espaço onde se constróem atividades e ações. Esse limite não deve ser assumido como uma barreira, ou uma imposição, mas sim como um guião para essas ações. O seu verdadeiro objetivo é dar a um corpo (construção), uma alma. Criar um espaço que em simultâneo preserve ou reforce a identidade do lugar onde se edifica.

Podemos então afirmar que a arquitetura funciona em virtude do indivíduo e das suas vivências. E é através desta que se desenrola a sua vida em sociedade, em cidade. Esta é um marco temporal, pois regista e espelha uma sociedade ao longo dos tempos, através da construção e da maneira que esta se integra no território. Como menciona **Rodrigues (2002, p.33)** a arquitetura não define o social, mas ajuda-nos a compreendê-lo.

“À medida que entramos num espaço, o espaço entra em nós, e a experiência é essencialmente uma troca e fusão do objecto e do sujeito”

Pallasmaa (2012 p.14)

O seu impacto não deverá ser apenas visual. A produção arquitetónica apresenta-se através de atmosferas, ambientes, através de elementos que transmitem sentimentos e apelam aos sentidos. É uma produção que estabelece relações através da materialidade e

da imaginação por ação do impacto que provoca em cada um dos espectadores. É uma ação que cria e apela memórias.

“Tudo nesta cozinha era como nas cozinhas tradicionais costumava ser. Não havia nada de especial nela. Mas talvez esteja tão presente na minha memória como síntese de uma cozinha precisamente por ser de uma forma quase natural apenas uma cozinha. A atmosfera desta sala associou-se para sempre à minha imagem de cozinha.”

Zumthor (2009, p.7)

O impacto é produzido, através dos elementos que compõem o espaço, dos materiais, da relação com um determinado lugar, pela forma como a luz incide sobre o corpo construído e também pela forma como esse corpo deixa a luz penetrar no seu interior, pela cor, pelas texturas e pelos cheiros próprios de cada um dos materiais. Deverão ter sempre a capacidade de nos marcar, de ficarem retidos na nossa memória.

No processo de concepção arquitetônica, à que adicionar também o que define cada indivíduo, os seus gostos, as suas vivências, as suas percepções. Portanto, naturalmente, a relação que a arquitetura, seja ela pública ou privada, interage com cada um de nós de uma maneira muito própria, podendo sempre existir pontos comuns entre indivíduos, pontos esses que vão determinar se o corpo construído é ou não bem aceite no seu contexto.

“Um espaço ou um lugar é uma imagem, uma ”criatura” mental ou neurológica, uma experiência singular, que é fundida com a nossa própria experiência existencial e cognitiva.”

Pallasmaa (2012, p.15)

A nossa percepção do espaço determina se este nos agrada ou não. Essa percepção concretiza-se com base nas nossas experiências pessoais. Logo, a nossa condição

enquanto seres humanos, ou seja, as nossas limitações, os nossos medos, são preponderantes na percepção e avaliação dos espaços.

Pode-se então afirmar que um espaço estará sempre associado a uma imagem mental e essa imagem é construída com a sua génese nas nossas percepções.

[Percepção dos espaços]

A capacidade que a arquitetura tem de fazer parar (marcar) as pessoas

A arquitetura não pode ser vista como uma disciplina tecnocrata. É algo mais. Existe toda uma componente teórica e social de suporte a uma técnica. A técnica serve de base a uma solução puramente estrutural, ou seja, resolve fisicamente um problema. Por sua vez, a arquitetura procura resolver também uma série de questões ou bases que sustentam teoricamente um corpo físico, preenche um elemento físico, atribui-lhe uma identidade. O corpo físico, sem essa base, não passa de um elemento obsoleto. Como tudo o que não tem alma, acaba no desuso, pois não promove uma interação enriquecedora (ao nível dos sentidos). O espaço tem de nos oferecer algo, sem isso arriscar-se-á a torna-se apenas um lugar de passagem, quando este dever ser um lugar (*genius loci*), local de interação entre lugar e identidade (Norberg-Schulz, C., 1980).

A arquitetura, enquanto área multidisciplinar, é fortemente influenciada. Na atual conjuntura, a economia é uma das suas matrizes, mas não se deve cair no erro de pensar apenas um projecto em torno do seu custo, pois isso poderá por em causa a sua qualidade e até a integridade do arquiteto, enquanto projetista e, conseqüentemente, prejudicar a resposta que este oferece.

Abordar a relação que o indivíduo tem com o edificado no contexto de cidade, é de alguma forma abordar como se estabelece uma identidade com o local de uma perspectiva pessoal, mas já condicionada, pois procura ter em conta que este é um espaço comum a outras pessoas.

[A prática]

A forma como se processa a arquitetura, é hoje confrontada com novos problemas.

Atualmente, questões como a sustentabilidade (social, económica e ecológica) e a democracia dos espaços elevam a prática da arquitetura para outro patamar. Equacionando (na vertente pública) a natureza das intervenções.

Por questões dessa ordem, primeiro reconhece-se que o planeamento é um instrumento fundamental para o território. Contribui para que os espaços não apareçam por mero capricho político, o que contribui para uma melhor gestão das intervenções, questionando a sua viabilidade, e forma como estas intervenções se processam. Em segundo a sustentabilidade assume especial relevância, pois nesta deverá estar implícito um processo de planeamento mais democrático, que engloba muitas outras disciplinas. No que diz respeito ao planeamento, a arquitetura deixa de ser apenas a expressão de um ato político e passa a ser também um ato social.

“A arquitectura é apenas arquitectura, mas pode oferecer um espaço que não mantenha as pessoas fora, que as integre, ou que tenha outro tipo de potencial. É isso que podemos fazer, mas não mais do que isso.”

P. de M. - A arquitectura é como um carro. Podemos usar um carro para salvar pessoas, como acontece com uma ambulância, ou para matar pessoas, se lhe pusermos uma bomba dentro. Na história, estádios foram usados como prisões. Não acredito que a arquitectura por si só possa resolver os problemas ou tornar o mundo melhor. Pode ajudar, mas é uma ajuda e não uma solução.”

Herzog J. e Meuron P. (2011)

A prática da arquitetura, em muito se assemelha à construção, transforma-se, adapta-se e reinventa-se, mantendo na sua génese o objetivo de dar a melhor resposta possível a um determinado problema. Cabe ao arquiteto acompanhar a mudança do meio que o rodeia, observando, estudando e propondo com base nos seus conhecimentos, o caminho que a sua prática deve tomar.

A arquitetura enquanto ícone, num contexto sustentável.

A imagem transmitida por arquitetura, foi sempre a associada a grandes empreendimentos, projetos em que a descrição era pouca, criando a imagem do arquiteto estrela, promovendo a arquitetura como se de uma marca tratasse.

Uma imagem que pode ser benéfica no sentido que demonstra a capacidade que o homem tem em criar algo, com magnitude e grandiosidade. Esse status atribuído por a profissão a alguns arquitetos por sua vez também poderá transmitir uma ideia negativa, pois pode subentender-se que o projeto de arquitetura não é acessível ao mais comum dos cidadãos.

Tendências

“Mas é claro que há diferentes tipos de arquitectos, e por detrás do nome e da marca estão seres humanos. Nós oferecemos sempre uma grande diversidade de coisas, e não apenas formas exageradas ou luxuosas. Por isso

achamos que podemos oferecer um contributo em tempos que são completamente diferentes daqueles que vimos até há três ou quatro anos.”

Herzog J. (2011)

Em arquitectura tudo é cíclico (Herzog, 2011), assume que perante os novos tempos, a prática da arquitetura terá de ser como a sua área de trabalho, mutável. Perante isto o arquiteto poderá exercer a sua prática noutras vertentes, estas também inseridas na sua formação mas por vezes, descuradas.

A arquitectura e a sua ligação às pessoas.

O processo de projeto, poderá ser entendido em duas fases. Segundo **Muga (2006, p.11)**, a primeira fase está ligada ao processo criativo, levada a cabo pelo arquiteto, cujo o processo leva à concretização de algo; e uma segunda fase, talvez a mais importante, a da utilização de um espaço projetado e construído por parte dos indivíduos.

Podemos então afirmar que um projecto cria uma relação entre o arquitecto e o utilizador dos espaços que este projeta. Relação que se deverá assemelhar a uma simbiose, pois pretende-se que seja vantajosa para ambos.

Neste processo, a comunicação entre os diferentes intervenientes é fundamental. Com isto não se pretende que o arquiteto perca a sua autonomia enquanto projetista, mas sim que seja munido de informação, que o seu cliente foi absorvendo, da relação que este teve com os espaços. Como Zevi (2009) afirma, o espaço, para ser realmente compreendido, necessita de uma quarta e quinta dimensão, para além das três mais conhecidas: ponto, linha, plano, ou seja o uso e a passagem do tempo (o primeiro implica o segundo). Daqui decorre que o espaço enquanto arquitetura só o é quando vivenciado.

Só assim poderá responder melhor às reais necessidades do utilizador, filtrando no processo tudo aquilo que é acessório / desnecessário, tudo aquilo que possa surgir mas não contenha uma relevância assinalável.

“...a arquitectura é uma coisa muito honesta, não podemos enganar os outros.

Temos de responder ao nosso tempo. E hoje ninguém quer formas desnecessárias, decorativas, o luxo pelo luxo. Houve um tempo em que as pessoas viviam num universo muito mais hedonista, queriam apenas ser entretidas. Nunca gostámos muito disso, mas claro que fizemos trabalho que foi muito experimental, testando essa parte da nossa disciplina. É importante testar as fronteiras de uma disciplina para podermos inovar.”

Herzog J. (2011)

Essa relação entre o arquiteto e o processo, apresenta-se muitas vezes confusa para o cliente. Tal facto deve-se, em parte, ao início do processo de arquitectura. O processo passa pelas três primeiras dimensões referidas também por **Távora (2008 [1962], p.11)**: a criação de uma imagem mental, de um determinado espaço é algo pessoal e de difícil transmissão a outros indivíduos.

O campo de trabalho apresenta-se como uma tela abstrata de formato estranho e dimensões por vezes sem lógica, que aos poucos se vai moldando e racionalizando até se transcrever no papel sobre a forma de uma planta, perspectiva ou até mesmo de um pormenor construtivo.

“... a arquitectura não se explica, pelo menos de uma forma simples e objectiva; simplesmente porque a arquitectura é uma das actividades mais complexas, ao mesmo tempo mais subjectivas, a que a humanidade se dedica.”

Rodrigues, S. F. (2009)

A imagem que é gerada mentalmente pelo arquiteto não é facilmente discernida por outras pessoas, mesmo quando esta é expressa através do desenho. O ser humano, no que toca à espacialidade, tem mais facilidade em avaliar um determinado espaço através do seu uso, do que através de uma representação abstrata desse mesmo espaço.

Pallasmaa (2005) afirma que, nas civilizações mais tradicionais, os espaços projetados são um reflexo dos seus movimentos, das suas ações corporais. Ou seja, o espaço é, numa fase inicial, avaliado fisicamente (de uma forma instintiva, quase primordial), pelas sensações que obtemos através do uso desse espaço, só depois através da visão.

É, portanto, importante repensar a forma como o projeto é apresentado ao cliente, sustentar o seu conceito, com base nas experiências de vida do seu cliente, exemplificando e apelando às sensações que este obteve de determinados espaços.

[o habitar]

“Também a arquitectura apela a um sentido aprofundado de materialidade, gravidade e realidade, não a um ar de entretenimento ou fantasia.”

Pallasmaa (2012, p.18)

Existe uma componente de identidade muito patente na construção de um edifício. Este, de certo modo, não é mais do que o reflexo de um cliente, espelhado pela mão de um arquiteto. que também lhe agrega, numa composição formal, todo um conjunto de elementos, como a paisagem, os materiais, os espaços e as relações que estes estabelecem entre si. A tudo isto acrescenta-se uma perspetiva, um misto entre sentimentos e intelecto (**Zumthor, 2009, p.21**) do próprio arquiteto sobre o problema que lhe é apresentado.

No caso da arquitetura, projetar e construir ao serviço do público, remete-nos para a questão da participação pública. Como se representam os indivíduos num elemento de carácter colectivo? Como é obvio e ao falarmos de cidade, teremos de falar em cedências, pois a cidade é de todos e não é de ninguém, é uma base, que para seu sucesso tem de ser partilhada, por todos.

A cedência deve ser um fato constatado por todos os intervenientes e não apenas por uma parte deles, mas também o projeto poderá englobar uma vontade comum, mantendo o equilíbrio entre o que os indivíduos perdem ou ganham com uma determinada proposta. Pode-se afirmar que a arquitetura para além de retratar a vontade de um indivíduo, recriando os traços da sua identidade na construção, pode também ser a representação da identidade e da vontade de uma comunidade.

[Diversidade]

“Não resta dúvida de que as áreas urbanas com diversidade emergente geram usos desconhecidos e imprevisíveis e perspectivas visuais peculiares. Mas não se trata de um inconveniente da diversidade. Trata-se da questão essencial, ou parte dela. Isso está de acordo com uma das atribuições das cidades.”

Jacobs, J. 2009 p.262

A diversidade promove a procura. Isto é, quanto mais um espaço oferece, mais procura esse local obtém. Tenha-se como exemplo as grandes superfícies comerciais, que albergam os mais diversos serviços concentrados num único local. Uma rua, por sua vez, pode oferecer muito mais, uma vez que não é um núcleo. É um eixo que se estende e pode ramificar, levando os utilizadores à descoberta da cidade. A rua, apesar de poder ser distinta do resto da cidade, é um elemento que congrega a cidade. O centro comercial, não questionando a sua importância, tende a fechar-se sobre si próprio.

O espaço, como já foi referido anteriormente, está dependente do seu uso. O uso é um dos elementos que determina a alma, a identidade desse espaço e que o define como lugar.

O espaço é o meio onde o indivíduo se pode expressar, pode estabelecer uma relação com a envolvente ou até mesmo alterar esse meio, de acordo com as suas necessidades. O meio pode ser, natural ou artificialmente mutável. Por meio pode entender-se algo que serve de base, de suporte, de estrutura. Algo, como por exemplo, a rua ou a praça, numa cidade.

Um dos factores que pode fomentar essa mudança é a diversidade, o que não é necessariamente algo negativo. Pelo contrário, a diversidade apresenta-se como um elemento fundamental no uso do espaço. Pois quanto maior a diversidade mais procura há desses espaços.

Tal como o uso determina o sucesso de um lugar, a diversidade serve como um agente dinâmico dos espaços. Esta pode contribuir para quebrar a homogeneidade, factor que pode levar à estagnação devido à sua monotonia.

No entanto a imagem homogénea (no caso da área de intervenção devido à sua escala) não deverá ser considerada negativa pois é importante na harmonia dos espaços, devendo ser compensada pela heterogeneidade de usos, compensar através da mistura de usos - equipamentos, serviços, comércio e habitação.

A diversidade funciona como factor impulsionador de uma determinada região. A diversidade do tipo de usos cria um misto onde ofertas de serviços proporcionam uma mistura de gerações e géneros, promovendo sempre a integração física e social dos cidadãos. Outro dos benefícios da diversidade é que esta promove o peão, uma vez que a proximidade de usos consegue responder a um conjunto de possíveis necessidades.



Contexto

Entre 1960 e 1980 dão-se grandes movimentos migratórios do campo para a cidade. Este êxodo rural acontece porque a população busca por novas oportunidades nas indústrias que se fixavam na cidade. A evolução repentina da cidade, ditada pela industrialização, levava à construção de novos bairros para albergar a população migratória.

Este processo repentino contribuiu para a especulação imobiliária, concentrando e fixando a população em novos espaços, não ocupando os espaços disponíveis, impedindo a ocupação da cidade antiga, contribuindo para o seu processo de desertificação e degradação urbana.

Segundo a **DGDR (1998)**, o crescimento urbano em Portugal foi um processo tardio e esteve diretamente relacionado com o desenvolvimento industrial e com as fracas perspetivas em relação ao futuro que se assentavam nos meios rurais. Em algumas zonas urbanas a população urbana quase que triplicou num intervalo de 20 anos.

“O crescimento urbano concentra-se num período em que não existiam condições económicas e institucionais para responder às necessidades de equipamento do país e das áreas urbanas.”

DGDR, 1998, p.65

Como consequência o solo, principalmente nas periferias, valorizou-se não enquanto área de produção agrícola mas como possível área de construção, o que contribuiu para os

processos especulativos. Processos estes que o planeamento tornava possível, o que em muitas cidades levava à construção de habitações ilegais, sendo estas desprovidas de qualquer qualidade, mas que em simultâneo mostravam ser a alternativa com mais baixo custo.

O automóvel começa a ser um produto mais acessível influenciando a imagem do território, cada vez mais pensada para o seu uso. Proliferando uma rede de infraestruturas rodoviárias sem precedentes, com pouco carácter humano. Uma das principais desvantagens do centro histórico é o facto da sua morfologia nem sempre ser compatível com o tráfego automóvel, levando as pessoas a procurar alternativas fora destes circuitos.

“Por vezes, a degradação física e ambiental destas áreas não torna viável a sua requalificação sem uma intervenção integrada com forte envolvimento do setor público.”

DGDR, 1998, p.66

Os municípios também concentram em si parte desta responsabilidade, pois não consideraram os problemas inerentes à rápida transformação da cidade (DGDR, 1998). Essa transformação cria novas movimentação de fluxos e influência os existentes.

O novo paradigma

A regeneração urbana procura, através da interação de diferentes disciplinas, explorar os recursos políticos, sociais, económicos, patrimoniais e culturais de um território.

Por via de um projeto, procura a requalificação de um espaço na cidade, concentrado os seus esforços no desenho dos espaços, na reconversão parcial ou total do edificado, instigar e vincular a vivência dos espaços, integrando a parcela da população que aí reside.

Esta temática, como já referido, ganha especial destaque após o processo de industrialização, período no qual se fazem sentir as consequências da deslocalização das indústrias do centro da cidade. Os centros urbanos, com o crescimento desenfreado das cidades, caem no esquecimento e a repercussão destas ações são visíveis através do

espaço construído, que agora se encontra degradado. Esta ação negligente também reflete-se socialmente, cria um fenómeno de anomia social, onde as expectativas dos cidadãos se veem influenciadas negativamente por o espaço onde residem (**Merton, R. K., 2002**), algo visível no descuido e até vandalização do espaço público e na percepção de que existem zonas da cidade cujo interesse desapareceu com o tempo.

É um processo relacionado diretamente com a evolução morfológica e social das cidades. A evolução e o crescimento urbano, quando feito, sem controlo, acaba por segregar alguns espaços. A evolução feita até hoje acaba por negligenciar a conservação de alguns espaços na cidade, alguns deles carregados de história e simbolismo, quebrando a harmonia no espaço urbano. O crescimento urbano, é pensado muitas vezes por fases e zonas, quando a abordagem deveria ter em consideração a cidade no seu todo, entendê-la como um organismo vivo dependente de todas as suas partes.

“É preciso valorizar o interesse especializado pelo testemunho histórico e pela forma artística, juntamente com - e muitas vezes contra - os interesses económicos que, na cidade contemporânea, se tornam independentes dos primeiros.”

Benevolo L. (2006, p.74)

Há uma consciencialização, por parte do indivíduo, de que a cidade, enquanto património histórico e cultural, está, em boa parte, na génese da sua identidade.

A cidade é um local composto por dicotomias que são geradas pelo funcionamento da sociedade, que agrega mas em simultâneo pode segregar.

O papel da regeneração e da reabilitação surge como um fator que deverá sempre a integração, por ação da arquitetura, da economia, entre outros.

A questão da reabilitação assume um papel importante nos nossos dias. A actual conjuntura fez repensar a forma como se consome a arquitetura. Esta relevância centra-se numa maior racionalização dos recursos, sejam eles monetários, sociais, culturais ou

patrimoniais. Tende a repensar o que zonas, conjuntos ou edifícios históricos, podem oferecer à cidade, revitalizando-a, usando e apoiado-se nas infraestruturas existentes ao invés de criar novas.

“Dessa tomada de consciência resulta, naturalmente, o desejo de preservar esses antigos conjuntos, alguns dos quais se assumem, cada vez mais nitidamente, como património histórico e cultural...”

Cóias V. (2007, p.3)

O interesse pelo património começa por ser a primeira, se não, a mais importante medida de preservação. A consciencialização do valor que o edificado tem na génese e matriz social e cultural dos cidadãos.

Involuntariamente, a atual conjuntura poderá contribuir em muito para a manutenção do património arquitectónico existente, uma vez que este tipo de trabalhos se mostra mais vantajoso, face ao custos que são inerentes à nova construção.

A vertente da sustentabilidade ligada à construção permite-nos aplicar este conceito, não só à construção, assim como à vivência do espaço, contextualizando a ação e contributo da reabilitação.

A reabilitação pode ser entendida como um factor importante para a regeneração urbana. O seu primeiro impacto surge ao nível da imagem, ou seja, a relação visual que estabelece com as pessoas. Uma melhoria na imagem de um edifício é consequentemente uma melhoria, para o seu espaço envolvente, contribuindo assim para a urbanidade dos espaços. Contribui também para a preservação de uma matriz, adaptando-a. No caso da proposta apresentada neste trabalho, um edifício para novas funções, estendendo os trabalhos ao nível da rua, tornando a proposta num eixo ao invés de um elemento pontual na paisagem urbana.

A arquitetura atua nos nossos dias, por via da reabilitação como ferramenta fundamental na resolução de muitos problemas urbanos, requalificando, regenerando e em simultâneo,

procurando preservar a identidade dos espaços enaltecendo o melhor que estes têm para oferecer.

Em 1992 o conselho da Europa estipulou uma série de normas a implementar no território europeu, com o propósito de melhorar o ambiente urbano de zonas em degradação, de forma a combater o mau ambiente gerado por estas, quer a nível estético quer a nível social (OECD, 1998).

O controlo dos custos relacionados com a construção, começa a apontar agora para a reabilitação como a estratégia mais viável, por oposição à construção nova. A reabilitação mostra-se mais vantajosa e, em certo aspecto, sustentável. Através destes trabalhos, é possível preservar um conjunto de conhecimentos e técnicas de construção tradicional conjugando-as com novos métodos. Estabelecem-se ligações com as pequenas e médias empresas da região, pois são estas que ainda retêm o conhecimento e a prática, para a preservação e manutenção de determinadas técnicas construtivas. A reabilitação acaba por salvaguardar não só o edificado como também o conhecimento científico aplicado, e as antigas técnicas construtivas. Técnicas estas que também são um contributo para a identidade da cidade. Estas ações deverão visar a viabilização de uma parcela de território enquanto campo de oportunidades para os cidadãos, indo de encontro às suas reais necessidades.

Para tal, não se deve desmesurar o campo social fomentando à participação dos principais intervenientes do espaço público, os cidadãos. Esta abordagem permite estabelecer um novo caminho, que leva à preservação do património arquitetónico e consequentemente da população que nele reside (OECD, 1998).

O grande objetivo é reverter o declínio provocado pelo período pós industrial e delinear uma estratégia que salvguarde estes espaços.

A regeneração agora visa não só o património construído como também o social e económico.

“Eu vejo sempre a arquitetura e entendo-a sempre, como um ato estratégico. E talvez por ter essa pretensão estratégica, resulte num tal ato linear, porque é mais fácil controlar futuros desenvolvimentos.”

Araújo, C., 2011

Como tal, o papel da arquitetura pode ser transversal a um conjunto de disciplinas, agregando-as, consolidando-as, assumindo-se, para além de um ato, como uma estratégia. É a forma de as patentear fisicamente a uma parcela de território. Procura ser um processo aberto, inclusivo e equitativo relativamente à qualidade espacial, desenvolvendo o espaço, tornando-o dinâmico, potenciando o território e a comunidade que este agrega.

Núcleos históricos

as novas dinâmicas dos centros históricos - cidades criativas

Os núcleos históricos congregam em si um conjunto de elementos importantes como a história, o património, a cultura e a identidade. São espaços que registam a memória da cidade. São estes elementos que nos ajudam a compreender a complexidade dos núcleos. A mistura e a relação entre estes elementos determinam a qualidade dos espaços e conferem-lhes vida.

“Viver num tal ambiente, quaisquer que sejam os problemas sociais ou económicos, parece contribuir para que a experiência de cada um se torne mais profunda, seja ele marcada por o prazer, pela melancolia ou pela dependência.”

Lynch, K., 2011, p.96

O centro histórico é a resultante da passagem do tempo conjugada com a presença e vivência, na vertente cultural, social e económica da sociedade, vivência essa que é processada num determinado ambiente físico (espaço construído). O tempo, o espaço, a história e o cidadão definem aquilo a que chamamos património assim como os núcleos históricos.

“Património histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela a

*acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua
pertença comum ao passado...”*

Choay, F. (2000, p.11)

Um dos assuntos que mais hoje é abordado, nas nossas cidades, é o problema da desertificação e degradação dos núcleos históricos.

A desertificação dos núcleos históricos é algo que tem afectado negativamente as cidades, processo que teve início com a industrialização. A evolução que lhe está associada implica uma mudança de localização, uma vez que as indústrias necessitam de espaço para crescerem, algo que a velha cidade, não consegue proporcionar, quer pela sua morfologia, quer pela a sua capacidade de suporte para a logística implícita à indústria.

O novo contexto económico decreta novas necessidades espaciais. Com isto, a deslocação do centro da cidade para a periferia assume-se como um fato constatado. O centro histórico entra em decadência, física e social, uma vez que perdeu a sua capacidade de fixar ou atrair pessoas, seja para neles residir ou trabalhar (Fortuna C. 1995).

É necessário equacionar soluções que funcionem como ferramentas no combate à desertificação e desvitalização dos núcleos de carácter histórico.

O processo de desertificação tem consequências sociais e morfológicas nos centros históricos, pois está associado à mudança de uma determinada camada da população, principalmente a camada da população em idade ativa. Essa deslocação leva à desertificação do espaço, que eventualmente leva à sua conseqüente degradação. A dualidade de oferta / procura está diretamente relacionada com estas flutuações da população.

Os centros históricos perdem a capacidade de fixar população por questões como a comodidade, que engloba uma relação da distância ao posto de trabalho, assim como a facilidade com que se chega à habitação. Estes fatores tornam-se nos dias correntes mais importantes do que o próprio ambiente que é proporcionado pelos centros históricos.

A composição mais orgânica dos centros históricos, correspondente a um crescimento urbano mais lento apresenta ser menos versátil para as vivências quotidianas, por comparação com a racionalidade e organização do traçado urbano mais recente, que procura englobar mais infraestruturas e dar respostas aos novos modos de vida.

O simbolismo e até o interesse histórico e cultural destes espaços, só por si não chegam para fixar a população. É necessário o fator económico, que atualmente é uma das forças motrizes que mais impacto tem na vida dos cidadãos e respetivamente na vivência dos espaços por parte destes. É preponderante questionar a sustentabilidade destes espaços, qual a forma de garantir a sua sustentabilidade e viabilidade. Essa sustentabilidade poderá ser sustentada em três bases, a economia, a gestão e a arquitetura (Fortuna C., 1995). A sua interligação é fundamental para a revitalização de zonas com carácter histórico, quer pela preservação do património existente, quer pelas estruturas que nele se vão instalar e impulsionar o seu uso e revitalização, podendo ser a arquitetura por via da esfera política (planeamento) ou por via da intervenção, um agente de mudança (Koolhaas R., 2007).

Os centros históricos são relevantes para a sociedade, uma vez que é neles que se agrega a génese e a identidade de uma determinada comunidade, seja pelas vivências ou pelo património arquitetónico, que não é mais do que um espelho dessa mesma sociedade (Rodrigues, M. J. M. 2002). São importantes, também como agentes de promoção para as cidades, vendendo uma imagem que são precursoras ao nível do turismo e consequentemente da economia desses espaços.

Mas a cidade, enfatizando os núcleos históricos, não deverá viver apenas em torno dos potenciais turísticos que a imagem alberga. Deverá fazer uma gestão dos espaços e do seu uso com mais abrangência, procurando captar ainda mais valências para a sua definição.

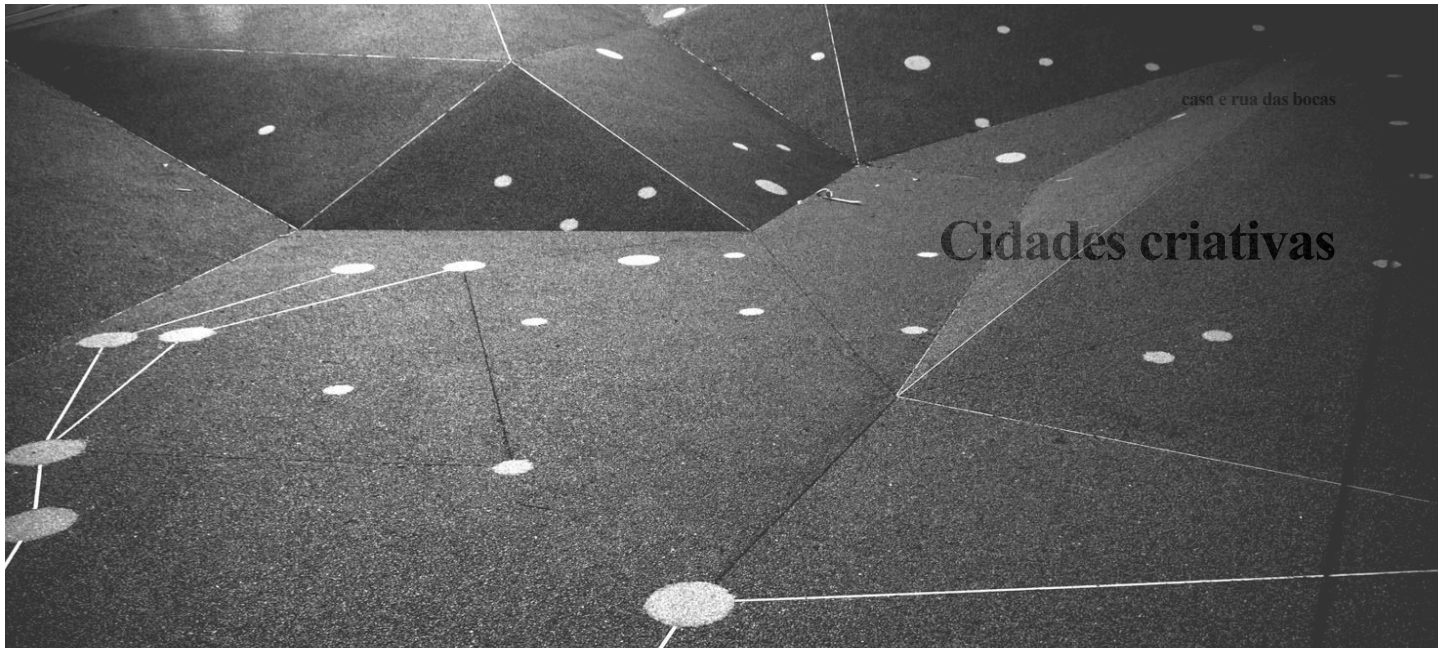
No entanto, a abordagem a este problema não deverá passar pela museologização da cidade histórica. Está claro que esta pode ser vista como uma obra de arte, mas não deverá ser tratada como uma.

“Consistindo em reintroduzir um monumento desafectado no circuito das utilizações vivas, em arrancá-lo a um destino museológico, a reutilização é,

sem dúvida, a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil de valorização patrimonial.”

Choay, F. (2000, p.191)

Os condicionalismos intransigentes originados por esse processo iriam definir por completo as vivências dos espaços. A estratégia de revitalização deverá ter em conta a adaptabilidade dos espaços a novas funções, só assim estas zonas conseguem acompanhar a sociedade que albergam.



“ The creativity of the creative city is about lateral and horizontal thinking, the capacity to see parts and the whole simultaneously as well as the woods and the trees at once.”

Landry (2005, p13)

No final da década de 1980, a noção de criatividade surgiu como um novo modelo empresarial para as cidades. De acordo com esta nova retórica, as cidades e nomeadamente, as zonas históricas (ou zonas degradadas) que se viam agora confrontadas com os fenómenos da segregação espacial e da exclusão social, poderiam ter potencial, para o desenvolvimento de determinadas actividades.

O objectivo deste novo conceito é o de tornar a cidade economicamente mais atractiva e sustentável. Focando-se em modelos económicos com base na criatividade e na cultura, procura estabelecer uma ligação entre a economia e a cultura, potencializando o espaço urbano que serve de palco para estas novas actividades, criando novas dinâmicas e reforçando a cultura existente de um determinado território. A cultura assume um papel fundamental na cidade. Segundo **Ferreira e Gomes (2012, p.25)** a sua presença assume importância na identidade e no modo de vida que se desenrola no espaço urbano.

A transição proposta por este novo modelo, a passagem de uma economia industrial para uma de cariz criativo, determina uma série de factores que fortalecem a identidade de um local, como a atratividade e um novo carácter, a sua ação atua localmente, mas com uma visão global, sobre a sustentabilidade desse espaço. Consta de um estudo feito pela OCDE em 1998 que no mercado cada vez mais global, as políticas então aplicadas se mostravam penosas para as áreas em degradação, mas por oposição, as iniciativas locais começavam também a ganhar relevância, demonstrando a preocupação da população.

“The influence of globalisation on national economies and labour markets, leading to both accentuation of social and economic inequalities, particularly in distressed urban areas disproportionately, but also, paradoxically, increasing the relevance of local initiatives in public policy planning at national level.”

OECD (1998, p.98)

Energia, portanto, um novo paradigma, em que a informação, devido à forma célere como começava a difundir-se, se entende como um negócio próspero e importante para o espaço onde é processado. Hoje, entenda-se a criatividade como algo fundamental para toda e qualquer atividade que desenvolvemos **(Florida, 2012, p.15)**.

Veja-se que passados mais de vinte anos do surgimento deste modelo, este ainda se mostra válido. Como exemplo mais recente, surge o caso da Islândia, um país que, em 2008, declarou falência e a forma encontrada para contornar a situação foi investindo nas indústrias criativas e na cultura.

“Vemos a cultura como base das indústrias criativas, uma parte cada vez mais importante da nossa economia. Quando me nomearam para o Ministério, encarei o

meu mandato como uma questão de sobrevivência. E é isso que pretendo que as pessoas compreendam: a cultura é um fator económico muito importante. O dinheiro que este setor gera iguala o de toda a indústria do alumínio.”

Katrín Jakobsdóttir in Daniel Verdú (2013)

A abordagem face a uma situação, em muito semelhante à que Portugal enfrenta, foi parcialmente colmatada com o recurso à cultura e à criatividade, fomentando a visão de que estas são fundamentais para o desenvolvimento económico do país e que estas não existem apenas como ornamento ou acessório para a população. Assume-se como uma área forte e importantíssima para o desenvolvimento social e económico dos países, regiões e cidades.

“As artes não são um projeto paralelo da boa economia, estão na base do seu estado de saúde.”

Katrín Jakobsdóttir in Daniel Verdú (2013)

Essas atividades geram novas dinâmicas e novos mercados, criando uma nova força económica, que poderá ser usada para a dinamização de espaços que aparentemente se apresentam obsoletos. Tal é a situação da rua João Mendes, na área de intervenção deste trabalho de projeto.

Este processo é exequível a partir do momento em que a informação é tratada como produto, do qual é possível fazer uma transação e, em simultâneo, age como agente de regeneração urbana e social. Ou seja, com o surgimento de uma economia, que dispensa um plataforma de suporte demasiado específica, no que diz respeito à sua produção.

É de salientar, naturalmente, a ligação que se estabelece entre a área (local físico) e as indústrias criativas, com as plataformas de ensino e de investigação, como as universidades e os politécnicos, explorando assim os recursos intelectuais existentes numa determinada zona, criando uma relação recíproca, de troca de conhecimentos, que é benéfica para todos os intervenientes, seja pela promoção das empresas e pelo conhecimento e inovação a que as instituições de ensino estão ligadas.

Portanto, estas indústrias, podem gerar mercados e ofertas de trabalho, através do recrutamento e por a ligação que estabelecem com a comunidade (através de workshops, apresentações e conferências).

Potencialidades (território / comunidade)

No âmbito do presente trabalho, vale a pena, enumerar, também, vantagens justapostas a este modelo. No entanto, a estrutura precisa de uma base para se desenrolar. Como enuncia Landry (2005) é necessário um hardware e um software: o primeiro que implica um espaço, um ambiente físico; o segundo está direcionado à capacidade criativa ligada ao intelecto (emprededorismo).

Este tipo de indústrias procura ser inclusivo na sua abordagem, uma vez que é importante chegar a todos (possíveis futuros clientes), melhorar e expandir uma comunidade, estabelecendo uma forte relação com o local, agindo localmente mas tendo uma abordagem global. A cultura e a criatividade podem portanto agir como agentes catalisadores do espaço urbano (**Ferreira e Gomes, 2012, p.27**)

Esta relação simbiótica entre o espaço, arquitetura, história e comunidade potencializa o território onde se instalam estas indústrias. Os lugares com um carácter mais histórico são, portanto, mais apetecidos, pois inspiram e têm uma forte relação com o turismo, o que de alguma forma pode ajudar à promoção e difusão do trabalho.

Pode-se afirmar, portanto, que as indústrias criativas, quando integradas no tecido histórico da cidade, representam um forte contributo para a regeneração económica, física e social do território e da comunidade que este alberga. Poderão gerar actividades em diferentes períodos do dia, criar novas dinâmicas, aumentando assim o fluxo de pessoas à zona e conseqüentemente fortalecer o sentimento de segurança. Poderão garantir também

a continuidade da história do local e estabelecer uma rutura com as vivências prejudiciais da zona.

No entanto, não se pode é desmesurar o papel do município e da população, que deverá também ser ativo, na gestão e manutenção destes espaços. O sucesso deste tipo de indústrias só se verifica quando todos os beneficiários se envolvem. É processo trabalhoso, dependente do esforço de um conjunto e não de apenas de uma das suas partes.

O lugar

Existe uma filosofia por detrás destas indústrias, segundo a qual um lugar tem mais potencial do que se pensa à primeira vista. Potencial esse, que é desenvolvido em conjunto com esta nova atividade económica. Este tipo de locais tendem a criar as condições para que as pessoas se concentrem no acto de criar (processo mental). Quando garantidas as condições mínimas para o desenvolvimento de trabalho, o ambiente urbano, começa, também, a ser positivamente condicionado, por inércia.

A cultura da criatividade traz benefícios à cidade, pois esta não se confina no interior de um edifício, invade também o espaço público tornando-o dinâmico e atrativo.

“By encouraging creativity and legitimising the use of imagination within the public, private and community spheres the ideasbank of possibilities and potential solutions to any urban problem will be broadened.”

Landry (2005, p.2)



Fonte: P3, Público (ed. online)

fig. 1 -Transformação de
antiga loja em galeria
de exposições fotográficas.
Campanhã, Porto

então necessário um suporte físico para o desenvolvimento de uma atividade e uma mão de obra qualificada e flexível, com capacidade de por uma atividade em prática. Essa mão de obra terá também de ter a capacidade de estabelecer uma comunicação com o espaço / zona (hardware) onde se encontra (edifício, rua). Da mão de obra é também necessário que tenha capacidade intelectual, que aprenda, trate e difunda conhecimento, estabelecendo através deste uma ligação social com o espaço.

Pressupõe-se que isto seja possível, pois às praticas criativas estão associados hábitos e costumes que se cultivam no indivíduo e se espelham, onde e em quem se rodeiam (Florida, 2012, p.16).

“Creativity is thus associated with the rise of new work environments, lifestyles, associations, and neighborhoods, wich in turn ar conducive to create work. Such a broadly creative environment is critical for generating technological creativity and the commercial innovations and wealth that flow from it.”

Florida (2012, p.16)

As indústrias criativas funcionam também como um estímulo, procuram atrair pessoas e melhorar o espaço onde se instalam, fixam população e tentam funcionar como um factor de promoção para a regeneração urbana.

“...the creative ethos pervades everything from our workplace culture to our values and community, reshapes the way we see ourselves as economic and social actors and moldes the core of our very identities”

Florida (2012, p.16)

Uma das ideologias relacionadas com as cidades criativas liga-se ao espaço físico, ao tratamento que este tem e à influência que este tem no ambiente de trabalho. A relação

entre a criatividade e o espaço físico onde esta é contextualizada é de especial relevância, pois existe um interesse em que esse espaço seja cuidado, de forma a que seja atrativo. Verifica-se a necessidade da procura de um caminho que estabeleça uma relação benéfica entre o processo criativo, o ambiente físico e as possíveis relações que se vão estabelecer com a população residente e com a população que se desloca a estes espaços, daí a importância atribuída ao espaço de suporte à actividade, o espaço urbano.

Este processo, de tornar criativo um determinado local, implica uma mudança de mentalidade e de atitude, é necessário que quem utiliza os espaços, seja também um agente ativo na transformação desse mesmo espaço e que não se limitem a aceitar essa mudança.

O ambiente físico

A arquitectura, através do edificado e do espaço público, funciona como um palco, uma infraestrutura de suporte a qualquer actividade. No presente caso, às indústrias / plataformas criativas. É o ambiente, tal como, o espaço físico que fornece as condições para que algo aconteça. Veja-se o caso das inovações introduzidas por Haussman em Paris, as novas avenidas com um desenho pensado para erradicar as rebeliões, pois os pequenos arruamentos facilitavam o seu bloqueio e a criação de barricadas. Portanto o desenho e o tratamento do espaço de suporte não devem ser descurados.

As indústrias criativas poderão ser um forte aliado do planeamento urbano ao explorar os recursos culturais locais. A sua integração no território poderá ser um forte contributo para a resolver os problemas da segregação espacial e da exclusão social desenvolvendo a comunidade local, estabelecendo uma forte ligação às vivências existentes (adapta-se ao meio, não procura que seja o meio a adaptar-se), isto porque o conceito procura aliar diferentes valências, importantes à manutenção dos espaços, promovendo a interação do sector público, privado e voluntário, sendo a troca de experiências o maior ganho para cada uma destas partes.

“ The continuing underlying theme from then on was that arts and cultural activities are creative and the creativity of artis contributes to the vitality of cities making them more interesting and desirable. This includes public artists, street performers or those activities performed insid buildings. At the outset this rarely embraced artists working in modern media.”

Landry (2005, p.6)

A infraestrutura de suporte, pode inicialmente ser um edifício, mas eventualmente alastrar-se à rua, com forte conotação ao território, abrange também a componente cultural desse território, assume-a como algo presente, mesmo que adormecida e não como algo simplesmente se adiciona, procura que na sua introdução, haja como que um reflexo do local, uma resposta, criando oportunidades onde por norma só se vêm problemas.

“... and the holistic notion that every problem is merely an opportunity in disguise; every weakness has a potencial strength and that even the seemingly ‘invisible’ can be made into something positive - that is something that can be made out nothing.”

Landry (2005, p.11)

No decurso de metamorfose da cidade, é importante perceber a forma como esta cresce e desenvolve. A forma de como o tecido é agregado através do uso, que em boa parte integrante dessa transformação.

As estratégias adotadas são cruciais para a sustentabilidade morfológica, estética e social dos espaços. As escolhas feitas para o tecido da cidade são relevantes e devem ser meticulosamente estudadas, de forma a que o uso que aí se estabeleça procure funcionar como motor dinamizador do espaço. Este tipo de metodologia, de abordagem ao território, depende, logicamente de diferentes intervenientes, públicos e privados. O sucesso resulta da conjugação da vontade pública (município), privada (industrias criativas) e da aceitação da população aos novos modos de vida que procuram enraizar-se no território.

Estes espaços independentemente do seu uso, deverão ser sempre pensados e desenhados para as pessoas. Quando isto é tido em consideração, é forte a probabilidade que o espaço seja usado e preservado ao longo dos tempos.

Acessibilidade

A questão das acessibilidades assume-se como uma temática cada vez mais pertinente, uma vez que a sociedade procura ser mais inclusiva. A abordagem que é feita ao indivíduo enquanto utilizador do espaço a que chamamos cidade deveria ser repensada, perante os problemas de segregação espacial que se colocam.

A resolução de uma determinada situação, no que diz respeito à prática da arquitetura, não deve ocorrer somente quando esta nos é colocada, mas sim após uma reflexão sistemática e a consciencialização de que a questão das acessibilidades é um problema fulcral para a nossa sociedade.

O arquiteto tem a função de projetar para o futuro, e ao mesmo tempo conectar os territórios com o passado e com o presente. Como tal, é sua obrigação antecipar e adaptarem o impacto da arquitetura para o seu derradeiro objetivo, através do desenho inclusivo: servir as pessoas nas mais diferentes perspectivas, além das questões funcionais de um determinado espaço.

No entanto, cabe também aos arquitetos serem racionais. Isto implica um profundo conhecimento da cidade e do seu funcionamento, o que poderá, em certa medida, questionar a acessibilidade, entendendo que a cidade é um ser mutável que ao longo dos

tempos se foi alterando, social e morfologicamente. Cabe também aos arquitetos perceber, baseando-se na análise histórica e morfológica da cidade, que esta contém espaços que não são fisicamente acessíveis a toda a gente e que qualquer tipo de intervenção que vise a acessibilidade desses espaços implica uma mudança, uma transformação, que poderá transformar a identidade patente desses espaços (algumas ruas do centro histórico).

A questão da acessibilidade não se deve limitar a dar resposta a uma necessidade física, a de se conseguir vencer, por título de exemplo, determinadas diferenças entre cotas com uma cadeira de rodas. A ideia de acessibilidade não se limita a responder a isto, mas sim à forma de como se faz essa transição entre cotas e à experiência que se obtém dessa ação. Nessa resposta é que a questão das acessibilidades se mostra como uma área interessante. Assim, esta poderá apresenta-se como uma alternativa à resolução de um problema e não como uma imposição projetual à resolução de um problema. É um trabalho que é incumbido ao arquiteto enquanto projetista.

Este perceberá se a sua obra funciona, se conseguir que as pessoas desprovidas de qualquer conhecimento relativamente a um determinado aspecto, (neste caso o acesso/percurso) o usem sem terem a percepção de tal (sem que este se imponha), o espaço da forma que este projetou intencionalmente. Ou seja, o projeto deve ter em conta que não são as pessoas que segregam os espaços mas sim os espaços que segregam as pessoas (Hanson J., 2004).

A acessibilidade deverá, portanto, promover uma intenção projetual ligada às sensações. O espaço deverá comunicar sensorialmente com os utentes e promover a igualdade entre os cidadãos. Tornar os espaços mais ricos com outros elementos para além da sua morfologia. No entanto não se deve designar este aspecto como um ornamento, mas como uma mais-valia, garantindo que qualquer pessoa poderá usufruir do espaço independentemente do tipo de limitação que tenha.

Segundo Hanson J. (2004), o desenho inclusivo deve ser visto como um direito e não como uma necessidade só assim será possível integrar todos os indivíduos de uma forma equitativa, no que diz respeito à utilização do espaço.

O edificado, assim como o espaço público que lhe esta subjacente, deverá garantir portanto a integração de todos os indivíduos através do desenho (abordagem teórica e pratica sobre o problema).

O problema do crescimento do espaço urbano, torna-se fundamental para perceber a necessidade do desenho inclusivo, uma vez que este crescimento se torna inevitável. Segundo as estatísticas nacionais (I.N.E., 2012), em 2050 estima-se que cerca de 80% da população resida em espaços urbanos. Portanto, é necessário que a abordagem sobre os novos espaços se adapte, para que futuramente não se tornem elementos de composição do espaço urbano que contribuam para segregação espacial.

A abordagem deverá procurar saber quais as necessidades das pessoas, recorrendo a dados estatísticos que nos identificam a população residente e que nos mostram as futuras necessidades dessa mesma população. Deverá também recorrer-se a uma abordagem participativa, onde as pessoas através da sua opinião nos dão a conhecer o que seria melhor para o projecto. E, finalmente, considerar o desenho inclusivo como um direito e não como uma necessidade.

É necessário acabar com os estereótipos pois, em alguma fase da vida todos os indivíduos terão algum tipo de dependência.

Segundo Hanson (2004), existem diferentes visões que abordam as limitações: a visão medica, a socio-cultural e a bio-social.

A visão médica refere-se ao indivíduo enquanto alguém que dispõe de todas ou de algumas das suas capacidades devido a um factor de ordem física, como um membro partido, paralisia total ou parcial, resultante de factores naturais ou de acidente. Esta visão é a que mais é relacionada com as questões da acessibilidade. No entanto, não será a melhor abordagem, pois questões, por exemplo culturais, não são abordadas, tornando esta visão limitada. Além disso, esta visão é inevitavelmente segregante, devido à sua associação quase direta a um indivíduo com a sua mobilidade limitada, ou seja a associação à cadeira de rodas, o indivíduo que não é considerado normal.

A visão sócio-cultural, por sua vez, surge, em parte, para combater o estigma criado pela visão médica e refere-se a questões ligadas à segregação que um indivíduo sente em

relação a um determinado espaço ou local e aos sentimentos de insegurança que estes podem gerar. A visão bio-social surge como a junção das duas anteriormente referidas alargando a sua área de estudo, incluindo os factores de ordem anatómica e os factores de ordem social e cultural. A visão bio-social, procura perceber de que forma o indivíduo se sente limitado, concilia o campo físico (anatómico), o campo sensorial e o campo cognitivo.

As abordagens ao espaço deverão ter em conta esta última visão sobre a acessibilidade, de forma a que as resultantes de um projecto sejam inclusivas em todas as suas vertentes.

Processo inclusivo

Entende-se por inclusivo, relativamente a um processo, algo que inclui, que abrange. No contexto deste trabalho, refere-se a um processo de desenho que se reflete na utilização de um determinado espaço, preferencialmente por todo o tipo de pessoas, independentemente do facto destas terem ou não, algum tipo de limitação.

Um ponto importante na abordagem à inclusão dos cidadãos ao espaço a que chamamos cidade está na forma como se entende as limitações. É importante mudar a conotação das limitações. Estas limitações não deverão ser feitas directamente ao indivíduo, uma vez que não é por sua vontade que, de alguma forma, se encontra limitado. Por sua vez deverão ser ligadas directamente aos espaços que este frequenta.

Uma vez que uma limitação poderá ser, em parte, imprevisível, o desenho do espaço público, ou privado, não o é.

O espaço é planeado e projectado, deve ser pensado. Como tal, as limitações, podem ser combatidas, uma vez que é o espaço que se impõe às pessoas. Estas, naturalmente, usam ou veem-se obrigadas a usar os espaços.

O conceito de “viagem perfeita” defendido por Hanson (2004), é exemplo da forma como o espaço em que se geram as vivências deve ser planeado, proclama que qualquer pessoa deve conseguir chegar a todos os espaços, fornecendo para isso, várias alternativas de acesso.

Este conceito ajuda a eliminar fenómenos como o da “pressão ambiental”, ou seja o das sensações negativas que o cidadão extrai de um determinado espaço. Neste caso, os dos espaços que não nos são acessíveis devido a uma limitação, seja ela física ou psicológica. A acessibilidade a um espaço deverá ser, portanto, encarada como um direito e não como uma necessidade, direito este que em boa parte deverá ser garantido pela arquitectura, através da eliminação de barreiras arquitectónicas ou através do projecto de uma alternativa que garanta um espaço acessível e inclusivo. O que garante o sucesso da arquitectura de um espaço, em boa parte, é o seu uso. Portanto quanto mais acessível, mais usado e sucesso este poderá ter.

Para que o espaço seja acessível, em todas as suas diferentes formas, é necessário começar pela eliminação de um estigma. A associação imediata da acessibilidade a uma cadeira de rodas que toma por base uma abordagem médica, de uma temática que é muito mais abrangente. Por exemplo tornar uma rua mais iluminada de forma a tornar o espaço menos assustador durante a noite é tornar esse espaço acessível e não se limita a uma abordagem anatómica. Implica uma limitação social frequente nas cidades, o sentimento de insegurança em alguns espaços públicos.

É, também, importante abordar a acessibilidade no seu tempo útil, que será a longo prazo, de forma a poder calcular o seu real custo. Numa visão a curto prazo, os custos de adaptabilidade dos espaços poderão ser considerados altos, pois um espaço que hoje é acessível com a devida manutenção daqui a 50 anos também o será.

O espaço deverá ser sensorialmente apelativo, garantindo que a experiência que se obtém nos enriquece ou nos afeta positivamente. O espaço público é para além de um espaço de lazer, um espaço de interação entre indivíduos.

Para que isto aconteça, teremos de considerar algumas componentes dentro da acessibilidade, como a informação / orientação, o deslocamento, a comunicação e o uso do espaço de forma a que, além de acessível, este garanta uma experiência que poderá enriquecer o indivíduo enquanto pessoa singular e enquanto elemento de uma comunidade.

Segundo **Dorneles e Ely (2006)** a orientação / informação é a componente que está relacionada com a forma como o indivíduo se desloca e memoriza o espaço com base em sugestões / referências que este lhe disponibiliza, como, por exemplo, uma determinada peça de mobiliário urbano ou uma determinada vegetação. O deslocamento refere-se aos elementos que servem de base à “viagem”, as suas características e a forma como se relacionam com indivíduo, ou seja, o tipo de pavimento, a sua disposição, a disposição do mobiliário urbano. A comunicação está ligada à forma como se estabelecem as relações do indivíduo com o espaço, com a sua morfologia. Finalmente, o uso que está relacionado com a forma de como o espaço é usado tendo em conta o que este oferece aos utilizadores.

Estas componentes mostram-se fundamentais para o uso de qualquer espaço, pois, caso uma delas não se aplique, o espaço, enquanto elemento acessível, falha e deixa de ser inclusivo.

A acessibilidade contraria a segregação das pessoas enquanto cidadãos, pois permite a sua adequada integração em todos os espaços da cidade. Será, portanto, importante integrar esta abordagem na prática da arquitetura. Assumir que a integração das acessibilidades no projeto de arquitetura é assumir que este tem uma responsabilidade com a sociedade, demonstrando que o arquiteto é um profissional que visa o seu trabalho em função da realidade e do futuro dessa mesma sociedade. O projeto deverá ser um processo inclusivo, uma valência que promove a cidadania e aproxima os espaços indiscriminadamente, alargando a profissão e a prática da arquitetura a um leque mais vasto da população.



O envelhecimento populacional

e as novas necessidades nas abordagens arquitectónicas

Uma vez que a população portuguesa se encontra num processo de envelhecimento sem precedentes, é necessário compreender de que forma essa relação vai afectar o espaço a que chamamos cidade e conseqüentemente a sua arquitectura.

“Inicialmente, ninguém dava importância ao envelhecimento demográfico. Hoje, em contrapartida, ele é acusado de estar na origem de parte substancial dos males sociais, políticos, financeiros e mesmo culturais que estão a abalar as sociedades da actualidade.”

Rosa M. J. V.(2012)

O paradigma social, agora, é diferente e, como tal, a abordagem feita no campo da arquitectura também terá de ser diferente. Existe uma crescente necessidade de mudança na conceptualização dos espaços de forma a dar sempre respostas às necessidades dos utilizadores. Neste processo de envelhecimento colectivo para os indivíduos, agora mais envelhecidos e com mais limitações, certos espaços (de uso colectivo, públicos e até privados) necessitam de ser (re)qualificados de forma a garantir o seu bom uso. Com isto, pretende-se manter uma igualdade no que diz respeito à utilização dos espaços, evitando assim uma segregação geracional provocada por barreiras físicas (naturais e arquitectónicas). O papel da arquitectura mostra-se importantíssimo nesta ligação entre

jovens e seniores, uma vez que o palco de encontro e vivências é gerado e mantido, em parte, por esta disciplina.

A arquitetura poderá desempenhar um papel importante no combate do envelhecimento biopsicológico, **segundo Rosa M. J. V.(2012, p.20)**, uma vez que este processo, em boa parte é determinado através das vivências de cada indivíduo. A autora demonstra que o processo de envelhecimento físico difere do mental. A arquitectura, naturalmente, irá afectar esse indivíduo, pois é esta disciplina que lhe proporciona os cenários, os espaços, o palco onde se desenrolam essas vivências, se criam hábitos. Ao mesmo tempo, pode garantir que o envelhecimento cronológico, um processo natural e inevitável, seja um processo mais ameno e mais inclusivo, através do desenho desses “cenários”.

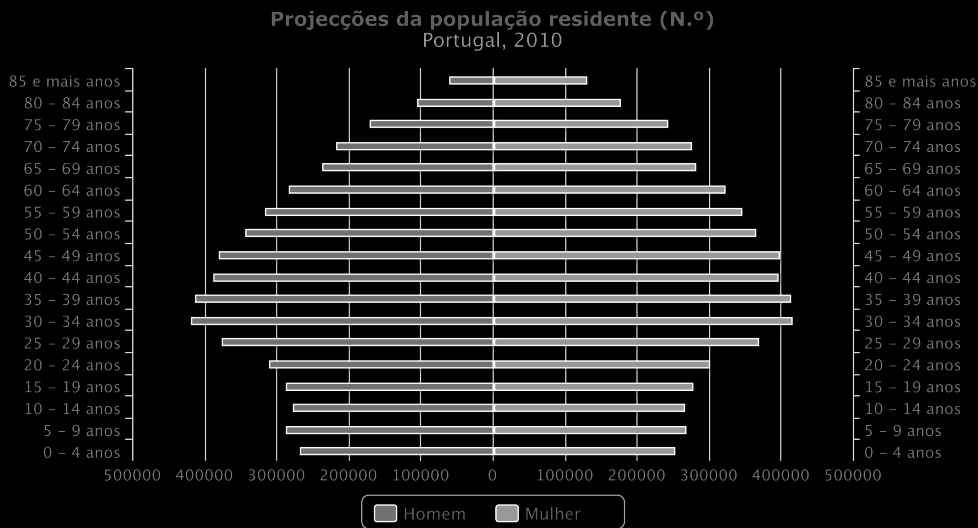
“Atendendo ao índice de longevidade, que mede a relação entre a população mais idosa (75 ou mais anos) e a população idosa (65 ou mais anos), verifica-se que a tendência foi de subida (39,3 em 1991, 41,4 em 2001 e 47,9 em 2011) (Figura 2.4). Esta dinâmica demográfica tem contribuído ativamente para alterar a estrutura etária da população portuguesa no sentido do envelhecimento do topo da estrutura populacional.”

I.N.E., 2013, pp.26-27

Os dados do I.N.E. (ine.pt, 2012) mostram-nos as projecções do envelhecimento da população residente em Portugal em 2010 e em 2060, nas quais podemos ler que se preve um aumento da população idosa. Como podemos constatar na **fig. 2**, em 2010, a faixa da população residente em Portugal com 65 anos ou mais, ultrapassa um milhão do total da população residente, valor este que para o ano de 2060 se prevê que atinja aproximadamente um milhão e oitocentos mil cidadãos.

Outro dos grandes problemas associados ao envelhecimento é facto de este estar relacionado à fase terminal da vida: "a visão negativa associa a velhice à morte e acentua-a como uma fase terminal da vida humana, um momento em que os homens desistem dos projectos de futuro." Rosa (2012, P.21). Tal não é necessariamente verdade, uma vez que

fig. 2 - Projeções da população residente em Portugal
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística



essa fase da vida pode ser uma nova oportunidade.

A reforma disponibiliza mais tempo para o indivíduo, o que poderá tornar importante na futura definição dos espaços, uma vez que estes poderão ser mais utilizados por eles. Além disso não podemos entender o envelhecimento demográfico como o envelhecimento da sociedade, pois a idade não é necessariamente sinónimo de estagnação social.

Segundo os dados do INE (2012), de 2001 para 2011, a população residente com menos de 15 anos passou de 16% para 14,9% e a população residente com 65 anos ou mais, passou de 16,4% para 19% (uma fatia da população superior a 2 milhões de pessoas). Comparando com os dados referentes a 1981, percebemos que esta fatia da população cresceu quase 8 pontos percentuais, face aos jovens que diminuíram quase 11 pontos percentuais.

Em boa parte, isto acontece devido à melhoria dos conhecimentos em áreas como a saúde, que nos permitem viver mais e melhor, face ao passado. É preciso também entender que o problema não reside no envelhecimento da população, mas sim na forma de como lidamos com esse envelhecimento. No entanto, no que diz respeito ao desenho dos espaços, muito ainda há a ser feito.



fig. 3: Índice de dependência dos idosos
[idosos com mais de 65 anos por cada adulto em idade ativa]
Dados referentes a 2001
Fonte: I.N.E. 2012, adaptação do autor



fig. 4: Índice de dependência dos idosos
[idosos com mais de 65 anos por cada adulto em idade ativa]
Dados referentes a 2011
Fonte: I.N.E. 2012, adaptação do autor

Ao analisarmos os dados do INE (2012) relativamente aos índices de dependência dos idosos de 2001 para 2011 relativamente à área de intervenção, percebemos que o número

aumentou. Logo, justificam-se as preocupações com o desenho dos espaços, uma vez que, na sua maioria, os utilizadores dos espaços serão os séniores (uma vez que poderão ter mais tempo para usufruir destes espaços) em conjunto com os jovens (no que diz respeito ao lazer).

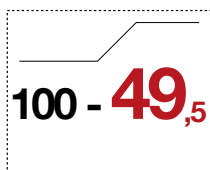


fig. 5:Índice de dependência total

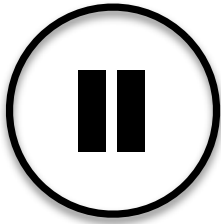
[Jovens com menos de 15 anos e idosos com mais de 65 anos por cada adulto em idade ativa]

Dados referentes a 2011

Fonte: I.N.E. 2012, adaptação do autor

É emergente a necessidade de um espaço comunitário inclusivo, onde se deverão agregar espaços privados com essa mesma natureza. À junção destes espaços chamamos cidade. Confrontados com esta realidade, será imprudente não considerar uma abordagem, quer enquanto cidadãos ou arquitetos, que englobe a tendência que a população demonstra em envelhecer. Esta realidade aplicada ao projecto, remete-o para um processo mais inclusivo e equitativo. Pensar que a resposta arquitetónica a este cenário deve ser considerada e abordada como um desafio interessante e não como uma imposição, tentando assegurar ao máximo a resposta mais correta e equilibrada, englobando também, logicamente, as questões da estética, do uso e do ambiente (ecológico, conforto e atmosfera) nos espaços.

.



Metodologia

Problematização e objeto de análise

Como referido anteriormente, a forma de intervir numa parcela de território, levanta questões referentes a diferentes disciplinas, nomeadamente, da arquitetura, do urbanismo, do planeamento e também da sociologia.

Este trabalho de investigação pretende assim questionar a abordagem ao território, por via da regeneração urbana. Para isso, centra-se na rua das Bocas, na casa das Bocas e no bairro da Misericórdia, em Viseu, como objeto empírico.

Tratando-se esta zona urbana de um conjunto singular na cidade de Viseu, tanto pelo seu carácter histórico quanto pela sua centralidade no espaço da cidade, revela-se de especial interesse procurar perceber, as razões do seu atual estado de degradação (físico e social), as relações que se estabelecem quer entre o resto da cidade com a rua e com o bairro. Pretende-se também perceber de que forma a proposta apresentada neste trabalho poderá influenciar positivamente a regeneração urbana e social da zona.

É portanto necessário saber a evolução da zona e conseguir compilar informação para perceber o seu atual estado, perceber se as relações com a cidade existem e de que forma estas se processam.

Uma vez apresentada a problematização, a investigação tem início num questionamento sociológico, assim como numa análise morfológica e histórica acerca deste pedaço de cidade, surgem portanto algumas questões:

1ª - Quais os factores que levaram condicionamento da zona e do seu uso?

2ª - De que forma poderá a proposta mudar o atual panorama da zona, contribuindo para a regeneração urbana e para a integração social?

A primeira, visa perceber o atual estado da rua e dos espaços que lhe são adjacentes, recorrendo ao estudo da morfologia, interação social, estado de conservação das vias e da edificação, espaços verdes, fluxos, mobiliário urbano, iluminação pública e usos. Saber também de que forma o projeto de arquitetura e o urbanismo afectam estas relações assim como a sua localização.

A segunda por sua vez tem uma finalidade mais alargada, procura entender como pode a arquitetura mudar a vivência dos espaços, através do projeto à escala do edificado e do urbanismo. Recorrendo para isso à análise de dois casos de estudo que tem por base uma relação entre a criatividade e o território, nomeadamente em zonas de carácter histórico e em degradação, onde se pretende fazer uma relação direta com a proposta apresentada para a zona escolhida em Viseu. O primeiro é o projeto GNRation, em Braga, onde um antigo quartel da guarda nacional republicana foi transformado num edifício polivalente, para albergar criadores e artistas. O segundo é a “Rua Direita, esta rua não acaba aqui.”, iniciativa promovida pelos Jardins efémeros, que visou em melhorar e incentivar ao uso da Rua Direita em Viseu, rua, junto ao centro histórico, que em tempos era um dos eixos comerciais mais importantes da cidade.

Modelo de análise e estratégias metodológicas

Uma vez estabelecida a problemática a metodologia de investigação optada teria de ser capaz de captar tudo aquilo a que nos propusemos. Para este efeito optou-se por uma metodologia qualitativa e com uma estratégia multifacetada sendo esta a forma mais capaz de captar informação com esta amplitude.

Identificou-se os intervenientes que estariam diretamente ligados ao nosso objeto empírico e reuniu-se informação mais credível e mais próxima da realidade.

Desta forma, pretendeu-se responder aos seguintes objetivos:

- 1º Recolher o máximo de informação junto dos habitantes da rua e do bairro, o mais intimamente ligados ao objecto de estudo;
- 2º Auscultar a opinião dos comerciantes sediados na rua;

Para alcançar uma conclusão satisfatória fizemos uso de três instrumentos metodológicos:

1º Levantamento e análise das valências diferentes elementos e características que compõem o espaço.

2º uma pesquisa exploratória baseada numa pesquisa intensiva de informação disponível na internet assim como consulta de vária bibliografia;

3º realização de entrevistas junto dos atuais e antigos habitantes, e comerciantes da rua e do bairro da misericórdia;

4º observação;

5º casos de estudo.

Levantamento de informação acerca dos edifícios e da rua

Este levantamento consistiu, numa fase inicial, na recolha de dados de uma zona um pouco mais abrangente do que a que é proposta no projeto retratado neste trabalho, consistiu no levantamento dos seguintes aspetos: registo fotográfico; topografia; pluviosidade; usos; estado de conservação de vias e edificado; espaços verdes; iluminação pública e a sua incidência; exposição solar; mobiliário urbano; levantamento planimétrico do edifício; registo de patologias e anomalias; fluxos pedonais e automóveis.

Pesquisa exploratória

A procura de informação assume um papel preponderante, pois as temáticas abordadas procuram conciliar-se e justificar a proposta. Abrange uma pesquisa a vários níveis desde o mais geral ao particular, isto é, houve a preocupação de perceber a evolução do bairro social desde as suas origens até chegar ao nosso objeto empírico. Só assim é possível perceber a que problemáticas condicionam ou influenciam a zona em análise.

A pesquisa exploratória depois desta introdução recai sobre a rua, a casa das Bocas e bairro da misericórdia na sua totalidade, na procura de informação existente, como publicações nos media, na internet e bibliografia.

Entrevistas

As entrevistas fazem parte de uma terceira fase de análise, esta por sua vez assume um carácter importante devido à informação recolhida.

Uma vez que queríamos perceber as condicionantes da rua realizamos estas entrevistas aos habitantes do bairro para perceber quais as relações estabelecidas entre eles e o espaço em que habitam acima de tudo perceber que tipo de sentimentos nutrem estas relações. Desta forma seria imprescindível o uso deste método.

Um outro interveniente, ao qual consideramos importante a opinião eram os comerciantes, uma vez que eles são na sua totalidade residentes da cidade de Viseu e que apenas tem sediados os seus comércios na rua podem através da sua opinião alargar o nosso ângulo de captação de informação e fazer-nos perceber de que forma a cidade se relaciona com esta zona.

Para isto foram feito um guião com perguntas assentes em temas gerais tais como: espaço público e arquitetura, segregação espacial e exclusão social.

Estrutura dos entrevistados:

E1 - Antigo residente da rua João Mendes

E2 - Antigo residente do bairro actual residente da rua João Mendes

E3 - Comerciante da rua João Mendes

E4 - Actual residente da rua Simões Dias, utilizadora do espaço público do bairro

E5 - Proprietário de edifício na rua João Mendes

E6 - Actual residente do bairro da misericórdia

Observação

O método aplicado foi a observação direta não participativa.

A escolha deste método fundamenta-se quando queremos perceber o quotidiano da rua e do bairro sem que as pessoas mudem a sua forma de agir perante uma entrevista. De certa forma este método vem complementar a informação dada pelos outros instrumentos isto

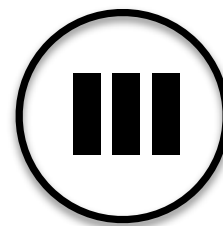
porque permite recolha de informação sem que a reação da pessoa a quem estamos seja alterada pela nossa presença uma vez que esta é feita a distancia e de preferência sem que as pessoas percebam a nossa presença. Todo isto para conseguir uma conclusão mais abrangente e capaz de complementar a informação já adquirida.

Para isto usamos uma grelha de observação com parâmetros que estabelecemos relevantes para a posterior análise:

Nº de pessoas, sexo, faixa etária, equipamentos e acontecimentos .

Casos de estudo

Com este método, pretendeu-se perceber como iniciativas / projetos semelhantes ao proposto por este trabalho contribuíram de forma positiva para o espaço em que se encontram. Entender como as indústrias criativas aliadas ao património arquitetónico poderão ser um importante fator de regeneração urbana e de inclusão social, com especial incidência em zonas urbanas em degradação.



Casos de estudo - a criatividade associada à arquitetura e ao território.

GNRation, Braga, 2012 **[Atelier Carvalho Araújo]**

O projecto GNRation foi desenvolvido para acolher a sede de Braga capital europeia da juventude 2012. O edifício escolhido foi o antigo quartel da guarda nacional republicana, edifício que se encontrava em devoluto. A sua localização era importante uma vez que se encontrava numa zona urbana em decadência, cujo os espaços envolventes eram pouco usados, apesar da sua grande expressão na cidade. O contexto é interessante e passava por um momento menos feliz, não se verificava a existência de dinâmicas, nem as estruturas que se albergam nos edifícios nem as pessoas as potencializavam.

O objectivo da proposta era a de revitalização do espaço, não só o que se refere ao edifício, mas também o da sua envolvente.

Programa

O programa foi pensado com infraestrutura de apoio a jovens e a pequenas industrias criativas, o objetivo é que estes sejam os protagonistas do espaço, levando-os a criar dinâmicas dentro do próprio edifício, capaz de dinamizar a construção e todo o espaço envolvente da cidade. Localiza-se no limite do centro histórico da cidade de Braga, outro objectivo é que o edifício se imponha na cidade e tente afetar ou infetar vários outros do

Fig. 6: GNRation, Braga, 2012



mesmo género, na sua envolvente. Em termos de programa resume-se a um edifício disponível aos jovens criativos, muito depende da gestão que lá se vai implementar. Propôs-se um principio de ocupação, sem ter a certeza do uso que iria ter no futuro.

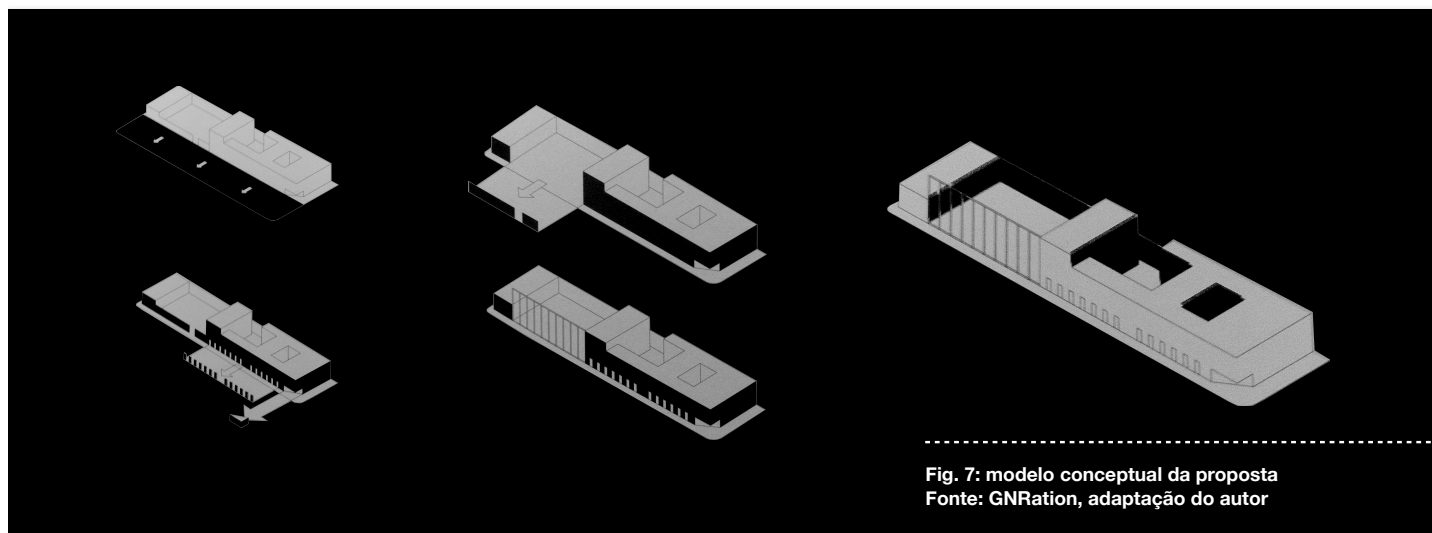


Fig. 7: modelo conceptual da proposta
Fonte: GNRation, adaptação do autor

Regenerar - Reabilitar - Renovar

Objectivo de regenerar e reabilitar, minimizando ao máximo possível os custos e os gastos da construção, tentando aproveitar ao máximo os elementos existentes no edifício. Procurando que os usos se adequem a compartimentação existente.

Propondo uma ocupação por apropriação, por ser mais fácil a sua ocupação e para que não intimide as pessoas a um determinado uso. Contribuir para criar uma nova identidade para o edifício.

O corte no cunhal, surge como forma de estabelecer nova ligação com os arruamentos, dando mais visibilidade, despertando a curiosidade, um corte agressivo mas com uma mensagem muito forte, o corte com o passado, muito ligado à nova ocupação que procura provocar. No seu conceito está uma fuga da disciplina de um quartel militar, com reestruturação a entrada, torna-se mais fácil é estruturar todos os espaços e a forma de como esses espaços vão ser vivenciados.

“Primeiro relacionar, porque estamos presentes a uma existência consolidada, mas depois procurar alterar o procurar alterar a cidade em termos de vivências e é o que este edifício pretende”

Araújo, C. 2013

A abordagem procura não só recuperar, mas também criar e gerar vivências e atribuir uma identidade que contribua para a regeneração da envolvente, servindo como estímulo e gere uma vontade de querer fazer o mesmo noutros espaços da cidade.

Tudo foi pensado em trono da criatividade, incluído o desenho do passeio inspirado nas constelações como alusão aos criativos / estrelas que irão ocupar o edifício, passeio que acaba por se intrometer nos pátios interiores do edifício.

Um dos princípios a ter em conta foi de tentar devolver algum espaço à cidade, interação entre o edifício e o espaço público, por via da praça, revitalizando a imagem e o espaço público que com ele faz limite. A nova relação que a entrada estabelece com as duas ruas, que promulga a valorização dos alçados, muito secularizado.

No caso da Rua das Bocas o objectivo não é eliminar um possível passeio, mas sim olhar para a faixa de rodagem como um passeio.

As novas dinâmicas serão geradas por o uso, ligado à criatividade, as indústrias criativas e ao empreendedorismo.

Procurou-se gerar mudanças do ambiente físico e social da envolvente, por provocação e por contaminação. A arquitetura a demonstrar que não sendo uma solução pode apontar um caminho a seguir, face a um problema.

Jardins Efémeros, Viseu, 2013

“Rua Direita - Esta rua não acaba aqui.”

Este foi o nome dado a um projeto que englobou um conjunto de intervenções, promovidas pelos *Jardins Efémeros*, com o intuito de mostrar e iniciar uma mudança numa realidade que cada vez mais enraizada nesta zona da cidade de Viseu, o abandono



Fig. 8: Mapa das intervenções, 2013
Fonte: Jardins Efêmeros

da rua Direita.

Distingue-se do GNRation, pela abordagem, mas tem em comum o objectivo, a regeneração social e urbana de uma zona em crescente degradação.

A rua direita, até meados da década de 1990, era uma das principais zonas comerciais de Viseu, zona onde o comércio tradicional proliferava, tornando a rua movimentada e animada. Esta situação foi-se alterando à medida que as médias e grandes superfícies comerciais se começaram a espalhar por a cidade. A rua não acompanhou a evolução da cidade, ficando estagnada no passado.

A iniciativa promovida pelos *Jardins Efêmeros*, procura, promover o uso de espaços que estão caídos no esquecimento, espaços que estabelecem relação com o centro histórico.

Pretendeu-se com este projeto promover a regeneração física e social da rua, utilizando a arte como ponto de partida. O projeto assumiu-se logo de início, como um caminho, e não como uma solução concreta para os problemas que assolam a rua. Procurou-se buscar o potencial adormecido que a rua retém dentro e fora das fachadas de cada uma das lojas. As intervenções resultam do cruzamento de diferentes áreas nomeadamente arte, design e arquitetura.

A curadoria dos trabalho ficou a cargo da arquiteta Joana Astolfi e contou com o envolvimento dos comerciantes, empresas e artistas da região, assim como, com a colaboração de estudantes de Instituições de ensino locais (arquitetura, UCP - CRB) e estrangeiros (programa Leonardo). Este foi uma das principais vantagens da iniciativa é procurar conciliar diferentes valências dentro da região.

Processo

Procedeu-se a uma visita ao local, para assim perceber as dinâmicas da rua. Foi feito um exaustivo registo fotográfico da rua e de diferentes lojas, aquelas que à primeira vista nos pareciam que podiam beneficiar mais com uma intervenção.

Procedeu-se à primeira visita oficial às lojas, onde se estabeleceu um contacto com os lojistas para perceber o seu interesse em aderir à iniciativa e também saber a sua opinião sobre o atual estado da rua.

Com base neste contato foi pré-selecionado um conjunto de lojas. Após o debate entre a curadora do projeto e os alunos de arquitetura da UCP foram escolhidas de 15 lojas, tendo como critério o potencial e as necessidades de cada uma das lojas.

Com esta escolha de lojas distribuídas ao longo da rua direita, pretendendo-se assim que fosse perceptível ao longo de toda a rua, uma mudança, acabando por provocar uma contaminação aos restantes lojistas, acabando mesmo por alguns espaços em devoluto serem usados como galerias de exposição para os artistas da cidade.

A segunda parte deste processo, inicia-se com a elaboração dos conceitos para cada loja, conceitos estes que visaram sempre a melhoria da qualidade dos espaços. Procedeu-se ao anúncio da seleção aos lojistas.

A terceira parte, a mais extensa, foi onde se estabeleceram e fecharam os conceitos, onde se realizou a descrição dos trabalhos, reunindo de seguida com a representante dos J.E. e empresa patrocinadora que facilita a mão-de-obra para a iniciativa, onde se fez a comunicação das intervenções e natureza dos trabalhos (previamente aprovados por os lojistas).

Procedeu-se à execução de projeto mantendo sempre um contato próximo com as empresas que executaram as obras. Após tudo isto procedeu-se à preparação das lojas e encerramento dos trabalhos.

Apresentação nos Jardins Efémeros.

A natureza das instalações, algumas de caráter efémero e outras definitivas acabaram por despertar e provocar os transeuntes, quase que convidando-os a parar, por o despertar de interesse. Oferecendo visualmente pequenas coisas a quem passa. Outro ponto interessante durante a iniciativa foi o comércio estar aberto fora das horas convencionais, esse novo horário foi também um fator de atratividade. Este tipo de abordagem mostrou-se uma experiência social muito interessante e enriquecedora, uma vez que se estabeleceram relações entre diferentes gerações, lojistas, estudantes e trabalhadores de diferentes áreas. Geraram-se relações de confiança e afinidade que ainda prevalecem.



Fig. 9: Intervenção numa das lojas, antes e depois
Fonte: Jardins Efêmeros

As intervenções despertaram uma grande afluência à rua direita, em diferentes períodos do dia, contribuindo para a vivência da rua, assim como para uma ligeira melhoria económica. Em algumas das lojas o efeito “*Jardins Efêmeros*” ainda continua, nomeadamente nas lojas com intervenções menos efêmeras. (trabalhos de arquitetura e organização do espaço, produtos e afins).

Proposta

"A relação entre a natureza e a construção é decisiva na arquitectura"

(Siza A., 2012)

Entenda-se a natureza como o ambiente físico em que se insere um edifício, este pode potenciar muitas relações, dependentes sempre do uso que lhe é associado e das intenções do dono de obra e do projectista. Pode fomentar a troca entre espaços ou enclausura-los, destacar ou camuflar, pode ser qualquer uma destas opções válidas, desde que se relacionem diretamente com as intenções projetuais, intenções essas que consideram todas as valias que o projecto implica ao sitio a que se destina.

A Infraestrutura, vista pela arquitetura e pela paisagem.

O que podemos designar como infraestrutura: rua, praça, estrada, equipamentos públicos...

Na cidade, uma infraestrutura assume um carácter importante. Por a sua visibilidade, presença e impacto, negativa ou positivamente, esta torna-se um elemento sensível.

Esse impacto torna-se ainda maior quando falamos infraestruturas rodoviárias, as que têm maior presença no nosso território.

No nosso contexto estas infraestruturas, idealizadas como válvulas de decompressão do espaço urbano, idealizadas para permitir a ligação entre diferentes zonas (periféricas na sua maioria), têm a sua fase de desenvolvimento com a expansão do espaço comunitário

européu na década de 1980 (Lourenço. N. 2006, pp. 38-41). Até então, o país apresentava-se como um território confuso e fechado sobre si mesmo, a ligação física apresentava-se como uma prioridade.

Estas são idealizadas de um ponto de vista funcional, completamente desconetadas do campo social e ecológico, assim como do campo da arquitectura, logo daí advém a maioria dos seus problemas. A via surge como um elemento que une pontos, mas corta relações, sem qualquer respeito pela pré-existência e que origina muitos conflitos nos territórios que atravessa, pois o interesse do país sobrepuja-se ao interesse dos proprietários dos terrenos afetados no processo de ligação.

Todo este processo levanta algumas questões. Se a infraestrutura que visa o melhoramento de uma comunidade, como pode, ao mesmo tempo, prejudicar as relações que essa comunidade foi estabelecendo com o espaço, quais os valores mais importantes?; O que se considera mais prioritário, uma ligação rápida entre duas parcelas de território, ou a continuidade de um conjunto de vivências e de actividades, que em muitos dos casos já existiam há séculos?

Ou seja, uma infraestrutura não deverá ser vista apenas da esfera da funcionalidade (automóvel) pois poderá entrar em conflito com um conjunto de valores que já estavam patentes e enraizados no território.

No caso da área de análise, a rua João Mendes insere-se no espaço urbano da cidade, serve a cidade, mas não pode ser considerada cidade aos olhos do cidadão, pois esta rua em parte é limitada pela apropriação do espaço pelo automóvel.

A humanização da infraestrutura, ou seja a infraestrutura vista pela arquitectura e trabalhada, pensada para uma comunidade em todas as suas vertentes, a fuga do seu carácter técnico, que apenas se limita a dar uma solução “mecânica” a um determinado problema, poderá ser a resposta. Colocar uma infraestrutura no campo social poderá ser um desafio mas em parte é esta conciliação que vai garantir a sua integração no espaço de cidade, promovendo a acessibilidade e a sustentabilidade dos espaços.

Uma infraestrutura na cidade não deverá responder apenas a uma das suas necessidades, neste caso, a descompressão do tráfego automóvel. Deverá sempre responder ao maior número de necessidades. Sendo planeada, os cidadãos poderão tirar mais partido destas. Para além do fim a que se destina, deverá ponderar-se também de que forma será a infraestrutura usada e assim, estabelecer todos os critérios que vão definir a sua integração no território. Adicionalmente é preciso considerar as formas como a infraestrutura se vai relacionar com os cidadãos, eliminando todos os elementos da sua composição que segregam o espaço ou apresentando alternativas de forma a colmatar o seu carácter de barreira, questionando não só a infraestrutura como também o espaço público que a envolve.

A cidade

A cidade de Viseu, pode afirmar-se que é uma cidade radiocêntrica quanto à sua evolução morfológica. Esta centralidade sempre esteve presente desde a sua fundação. A localização da origem do burgo de Viseu fixou-se numa zona estratégica, que usava a topografia a seu favor, uma vez que se assentava sobre uma maciço rochoso, e era um local onde se cruzavam importantes vias e rotas comerciais. O casco histórico situava-se então dentro das muralhas romanas que datam do século V a. C. fig 10. De salientar que a rua João Mendes (local de intervenção) foi uma das principais ruas periféricas paralelas ao *cardo* da cidade, assim como a presença de uma necrópole romana em frente da Igreja de São Miguel do Fetal (CMV, 2009). Sabe-se também que foi no século V a. C. que a rua João Mendes ficou do lado de fora da muralha, o que abrandou a sua evolução por comparação com o núcleo histórico.

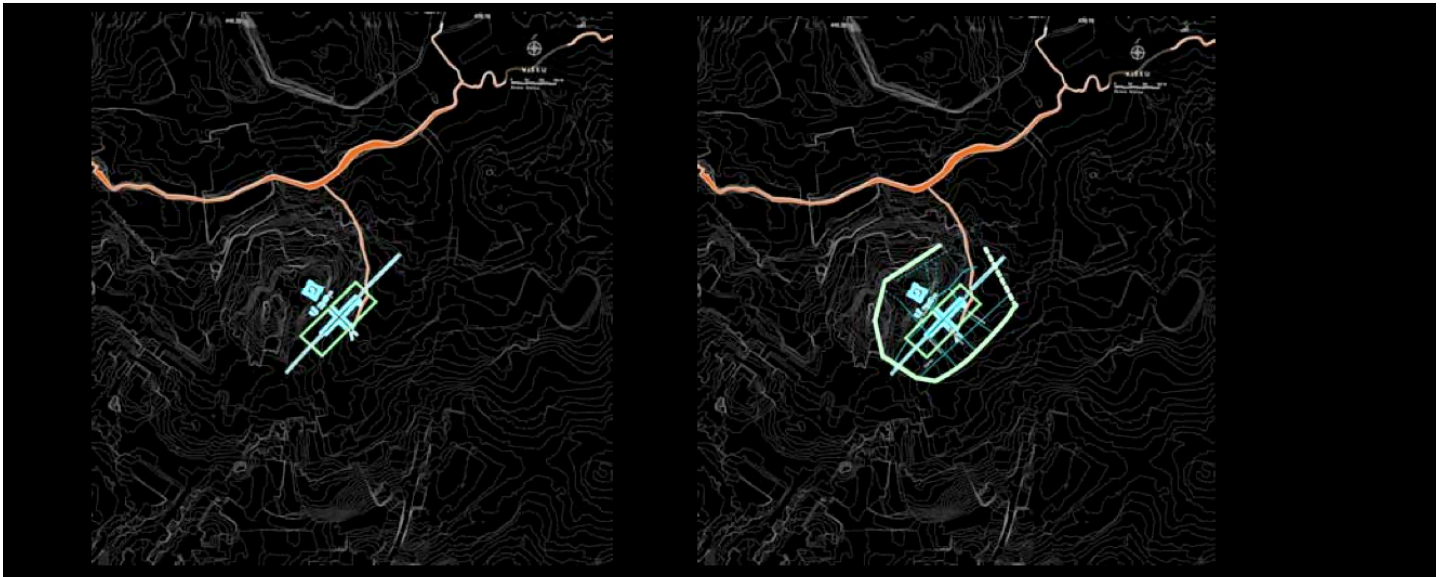


fig. 10: evolução da cidade, séc. V a.C., sem e com amuralha respetivamente
fonte: Guia para a reabilitação do centro histórico de Viseu, adaptação do autor.

A expansão da cidade (com alguma importância) para fora das muralhas só se acontece a partir do final século XVIII, pois a cidade era demasiado compacta e a sua envolvente se encontrava em

crescente decadência. Na segunda metade do século XIX dá-se uma evolução no desenvolvimento urbano, a cidade ganha novas centralidades e os espaços são desenhados com maior racionalidade e qualidade, dotando a cidade de infra-estruturas importantes ao seu funcionamento, tais como o saneamento básico, a iluminação pública e o mobiliário urbano. As vivências na cidade viviam em torno da atividade agrícola e da atividade

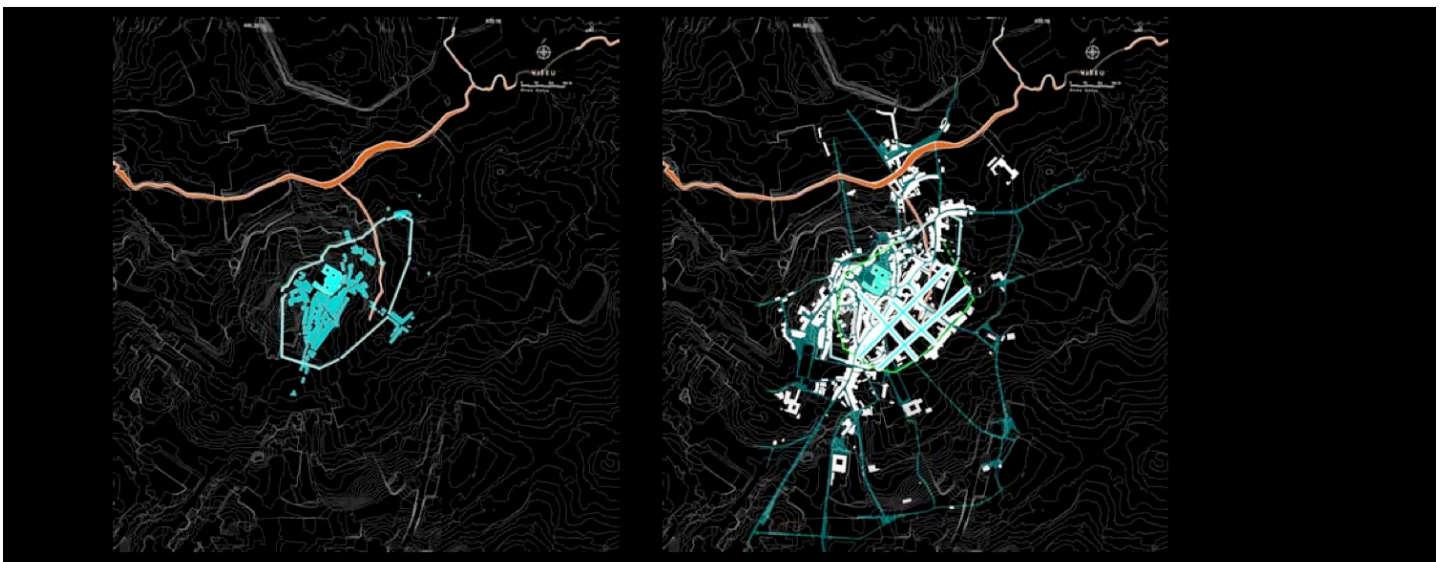


fig. 11: evolução da cidade, séc. XVIII e XIX, respetivamente
fonte: Guia para a reabilitação do centro histórico de Viseu, adaptação do autor.

comercial, vivência essa que se manteve praticamente até ao século XX com a chegada da indústria (CMV, 2009). Era dentro deste casco que se congregava a maior parte da vida da cidade, desde a habitação, atividades religiosas e administração. De destacar tinha o património religioso com bastante presença e qualidade arquitetónica, como é o caso da Sé Catedral, o palácio dos Três escalões e da igreja da Misericórdia. Com a chegada da indústria, e rápida transformação da paisagem urbana, alguns dos serviços, como a câmara municipal, o tribunal e a cadeia, alteram a sua localização, uma vez que o centro histórico não tinha a capacidade de os congregar dentro da sua malha medieval. No entanto essa deslocalização foi feita para espaços muito próximos do núcleo histórico a exceção da cadeia. No que diz respeito ao espaço público ressaltam algumas zonas que ainda são emblemáticas na cidade, como o largo da Sé, a praça Dom Duarte, a rua Direita e a rua do Comércio, a par do mercado 2 de Maio. Estes espaços, que a todos pertencem, são uma das principais matrizes identitárias da cidade. Apesar da sua diferença histórica o edificado salienta-se por a sua unidade e coesão estética.

Ao nível do uso, a cidade vive em torno das principais actividades que nela se desenrolam, centram-se, por ciclos e locais de interesse por onde se movem as camadas da população. Pode-se então afirmar que são estes núcleos que actualmente determinam a dinâmicas do espaço. Os elementos que conferem estes núcleos são as actividades que neles se geram, sejam elas empresariais, de recreio, serviços e industriais **fig 12**.

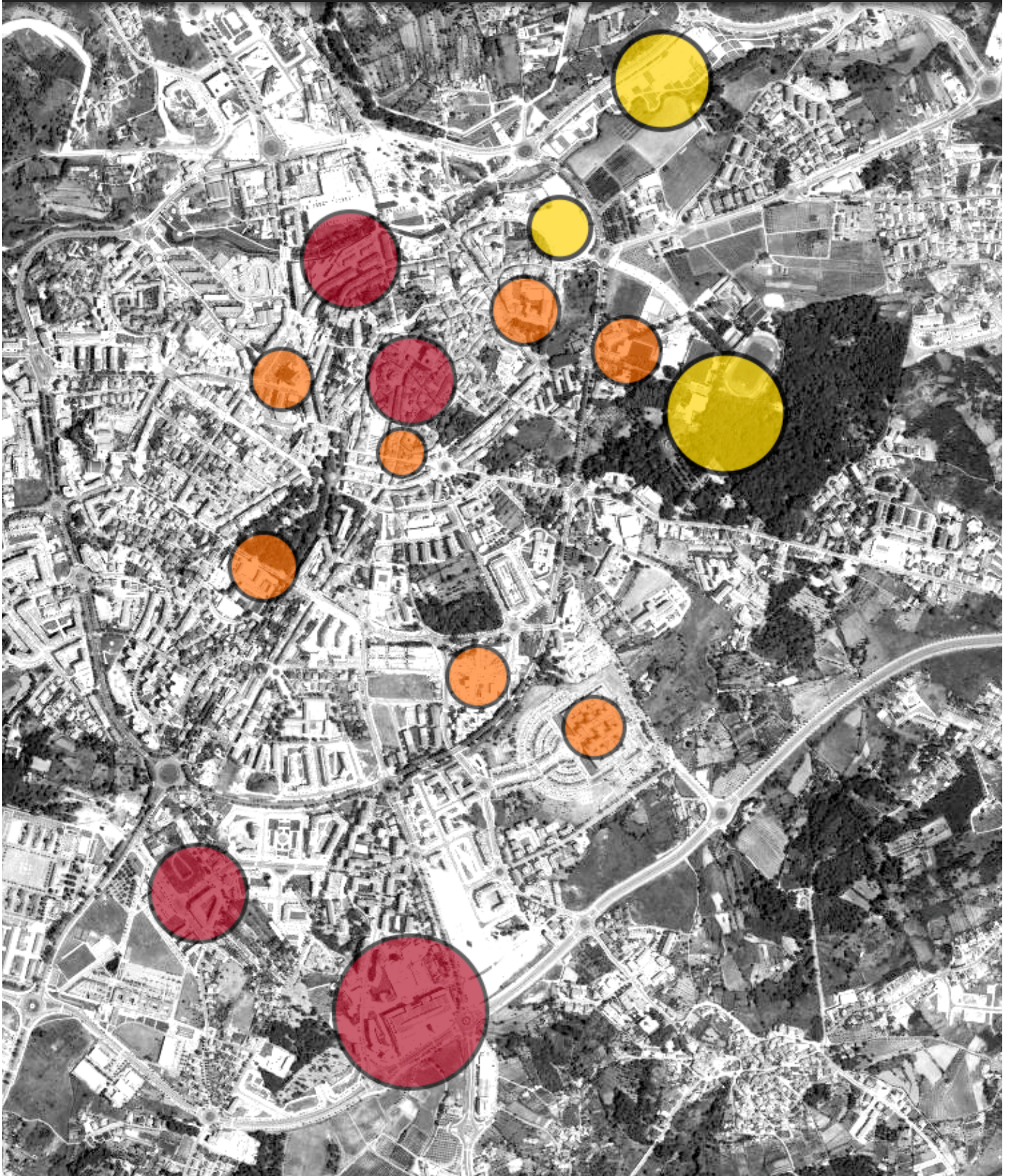
Ao nível do núcleo histórico o que se verifica é um espaço muito ligado ao lazer e ao turismo, mas no que toca à habitação, não existe actualmente uma política que promova uma vontade de residir neste espaço, uma vez que grande parte das habitações existentes não comportam as necessidades mínimas de conforto (acessibilidades, desenho do espaço, térmica...).

fig. 12: mapa da cidade atual e fluxos
fonte: Bing maps, adaptação do autor.

fluxos diurnos

fluxos noturnos

fluxos pontuais



Desertificação do centro histórico

Existe uma vontade para que este tipo de áreas não padeçam, no caso de Viseu, o núcleo histórico foi integrado por o município na A.C.R.R.U. (área crítica de recuperação e reconversão urbanística) segundo o estudo de enquadramento estratégico (Parque EXPO 98, SA, 2012) este plano de ação procura recuperar e reconverter os antigos espaços da cidade, englobando a vontade dos cidadãos, usando a regeneração e a coesão social como uma base indispensável ao crescimento sustentável da cidade.

É manifestado através da reabilitação e de iniciativas que fomentam o desenvolvimento económico e social destas áreas. Como é o caso das intervenções da SRU ou de iniciativas como os *jardins efémeros*. O uso da criatividade como ferramenta de combate a estes problemas tem-se insurgido nos últimos anos, sendo bem aceite por a população e por os comerciantes, não obstante do seu impacto, que mesmo sendo mínimo, tende em contrariar a corrente de ausência de vivências e de participação da regeneração dos espaços.

A rua e o contexto da intervenção

Ao confrontar as pessoas que residem **fora** da rua João Mendes, sobre qual o maior problema da zona, nenhuma delas referiu a rua e a sua actividade nocturna. A rua João Mendes é uma rua cada vez mais esquecida e a passagem do tempo não sido simpática com esta.

Atualmente, a rua existe praticamente em função dos estabelecimentos nocturnos. Em toda a sua extensão residem cerca de dez famílias, na sua maioria com agregados familiares compostos por uma ou duas pessoas.

A relação entre o início da rua é praticamente inexistente. Esta só existe porque estão unidos fisicamente. Quem estabelece a ligação são os automóveis e algumas pessoas, que usam a rua João Mendes como um pequeno atalho.

No entanto, é de salientar o interesse dos poucos comerciantes que ainda existem na rua, na requalificação da mesma. Alguns deles veem a rua como parte integrante da história da cidade e tendo conhecimento de alguns trabalhos feitos pelo município, através da SRU (serviços de reabilitação urbana), não entendem como é que a rua não está na lista de intervenções.

“Ao descuidarem a rua, estão a descuidar parte da história desta cidade...”

E3

A forma, a composição, a organização da rua ajuda a determinar em parte o seu atual estado, seja este ao nível do funcionamento, ao nível da conservação e ao nível do uso da mesma.

Rua João Mendes

Esta apresenta-se com carácter heterogéneo em todos os sentidos, desde o tipo de usos, as tipologias ao estado de conservação.

O facto de os estabelecimentos considerados “marginais” funcionarem em horários diferentes (período da noite) faz com que quem utiliza o bairro não se sinta muito afectado com a imagem da rua no bairro. Está, no entanto, presente que a percepção que as pessoas têm, apesar de não lidarem directamente com o problema, é suficiente para criar uma má conotação da rua. Já quem reside na rua acha que esta, em relação ao uso, já esteve pior, com o tempo a segurança destes estabelecimentos foi melhorada, assim como a resposta dada pelas autoridades quando eram chamadas ao local. A actual crise financeira também ajudou, uma vez que reduziu a afluência a este tipo de estabelecimentos.

Funcionamento

O lado norte da rua, zona onde se encontra o bairro da Misericórdia e o lado sul da rua (ligação com a rotunda de santa Cristina) funcionam como polos completamente opostos, como se duas ruas distintas se tratasse. Apesar do arruamento ser o mesmo, é notório que

existem acontecimentos e realidades distintas. O arruamento é dividido praticamente a meio pela rua Simões Dias, rua esta que serve de fronteira para essas distintas realidades. O lado sul, é o lado apelidado de marginal, onde a rua à medida que se vai avançando, começa a estreitar e acaba mesmo por suprimir os passeios, começando a surgir os bares de *striptease* e as pensões que dão apoio a esses estabelecimentos assistindo-se à presença destes mesmo depois do cruzamento com a rua Simões Dias.

Segundo os padrões de vida atuais, grande parte desta secção da rua não é funcional, devido à forte dependência que as pessoas têm dos transportes individuais, o automóvel apresenta-se como um dos principais problemas da rua pois acabam por ocupar indevidamente grande parte desta, o que a torna pouco prática para o peão.

A norte, por sua vez, a rua é muito mais larga, a via ganha duas faixas de rodagem, com estacionamento de ambos os lados e com um passeio. O acesso ao bairro é feito por dois pontos um no final da rua João Mendes e outro através da rua Simões Dias, estes são ligados entre si por um pequeno arruamento interno. Em relação ao espaço público, este também é diferente; existem bastantes espaços verdes entre os edifícios, o que permite que a zona respire. Ao nível do uso, o bairro é essencialmente residencial, onde pontualmente se encontra comércio de pequena e média dimensão.

Os espaços verdes são utilizados com alguma frequência, na maioria das vezes por residentes e por alguns estudantes da escola secundária que se encontra junto ao bairro. A maior afluência a estes espaços dá-se aos fins de semana e é feita, na sua maioria, por idosos que residem no bairro. Ao nível da imagem, os residentes estão satisfeitos com o bairro, acham que este é agradável e que está bem integrado na cidade, pois encontram nas proximidades todo o tipo de serviços e comércio.

“...costumo vir aqui para o jardim com as minhas meninas, é agradável e estamos aqui à vontade...”

E4

As relações de vizinhança também são boas. A grande maioria dos habitantes são conhecidos uns dos outros e os novos habitantes, apesar de se mostrarem mais fechados, são simpáticos para as pessoas e respeitadores do espaço onde vivem. Atualmente apenas um dos edifícios

pertence à Misericórdia (última fase de construção). No início da década de 1990, foi dada a possibilidade aos inclinos de adquirirem a habitação a um preço bastante reduzido, uma oportunidade que foi aproveitada por todos eles.

“Aqui dá-se tudo bem, no fim de semana até nos juntamos cá fora na conversa umas com as outras... Até é bom que é para não estarmos sempre a ver o que para ali vai nos noticiários...”

E6

Alguns dos antigos moradores do bairro nessa época estabeleceram-se na rua João Mendes e só então tiveram noção, apesar de viverem lado a lado, dos problemas que já se encontravam patentes na rua, assistindo diariamente ao seu declínio e apercebendo-se do desleixe do município perante esta situação.

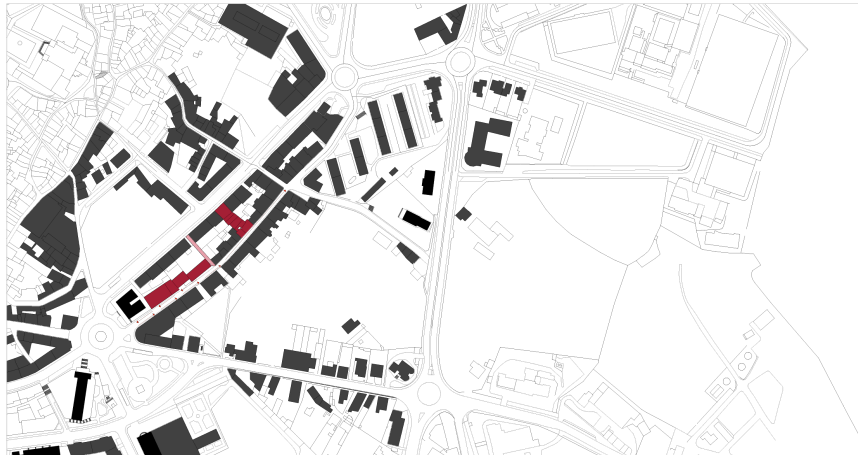
Problemática

Historicamente, a imagem do bairro sempre foi boa, a da rua inverteu-se perante a sociedade. Na década de 1960 a rua apresentava-se como uma zona apelativa, enquanto o bairro só não era visto com bons olhos, aquando da sua construção, uma vez que era conotado, aos bairros de cariz social. Tal indicava uma discriminação social perante uma camada da população mais pobre, que poderia trazer problemas de vizinhança.

Porém, essa imagem rapidamente mudou, uma vez que o bairro foi construído por a Santa Casa da Misericórdia. O bairro não é de cariz social. Funcionava com um sistema de rendas baixas e com seleção dos residentes, feita através de entrevistas, dando prioridade aos funcionários mais carenciados da instituição, um processo na altura um pouco duvidoso uma vez que algumas das habitações atribuídas a familiares de altos postos da instituição, que não tinham propriamente problemas monetários.

A rua João Mendes na década de 1970, continha um centro comercial com qualidade e bom ambiente. Este estabelecia uma ligação física pedonal entre a rua João Mendes e a avenida Capitão Silva Pereira e tinha no início da rua a antiga central de camionagem (antes do afunilamento da rua). A rua dispunha nos primeiros 50 metros, de dois sentidos viários.

1970



1980



1990



fig. 13: transformações ao nível dos usos
fonte: do autor

Com o tempo a avenida Capitão Silva Pereira consolidou-se como rua de carácter comercial e começou a ser concorrente direta da rua João Mendes.

Até à década de 1980 a Rua João Mendes era considerada uma rua típica de cidade, onde conviviam edifícios de diferentes carâteres e onde o comércio e a habitação eram o uso dominante presente (ao nível das vivências). O primeiro factor que levou ao declínio da rua foi a mudança da estação rodoviária para a atual zona da Balsa. Uma vez que a cidade se encontrava em crescimento, era necessário uma nova central com capacidade de dar resposta aos utilizadores.

Essa mudança teve forte impacto no centro comercial (50 metros abaixo), que num curto espaço de tempo perdeu a vitalidade que tinha pois, em boa parte, os principais clientes eram quem utilizava a estação.

Ao nível de infraestruturas básicas como o saneamento básico e o sistema de abastecimento de água público, a rua também tinha bastantes problemas, pois estes eram muito antigos e encontravam-se debilitados.

No inverno, eram constantes os rebentamentos de condutas, que posteriormente eram mal intervencionados pelo município, ficando a rua com o pavimento em muito mau estado.

“Sabe com a mudança da rodoviária e com o fecho do centro (comercial) isto aqui morreu muito, depois disso foi sempre piorando e ninguém quis saber”

E1

Todos estes factores, aliados à população envelhecida da rua, levaram à sua conseqüente degradação e desertificação.

O primeiro estabelecimento noturno surgiu nos finais da década de 1990, já a rua se encontrava em mau estado de conservação. A rua mostrava-se atrativa para este tipo de estabelecimentos, uma vez que se encontra numa zona central e pela sua morfologia escondida da cidade.

Com base na análise do estado de conservação dos edifícios, aliado ao estado de conservação da rua (pavimentos, passeios) e do mobiliário urbano presente (ausente), percebemos que, para além de todas as características da rua, o município em grande parte, é responsável pelo

estado em que a rua se encontra, pois a nível estético e de higiene é possível tornar a rua mais aprazível. Considerando com os projectos adjudicados (planos de ação da S.R.U.) à zona nenhum deles tem como objetivo a melhoria do conjunto.

Intervenções simples, como a regularização dos pavimentos e a criação de um passeio para os peões, por mínimos que fossem, ajudavam na melhoria da imagem e do uso da rua, quer para os residentes e comerciantes quer para quem usa a rua apenas como zona de passagem.

Um dos comerciantes e alguns dos moradores têm consciência dos problemas e até apresentam soluções para esses problemas. Nomeadamente, propunham a criação de uma estratégia de regeneração urbana, acente em intervenções simples, mas que podem ter grande impacto na zona.

As intervenções sugeridas influenciariam o espaço público. Passavam por numa primeira fase, dotar a rua de boas infraestruturas básicas. Numa segunda fase, o tratamento do pavimento, através de trabalhos de regularização e da colocação de pelo menos um passeio para os peões e de alguns caixotes do lixo ao longo da rua, uma vez que não existe nenhum e numa terceira e ultima fase, pela reabilitação (parcial ou totalmente apoiada por o município) de alguns edifícios.

Porem, dos poucos habitantes e comerciantes, são ainda menos, aqueles que se predispõem a formar uma associação, para que se façam representar no município.

“Sabe nós já somos poucos e muitos gostam de falar e reclamar, mas depois ninguém quer saber como isto se vai resolver”

E2

Na rua, o município é visto como mais problemático que os estabelecimentos nocturnos. As pessoas, apesar de não considerarem esses estabelecimentos como elementos de boa promoção da rua, compreendem que eles têm de se estabelecer em algum lugar, chegando mesmo a afirmar que uma intervenção do município até podia fomentar um melhoramento daqueles espaços, dando melhor qualidade residencial e comercial à rua.

A propriedade

A antiga propriedade sofreu bastantes mudanças ao longo do tempo, a propriedade inicialmente ocupava quase na totalidade o espaço circunscrito entre a circunvalação, a rua João Mendes e a rua 5 de Outubro onde ainda existe o antigo edifício dos caseiros (atual creche e associação dos funcionários da segurança social) (painel 1 dos anexos). Com o tempo esta foi-se fragmentando até se restringir praticamente ao espaço do edifício. O edifício é uma casa senhorial, construída nos finais do século XVII, é um edifício peculiar na cidade, pois é único que contém um conjunto de gárgulas de figuras humanas sobre o beirado da sua frente de rua. A sua conotação à rua é tão forte, que esta é conhecida como rua das Bocas, abafando o seu verdadeiro nome, rua João Mendes, nome que passa despercebido à maioria dos visienses.

O edifício tem três frentes, duas que estabelecem contacto visual com a rua João Mendes (Oeste e Sul) e uma que se relaciona com as traseiras do edifício. Os dois primeiros têm uma imagem e uma composição formal totalmente distinta do alçado Este (traseiras) demonstrando que este edifício vivia um pouco em torno da aparência.

O edifício foi adquirido na década de 1940 por o sogro do atual proprietário, segundo oeste, os interiores eram simples e descurados de ornamento, por oposição ao trabalho da fachada.

Quanto ao uso, o edifício serviu de habitação até aos finais da década de 1970, a zona social da casa desenrolava-se no primeiro e segundo piso, o piso térreo servia de armazém de produtos. Foi também nessa década que se criou um novo módulo, anexo a uma das salas, neste módulo desenvolvia-se uma nova cozinha e os aposentos da empregada. A sua imagem é muito semelhante à do alçado Este, alçado este descontextualizado do resto da imagem do edifício. Após a mudança dos proprietários o edifício ainda foi ocupado por uma gráfica até meados da década de 1990.

Natureza da intervenção

O programa escolhido para o edifício foi teve em conta uma série de fatores importantes à regeneração urbana pretendida para esta zona da cidade. Optou-se por escolher um programa que seja um híbrido entre a esfera pública e a privada, para tal transformou-se um antigo edifício emblemático na cidade, na sede do N.A.R.V. em conjunto com um centro de estudos focado na área das artes.

Esta relação permite tornar o funcionamento do edifício mais dinâmico, o seu carácter público garante o seu funcionamento, enquanto o setor privado pode agir como elemento dinamizador do espaço. (NARV dar oportunidades)

A escolha incidu sobre o N.A.R.V. uma vez que este núcleo até á bem pouco tempo não tinha um edifício sede, rodando de edifício em edifício conforme a vontade e disponibilidade do município, uma vez que era este que lhes cedia os espaços. Este tipo de rotatividade não era benéfica uma vez que consumia muito tempo com a logística e instigava um sentimento de instabilidade.

O N.A.R.V., representa os 212 membros efectivos da Ordem dos Arquitectos Secção Regional do Norte em Viseu (OASRN, 2013), tem como objetivo a promoção da arquitectura como disciplina e prática profissional. Procura defender o interesse da classe dos arquitetos da região e promover uma proximidade dos cidadãos com o trabalho dos arquitetos, atuando pedagogicamente elucidando sobre as ações e competências dos arquitetos. Pretende também estabelecer uma relação com diversas associações, escolas e universidades fomentando o acesso à disciplina da arquitetura.

Tem como objetivo prestar um apoio dinâmico, que pretende mostrar as valências da área, demonstrando que a sua ligação às pessoas é muito mais rica e próxima do que inicialmente aparenta

A sua atuação tem sido bastante interessante na cidade, a aproximação é feita através da criação de iniciativas, seminários, conferencias e workshops, onde a temática da a arquitectura procura ser enraizada na plateia a pouco e pouco. Através destes mecanismos procura-se promover a arquitetura, a abordagem tida considerou como público alvo todos os cidadãos e não apenas elementos ligados à classe da arquitetura. Uma localização estratégica,

bem enquadrada no tecido da cidade, aliada a um projeto de regeneração urbana poderá gerar novas oportunidades de aproximar a disciplina da arquitetura dos cidadãos.

No que diz respeito ao centro de estudos o programa não pretende ser rígido, a designação de centro de estudos não deve ser apenas conotada ao ensino escolar e académico, mas sim a um significado mais abrangente, o da produção e apreensão de conhecimento, em muito semelhante aos espaços de *coworking*, sem os custos de aluguer do espaço que estes acarretam.

Estes elementos na cidade de Viseu (atualmente dois em funcionamento), teem assumido um papel preponderante na utilização dos espaços, de alguma forma veem a preencher um défice de espaços onde as pessoas possam estudar ou trabalhar. Cada vez mais assistimos ao crescimento de um nicho de mercado, que tinha pouca expressão, os trabalhadores independentes, nas mais diversas áreas. Isso é visível através do surgimento do conceito de *coworking*, que se resume à criação de espaços onde qualquer pessoa, mediante o pagamento de uma pequena quantia tem acesso a um determinado espaço e condições para trabalhar. Estes espaços são pensados para que haja uma interação entre diferentes pessoas, de diferentes áreas e de diferentes idades. Algo que contribui beneficentemente para uma mistura intergeracional. Desenvolvem o potencial humano e empreendedor do indivíduo assim como a sua capacidade de comunicação, para além de promover também a troca de contatos, possibilitando a quem utiliza o espaço expandir as suas ideias e negócios.

Espaços com este carácter crescem tendencialmente por todo o mundo e estão diretamente relacionados com o meio artístico (design, música, arquitetura) mas não se restringem a esse. Outro factor que contribuiu para englobar um centro de estudos na propostas, foi a sua localização estratégica na cidade, uma vez que nas imediações existem alguns estabelecimentos de ensino, nomeadamente a escola primária junto à igreja de São Miguel de Fetal, a escola secundária Emídio Navarro e a Universidade Católica.

Um espaço com estas características, gera dinâmicas e atrai pessoas, muitas destas plataformas, podem contribuir para a regeneração social dos espaços, daí a sua inclusão na proposta.

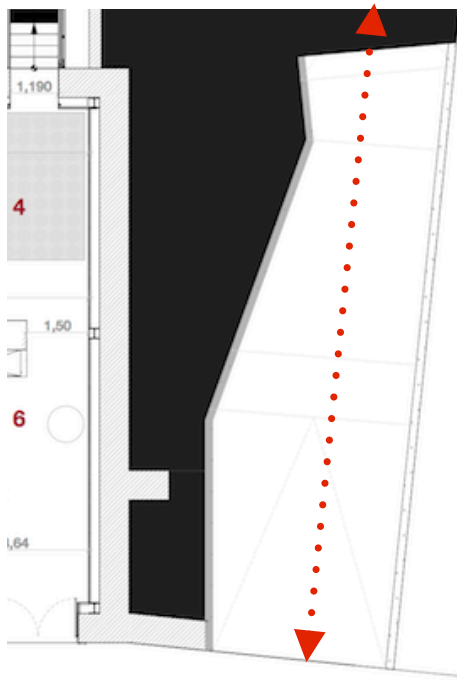


fig. 15: Acesso de ligação entre as duas ruas
fonte: do autor

A nível programático o piso térreo contém um auditório, pretende-se que este seja um centro de difusão cultural, aberto ao público em geral, com a capacidade de captar pessoas do centro de estudos que se encontra a funcionar no mesmo edifício. Tem como objetivo dar apoio a iniciativas públicas ou privadas, existem quatro entradas para este espaço, duas laterais, no foyer, para o público e duas de emergência, uma em cada extremo com saída para os átrios, estas entradas podem também ser usadas por questões

de logística (cargas e descargas de equipamentos).

O Foyer estabelece relação direta com o pátio exterior, permite se assim se desejar, uma continuação do espaço com o exterior, este espaço é híbrido, pois contém uma cafeteria e é uma zona de exposições. O corredor que atravessa todo o edifício, dá acesso também ao elevador e a uma zona de exposições inteiramente dedicada ao NARV.

O pátio exterior apresenta-se como um espaço de estar com uma forte ligação com edifício, pois é o local que consegue ter a melhor leitura do alçado Este, em simultâneo tem um carácter mais reservado uma vez que funciona a uma cota inferior em relação ao resto do espaço exterior, o que lhe confere de certa forma esse carácter.

O acesso ao piso 1 a partir do piso térreo pode ser feito de três formas, por o elevador no corredor que liga os átrios, por duas escadarias interiores, uma junto ao balcão de informações, outra na zona de exposição do NARV (este volume ocupa agora o espaço do antigo anexo da habitação) e finalmente por o pátio exterior, que tem uma ligação a uma sala de leitura / consulta e ao percurso existente nas traseiras do edifício.

Piso 1 fig.16

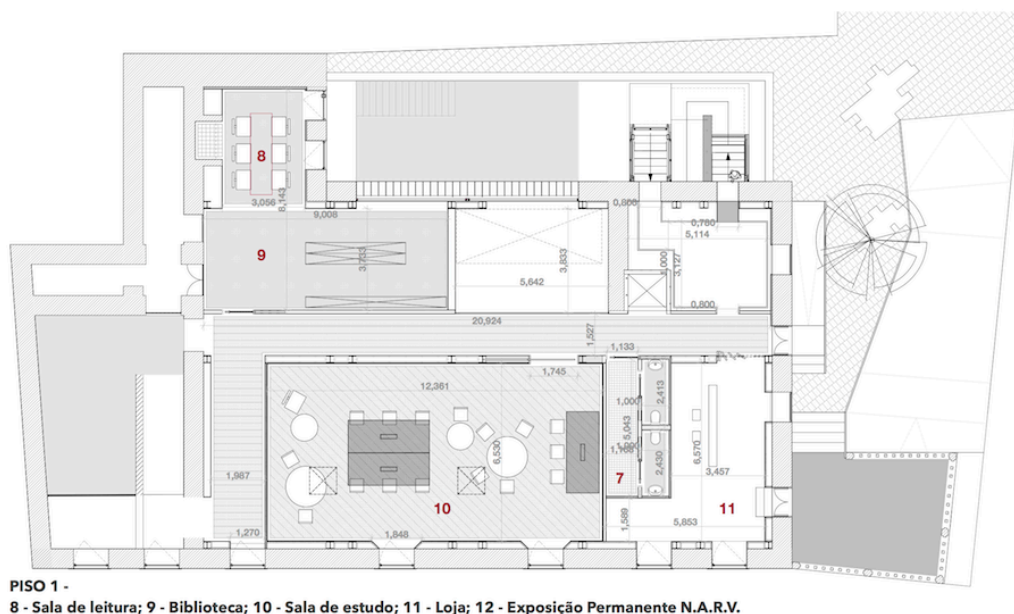
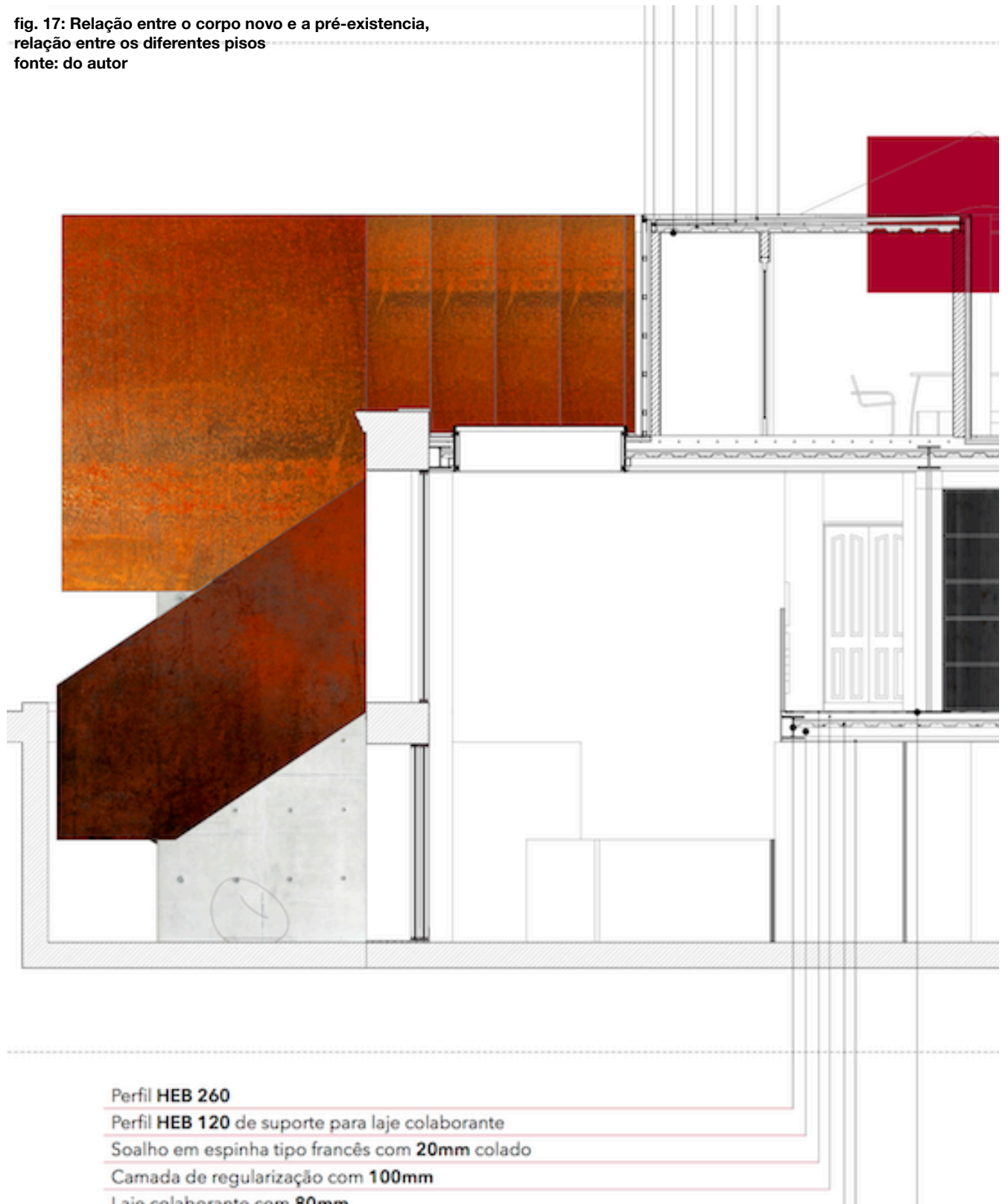


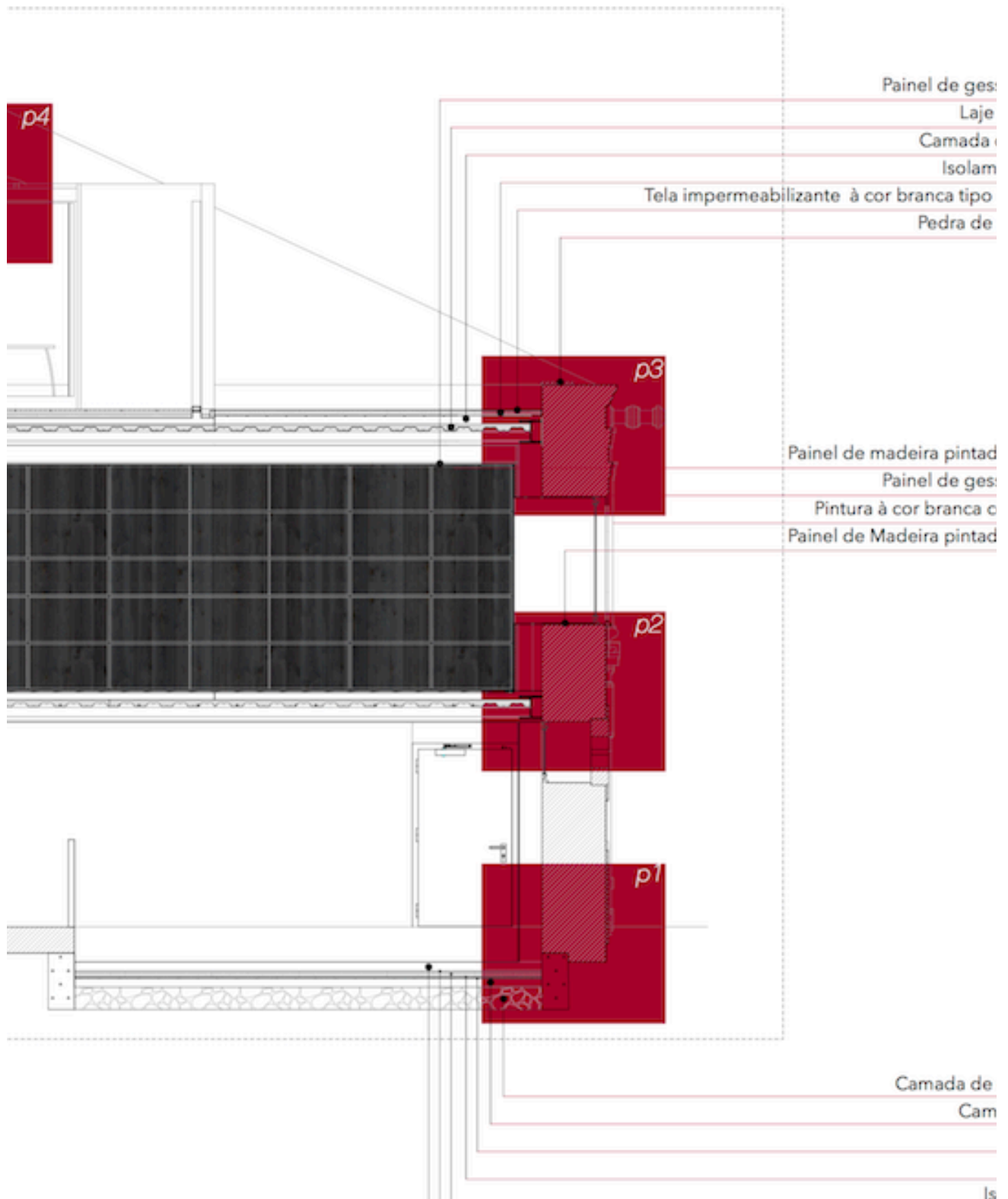
fig. 16: piso1
fonte: do autor

O piso 1 é composto por uma sala de leitura, uma pequena biblioteca, uma sala de estudo / trabalho, uma loja e por uma sala de exposição permanente.

Este piso pode ser acedido diretamente por o exterior por dois acessos existentes no alçados sul, um que liga a um corredor em “L” que processa a distribuição a todos os compartimentos do piso e um segundo por a loja, através da varanda. O corredor estabelece uma relação visual com o piso térreo pois parte dele, em conjunto com a biblioteca constituem uma mesanina. Anexa mini biblioteca está uma sala de leitura, localizada na zona da primeira cozinha do edifício, da qual se aproveitou a lareira. Este elemento manteve-se uma vez que a sua utilização torna o espaço mais apelativo e confortável, pois altera o ambiente da sala. Como já referido esta sala tem acesso direto ao exterior. A sala de trabalho / estudo assume-se como o espaço mais nobre do edifício , por o desenho dos seus alçados, por a sua materialidade e cor, os paramentos são revestidos a madeira, no qual se configurou um almofadado, o uso da cor escura sobre a madeira ajuda a criar uma atmosfera diferente do resto dos compartimentos, foi pensada para evitar os reflexos da luz e para ajudar à concentração de quem utiliza o espaço.

fig. 17: Relação entre o corpo novo e a pré-existência,
relação entre os diferentes pisos
fonte: do autor

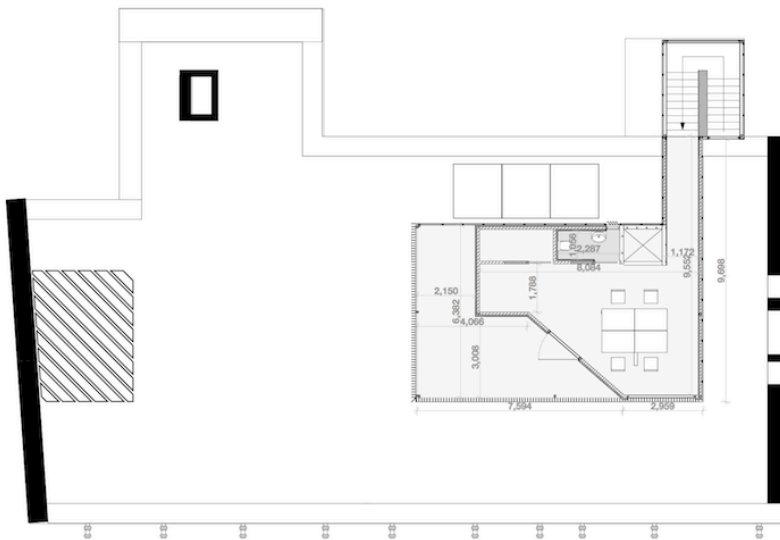




delimite de cada sala permite identificar cada um dos espaços.

Outro espaço com especial interesse é zona de transição entre caixas de escadas, neste compartimento foi aberto um novo vão de modo a quem transite entre pisos se veja obrigado a entrar neste espaço, aqui é possível ver o edifício no seu estado de ruína, o revestimento das paredes é feito apenas por molduras de aço com 3mm e com 100mm de espaçamento entre si, deixando o seu suporte no estado de degradação em que se encontrava. Assim permite que exista uma relação visual com a pré-existência, regista um momento da vida do edifício.

Piso 2 fig. 18



**PISO 2 -
13 - Administração**

**fig. 18: piso2
fonte: do autor**

O piso 2, contém a administração do edifício e a sede do NARV e um espaço exterior, optou-se por não ocupar toda a área disponível, o corpo anda recuado dos alçados, este, da rua João Mendes só é perceptível por os vãos do antigo varandim. A imagem dos paramentos pré-existentes assumem agora um aspeto escultórico uma vez que já não têm qualquer relação com a funcionalidade do edifício. A sua forma foi pensada de modo a

que as vistas não se direcionam diretamente para o edifício que está em frente, assim como a colocação do laminado de aço *corten*, edifício esse que alberga uma residencial, salvaguardando a privacidade daquele espaço.

A imagem

A proposta, em parte assume-se como uma provocação, pois muitos dos seus espaços aparentam estar inacabados, como é o caso do piso 2, no entanto este novo piso pretende mostrar a contemporaneidade da intervenção.

O inacabado também é uma forma de acabar.

Araújo C. (2013)

Isso é feito através da morfologia e da materialidade do volume que agora assenta na cobertura e da caixa de escadas que aparenta ser a continuação desse corpo. A caixa de escadas desenvolve-se em duas fases, a primeira, em que um corpo se liga do piso térreo ao primeiro piso e uma segunda fase desconectada da primeira, que faz a transição do primeiro ao segundo piso, ligando a um corredor que finalmente estabelece a relação com o último corpo. Demonstra que algo está a acontecer num piso que aparentemente já não existe e comprova que o edifício aparentemente condenado ainda contém em si a capacidade de reter vida.

A sua forma aparenta colar-se ao edifício perfurando-o em alguns pontos, optou-se por usar o aço *corten*, fig. x pois é um material que contrasta com a cor branca (aplicada nos paramentos e em toda a cantaria de granito à vista) escolhida para o edifício. Com isto cria-se uma distinção clara com a imagem e estética do antigo corpo, procura estimular visualmente, por contraste, quem passa e despertar a curiosidade de quem passa.

No que diz respeito à rua, a proposta passa por substituição do atual pavimento, jogando com o seu desenho de forma a não se perceber qual é o espaço do peão e o espaço do automóvel. O objetivo é que esta seja usada por todos sem que ninguém se sinta intimidado por um limite pré-estabelecido, a supressão do passeio como o conhecemos torna o espaço mais acessível, pois permite o seu atravessamento em qualquer ponto. No que toca ao espaço exterior do

bairro da Misericórdia, simplesmente inverteu-se a sua lógica de funcionamento. Este é composto por passeios e áreas verdes. No entanto não é um espaço que apele ao convívio, pois os percursos são periféricos, ladeando uma área verde, que não é utilizada. Com a proposta os espaços verdes ficam integrados numa reticula. Esta marcação é conjugada com o mobiliário urbano que a usa como guia. O espaço ganha assim um carácter central, permitindo à reunião das pessoas num local com mobiliário urbano que fomenta o uso do espaço (Consultar, painel 1 da proposta e painel do mobiliário urbano nos anexos).

Provocação enquanto um estímulo

A proposta tem o objectivo de provocar, despertar a curiosidade das pessoas em relação ao novo uso, diferencia-se do da envolvente, estética e funcionalmente, pretende que assim o edifício seja encarado vivido de uma outra forma, agora relacionada com as novas dinâmicas e valências.

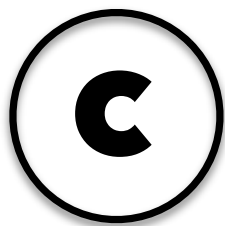
São os utilizadores do espaço que determinam o futuro e a presença da rua na cidade.

Contaminação por inovação

A proposta firma-se sobre uma dualidade, continuidade e rotura, no entanto procura abordar essa dualidade de uma outra perspectiva, tal como as seguintes palavras atribuídas ao arquiteto Fernando Távora, “*em arquitectura o contrário também pode ser verdade*” pretende-se com a proposta jogar com dualidade referida anteriormente, transformando-a. Entenda-se então a continuidade, como uma vontade de transmitir uma linguagem, física, morfológica, diretamente relacionada com a estética e a linguagem arquitectónica, e a rotura com o uso que está atualmente patente no território. Este último será transformado através do programa escolhido para o edifício, assim como a transformação do espaço público envolvente.

A proposta determina um programa, mas este não procura obedecer a uma funcionalidade específica, procura ser aberto ao cidadão e ao espaço a que chama-mos cidade, procura apresentar-se como um edifício, multifacetado, de divulgação e promoção das artes, onde se destaca a arquitectura.

A arquitectura tem de ter a capacidade de provocar, de fazer nascer algo nas pessoas, que mais não seja a dúvida, para que estas se questionem sobre o ambiente que as rodeia.



Conclusão

A arquitetura é uma disciplina transversal a uma série de temáticas, todos eles determinantes da vida dos cidadãos, desde a economia até à cultura. A consciencialização deste facto é apontar

É a contextualização através da construção da sociedade, assume-se com especial relevância, como uma ferramenta indispensável á solução de muitos problemas da sociedade.

O pragmatismo patente na disciplina da arquitetura contribui para uma visão de muitos problemas que a nossa sociedade tem, serve para a sustentação de abordagens e estratégias que visam a resolução desses problemas, nomeadamente no que diz respeito aos centros históricos e áreas em degradação.

Por a sua abordagem ao território ao espaço construído e a todas as implicações que este contem, de alguma forma a arquitetura assume um papel indispensável na compreensão e promoção das relações entre os cidadãos os municípios e com o espaços que habitam.

Com este trabalho mostrou-se que é possível estabelecer uma relação entre as pessoas o arquiteto e o espaço em que habitam, o contato com a comunidade assume-se como um requisito importante para se proceder com uma abordagem ao território. O processo de criação com a participação pública torna-se uma experiência mais enriquecedora. Demonstrou-se que a criatividade, aliada à reabilitação, pode ser assumida como uma estratégias muito interessante para a regeneração do espaço urbano conseguindo salvaguardar os núcleos históricos, desde o edificado até a um conjunto de técnicas e saberes ligados à construção tradicional. O recurso a dois casos de estudo que teem por

base a criatividade aliada ao património arquitetónico e ao desenvolvimento de uma comunidade comprovam que é uma estratégia viável por a percussão que estes tiveram.

Garante também a preservação de vivências e a criação de novas vivências para estes espaços, mantendo ou transformando positivamente a identidade e simbolismo da cidade. A criatividade, por via do projeto e como programa surge como uma ferramenta que pode potenciar a qualidade urbana das cidades, ajudar no seu desenvolvimento económico e promover a integração e coesão social.

Considerar que este tipo de estratégias só funciona quando resulta de uma negociação, conversação do máximo de pessoas e instituições que estejam afetas à parcela de território em análise.

Bibliografia

Benevolo, L. 2006, *A cidade e o arquitecto*: 1ª ed. Lisboa: Edições 70

Babo, A. P., 2006, Dos serviços à infra-estrutura que os possibilita, *Jornal dos Arquitectos - Infra-estruturas*, 225, p.p. 42-45

Cóias, V., 2007. *Reabilitação Estrutural de Edifícios Antigos - Técnicas pouco Intrusivas*: 1ª ed. Lisboa: Editora Argumentum

Choay, F., 2010. *Alegoria do Património*: 1ª ed. Lisboa: Edições 70

CMV., 2010. *Guia para a reabilitação do centro histórico*. [em-linha] Disponível em: <http://cm-viseu.pt/guiareabcentrohistorico/capitulo2/index.php?pag=2> [Consult. Setembro 2013]

ELY, V. e DORNELES, V., 2006. *Acessibilidade espacial do Idoso no espaço livre urbano* [em-linha] Disponível em: <http://pitagoras.unicamp.br/~teleduc/cursos/diretorio/tmp/2549/portfolio/item/32/abergo-26.pdf> [Consult. Novembro 2012]

DGDR, 1998. *Programas URBAN e Reabilitação Urbana - Revitalização de Áreas em Crise*: 1ªed. Lisboa: QuatroPontoQuatro.

Ferreira, C. , Gomes, C.S., 2012. *A cultura, o turismo e as políticas para as cidades, cap. 2 in Patrimoneos, territórios e turismo cultural: recursos, estratégias e práticas*: 1st ed. Lisboa: Âncora Editora.

Florida, R., 2012, *The Rise of the Creative Class: Revisited*. [e-book] Nova Iorque, Basic Books. Disponível em: http://books.google.pt/books?id=I8SDfvVnkgwC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false [Consult. Setembro 2013]

Fortuna, C., 1995. *Os centros das nossas cidades: entre a revitalização e a decadência*, 1ªed. Coimbra: Oficina do CES

Freitag, M., 2004. *Arquitectura e Sociedade*. 1st ed. Lisboa: Dom Quixote

Hanson, J., 2004. *The inclusive City: delivering a more accessible urban environment through inclusive design* [em-linha] Disponível em: <http://eprints.ucl.ac.uk/3351/1/3351.pdf>[Consult. Novembro 2012]

Herzog J. e de Meuron P. de, 2011. *A democracia é boa e má para a arquitectura* [em-linha] Disponível em: <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/herzog--de-meuron-a-democracia-e-boa-e-ma-para-a-arquitectura-1476688> [Consult. Dezembro 2012]

I.N.E., 2013, *O Parque habitacional e a sua reabilitação - análise e evolução 2001-2011* [em linha] Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=165231362&PUBLICACOESmodo=2 [Consult. Novembro 2013]

Jacobs, J., 2009. *Morte e Vida de Grandes Cidades*: 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes

Kung, M., 2006, *3:2:1 Centro de Arte Internacional deSingel*: 1ªed. Porto: Seródio, Furtado & Associados.

Lourenço, N., 2006, A arquitectura dos suportes, *Jornal dos Arquitectos - Infra-estruturas*, 225, p.p.38-41

Lynch, K., 2011[1960]. *A imagem da cidade*, 1ªed. Lisboa: Edições 70

Landry, C., 2005. *Lineages of the Creative City*, [em-linha] Disponível em: <http://charleslandry.com/resources-downloads/documents-for-download/lineages-of-the-creative-city/> [Consult. Maio 2013]

Koolhaas, R., 2007. “In shearch of Athenticity”, in *The endless city*: 1ª ed. Nova Iorque: Phaidon Press Inc.

Merton, R. K., 2002. “Cap.9 - Social structure and anomie”, in *Criminological theories - Brindging the past to the future*. [e-book] Thousand Oaks, Sage Publications. Disponível em: http://books.google.pt/books?hl=pt-BR&lr=&id=mURWG41N77oC&oi=fnd&pg=PA96&dq=durkheim+-+social+anomie&ots=J-Y8n1RqOB&sig=_4uqD-5JBtCWLP-KURmC_B22ktg&redir_esc=y#v=onepage&q=durkheim%20-%20social%20anomie&f=false [Consult. Março 2013]

Muga, H., 2006. *Psicologia da Arquitectura*: 2ª ed. Vila Nova de Gaia; Edições Gaia Livro

Norberg-Schulz, C., 1980 *Genius loci. Towards a phenomenology of architecture*. Londres, Academy Editions

OECD, 1998, *Integrating distressed urban areas*, 1ª ed., Paris: OCDE Publications

OASRN, 2013, núcleos regionais de arquitetura [em-linha] Disponível em: <http://www.oasrn.org/nucleos.php?loc=viseu> [Consult. Setembro 2013]

Pallasmaa, J., 2012. *Pensamento em Forma*: 1st ed.: Centro regional da Beiras da Universidade Católica Portuguesa

Pallasmaa, J., 2005. *The eyes of the skin*: 2nd ed. Chichester: John Wiley & Sons Ltd

Parque EXPO 98, 2012. *Estudo de enquadramento estratégico - área crítica de recuperação e reconversão Urbanística* 1ªed. Amadora: Parque EXPO 98, S.A.

Rodrigues, M. J. M., 2002. *O que é Arquitectura*: 1st ed. Lisboa: Quimera editores, Lda

Rodrigues, S. F., 2009. *A casa dos sentidos*: 1st ed. Lisboa; ARQCOOP - Cooperativa para a Inserção Profissional em Arquitectura

Rosa, M. J. V., 2012. *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*: 1st ed. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

Siza, A., 2012. *Imaginar a Evidência*: 1ªed. Lisboa: Edições 70

Távora, F., 2008 [1962]. *Da Organização do Espaço*: 8ªed. Porto: FAUP publicações

Verdú, P., 2013, Cultura para sair da crise: [em linha] Disponível em: <http://www.presseurop.eu/pt/content/article/3576901-cultura-para-sair-da-crise> [Consult. Maio 2013]

Zevi, B., 2009. *Saber ver a Arquitectura*: 6st ed. São Paulo; Livraria Martins Fontes Editora Ltda

Zumthor, P., 2009. *Atmosferas*: 1ªed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili

Zumthor, P., 2009. *Pensar a arquitectura*: 2ªed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili

Video

Araújo, C., 2011, *Espaços&Casas n° 130 Arq. José Carvalho Araújo*, [em linha]
Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=26IQpitsp3s> [Consult. Fevereiro 2013]

Araújo, C., 2013, *LUGAR DA REGENERAÇÃO URBANA*, [em linha] Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=YODurwq8FRA> [Consult. Julho 2013]

Imagens

INE, 2012. *Projeções da população residente em Portugal 2010 - 2060* [em-linha] Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_p_etarias&menuBOUI=13707095&contexto=pe&selTab=tab4 [Consult. Novembro 2012]

INE, 2012. *índice de dependência dos idosos 2001* [em-linha] Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0000263&selTab=tab10 [Consult. Novembro 2012]

INE, 2012. *índice de dependência dos idosos 2011* [em-linha] Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006042&selTab=tab10 [Consult. Novembro 2012]

INE, 2012. *índice de dependência total* [em-linha] Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006046&selTab=tab10 [Consult. Novembro 2012]

Jardins Efêmeros, 2013. *Rua Direita, esta rua não acaba aqui!* [em-linha] Disponível em: <http://www.jardinefemeros.pt/RUA-DIREITA-ESTA-RUA-NAO-ACABA-AQUI>, [Consult. Setembro 2013]

gnration, 2013 [em-linha] Disponível em: http://3.bp.blogspot.com/-KZj-dC8lNqk/UWUvTYgFDiI/AAAAAAAAAwY/b-gnd7T2v4Y/s1600/775773_335876089862821_1015209178_o.jpg [Consult. Abril 2013]

GNRation, 2013 figura 6 - [em-linha] Disponível em: <http://amusedbrain.files.wordpress.com/2013/07/gnration-atelier-carvalho-araujo-braga-portugal-01.jpg> [Consult. Outubro 2013]

Envelhecimento populacional - Portrait of Sonia (1915) por Isaac Rosenberg [em-linha] Disponível em: <http://www.google.com/culturalinstitute/collection/ben-uri-gallery?projectId=art-project> [Consult. Outubro 2013]



Índice de imagens

Figura 1: p.32 - Transformação de antiga loja em galeria de exposições fotográficas.

Campanhã, Porto

Figura 2: p.45 - Projeções da população residente em Portugal

Figura 3: p.46 - Índice de dependência dos idosos 2001

Figura 4: p.46 - Índice de dependência dos idosos 2011

Figura 5: p.47 - Índice de dependência total 2011

Figura 6: p.56 - GNRation, Braga, 2012

Figura 7: p.57 - Modelo conceptual da proposta

Figura 8: p.59 - Mapa de intervenções

Figura 9: p.63 - Intervenção numa das lojas

Figura 10: p.68 - Evolução da cidade, séc. V a.C., sem e com amuralha respetivamente

Figura 11: - p.68 Evolução da cidade, séc. XVII e XIX, respetivamente

Figura 12: p.70 - Mapa da cidade atual e fluxos

Figura 13: p.75 - transformação ao nível dos usos

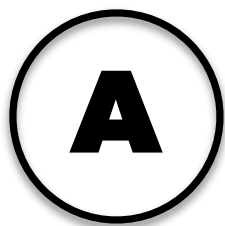
Figura 14: p.81 - piso 0

Figura 15: p.82 - Acesso de ligação entre as duas ruas

Figura 16: p. 83 - piso 1

Figura 17: p.84, 85 - Relação entre o corpo novo e a pré-existência, relação entre os diferentes pisos

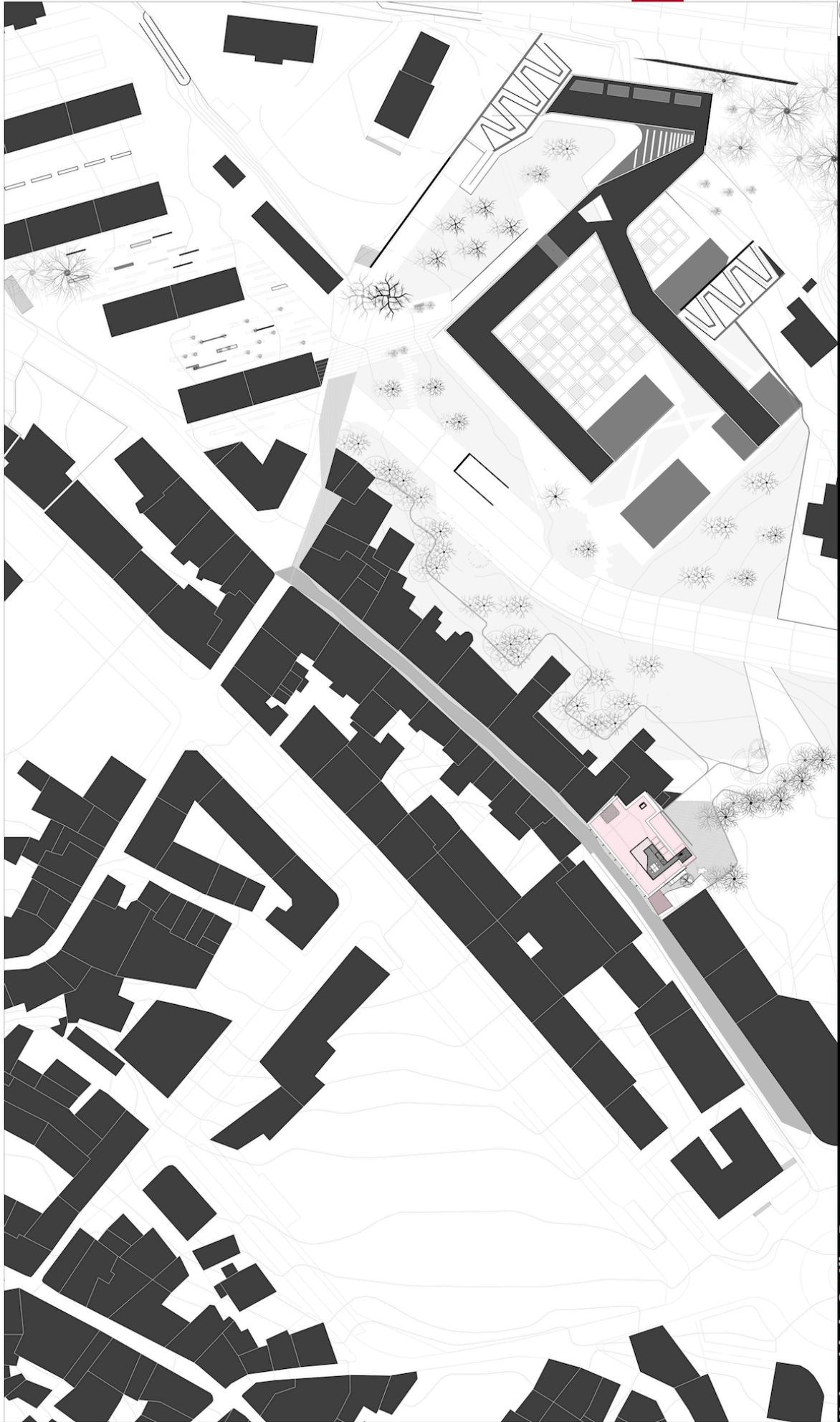
Figura 18: p.86 - piso 2



Anexos





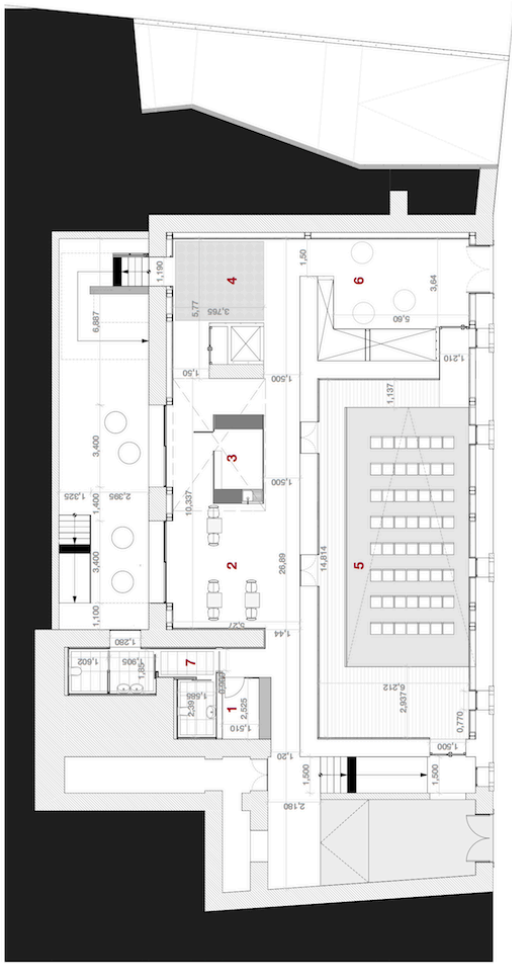




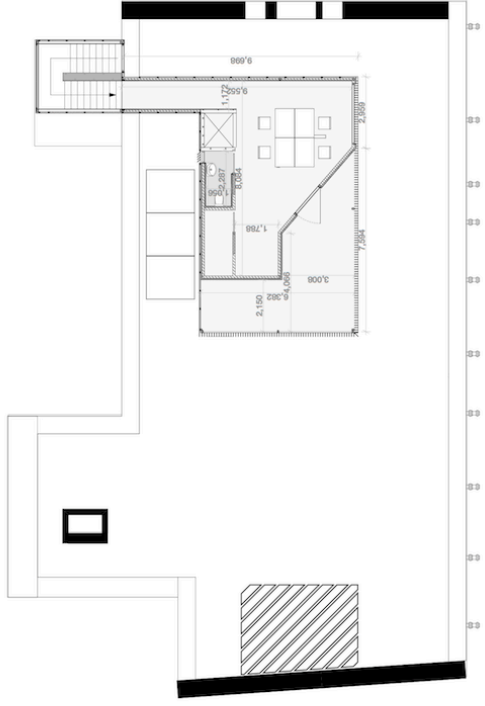
BOCAS

N.A.R.V.

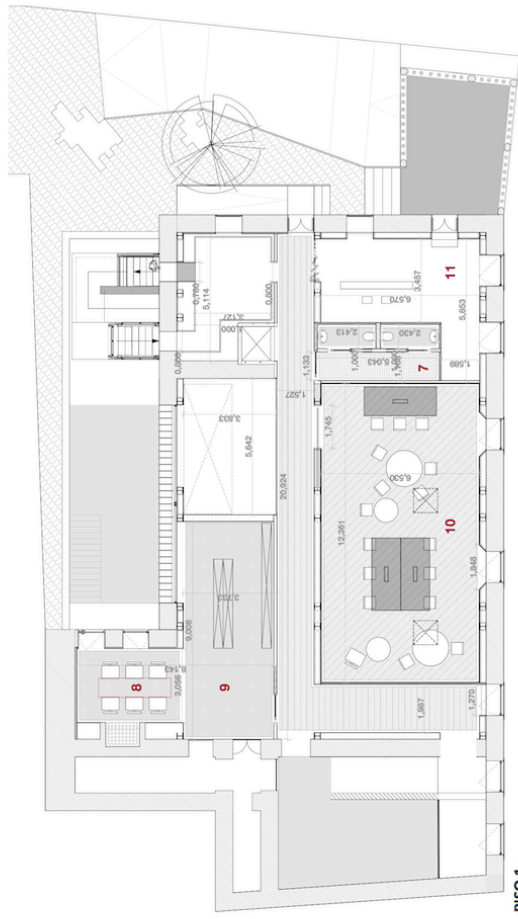
Núcleo de Arquitetos da Região de Viseu + Centro de Estudos
Localização: Rua João Mendes (Casa das Bocas)
Pisos: 2+1 (segunda planta)



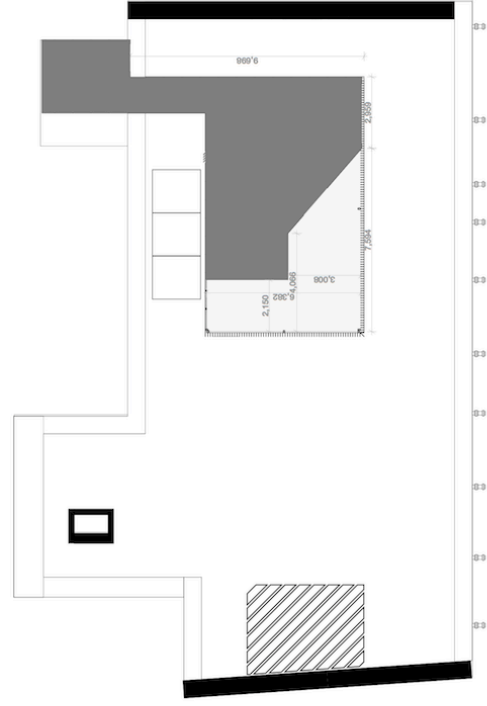
PISO 0 -
1 - Recepção; 2 - Foyer, espaço de exposição; 3 - Bar / Cafeteria; 4 - exposição N.A.R.V.; 5 - Auditorio; 6 - Átrio de entrada;
7 - Sanitários



PISO 2 -
13 - Administração

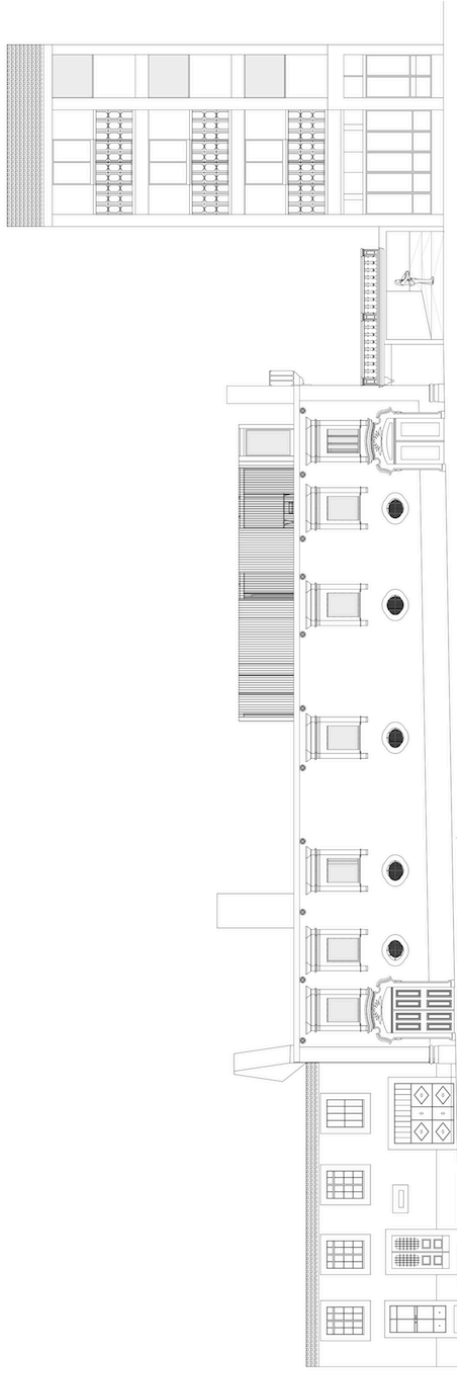


PISO 1 -
8 - Sala de leitura; 9 - Biblioteca; 10 - Sala de estudo; 11 - Loja; 12 - Exposição Permanente N.A.R.V.

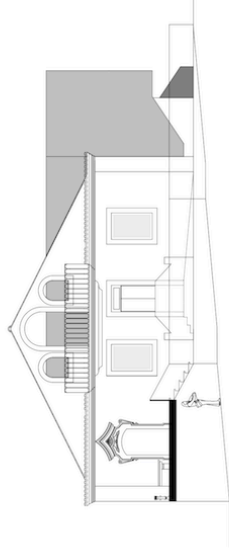


Cobertura

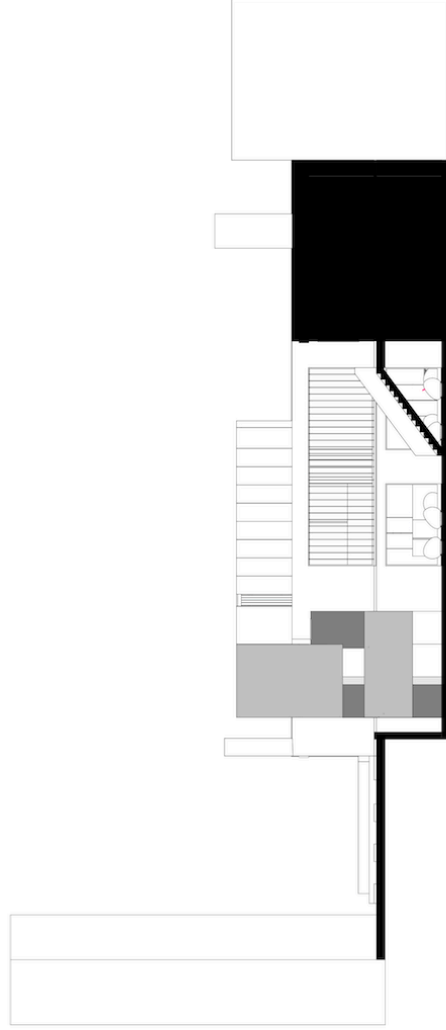




Alçado OESTE



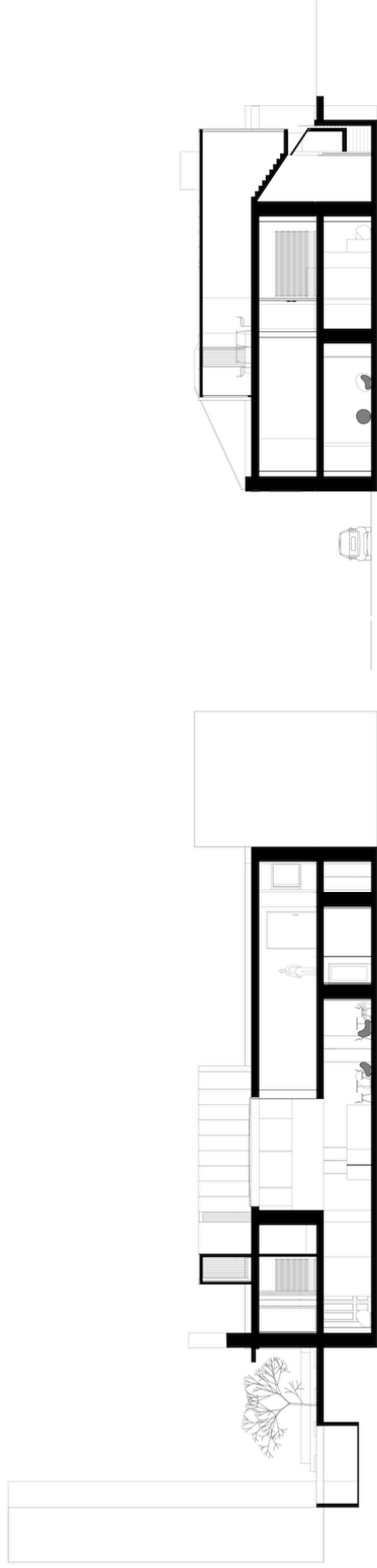
Alçado SUL



panel 3/6

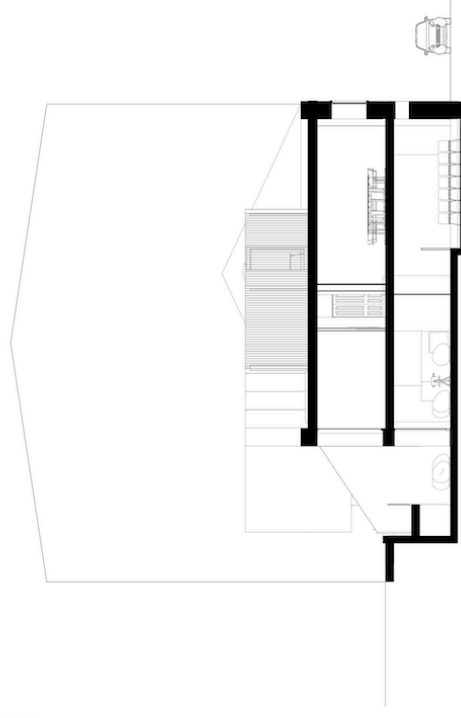
Alçado ESTE





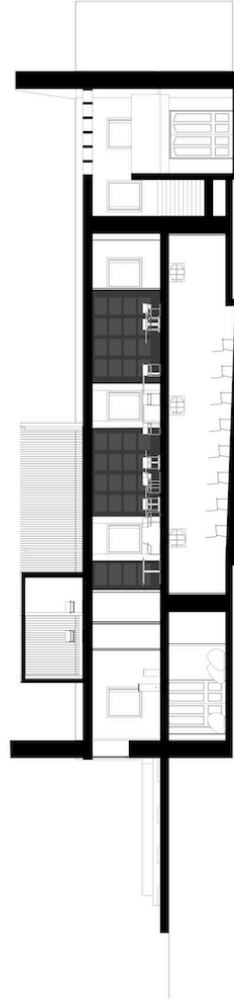
Corte Longitudinal 1

Corte Transversal 1



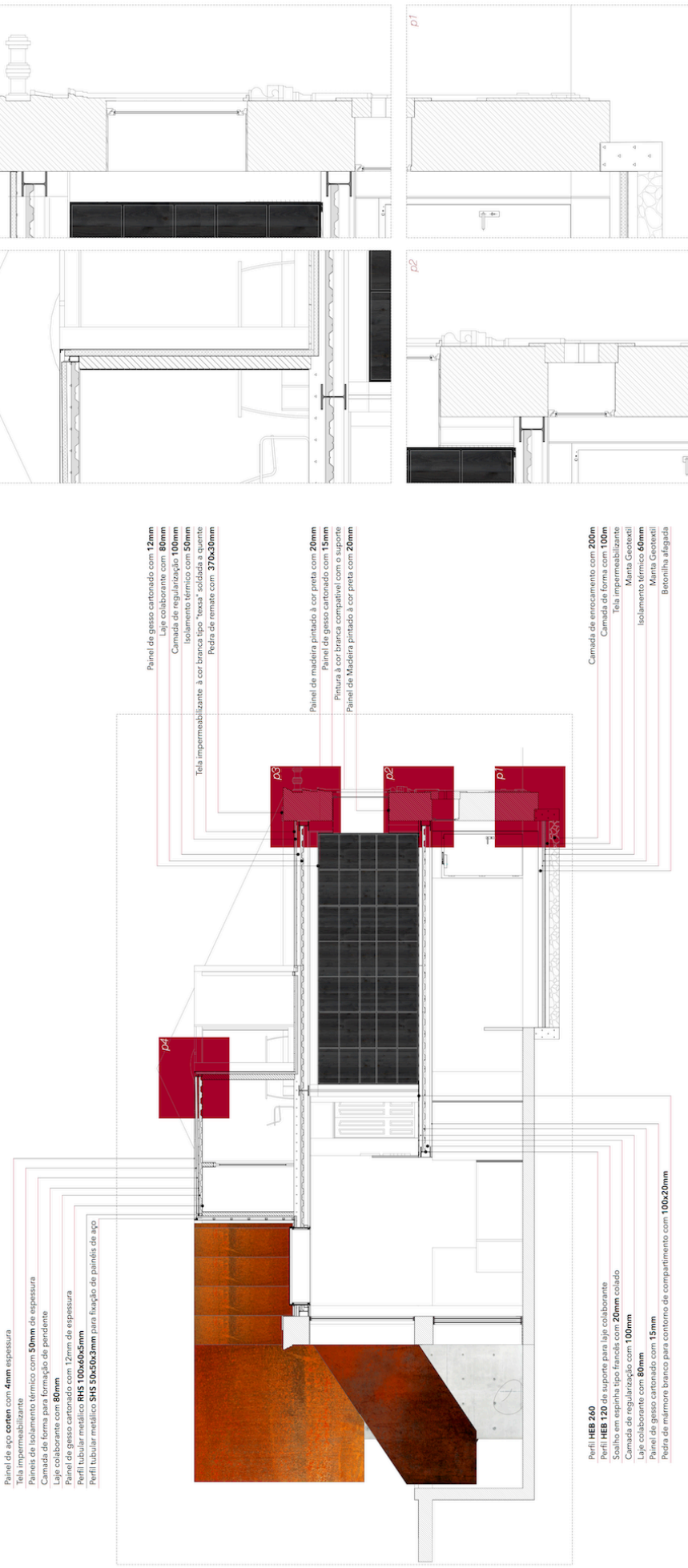
Corte Longitudinal 1

Corte Transversal 2



pa&la 4/6





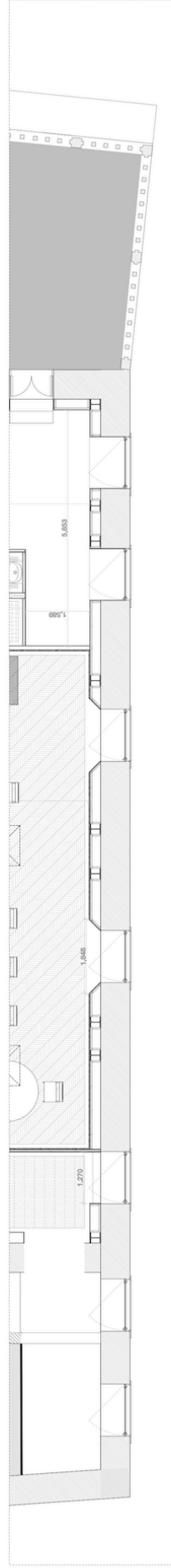
Perfil de aço corten com 4mm espessura
Tela impermeabilizante
Painéis de isolamento térmico com 50mm de espessura
Camada de forma para formação de pendente
Laje colaborante com 80mm
Painel de gesso cartonado com 12mm de espessura
Folha de madeira primada à cor preta com 20mm
Perfil tubular metálico S15 50x50x3mm para fixação de painéis de aço

Painel de gesso cartonado com 12mm
Laje colaborante com 80mm
Camada de regularização 100mm
Isolamento térmico com 50mm
Tela impermeabilizante à cor branca tipo "teixa" soldada a quente
Pedra de remate com 370x30mm

Painel de madeira primado à cor preta com 20mm
Painel de gesso cartonado com 15mm
Pintura à cor branca compatível com o suporte
Painel de Madeira primado à cor preta com 20mm

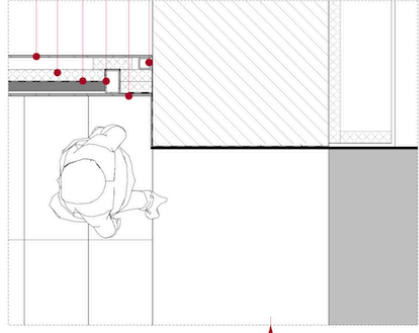
Camada de enrocamento com 200mm
Camada de forma com 100mm
Tela impermeabilizante
Manta Geotêxtil
Isolamento térmico 60mm
Linha Geotêxtil
Bacilina atlagada

Perfil HEB 200
Perfil HEB 120 de suporte para laje colaborante
Selinho em espuma tipo francês com 20mm colado
Camada de regularização com 100mm
Laje colaborante com 80mm
Painel de gesso cartonado com 15mm
Pedra de mármore branco para contorno de compartimento com 100x20mm



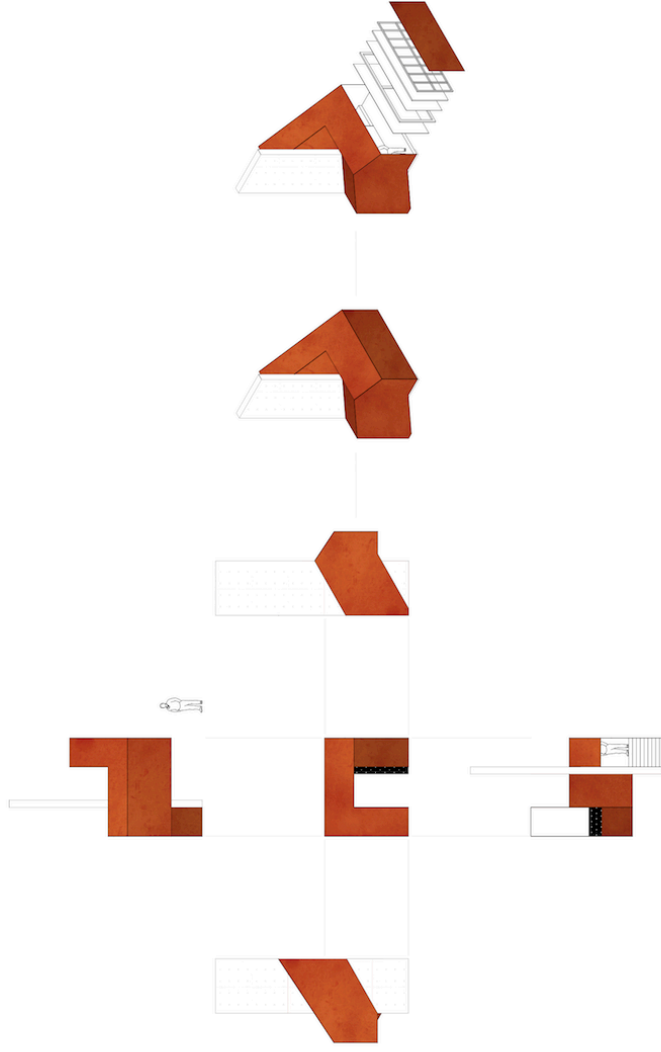
perfil 5/6





- 6
- 4
- 3
- 2
- 1
- 5

- 1 Chapa de aço polido 3mm
- 2 Perfil tubular metálico SHS 50x50x3mm para fixação de painéis de aço
- 3 Tela impermeabilizante
- 4 Isolamento térmico com 50mm
- 5 Perfil tubular metálico RHS 100x60x5mm
- 6 Painel de aço corten com 4mm espessura

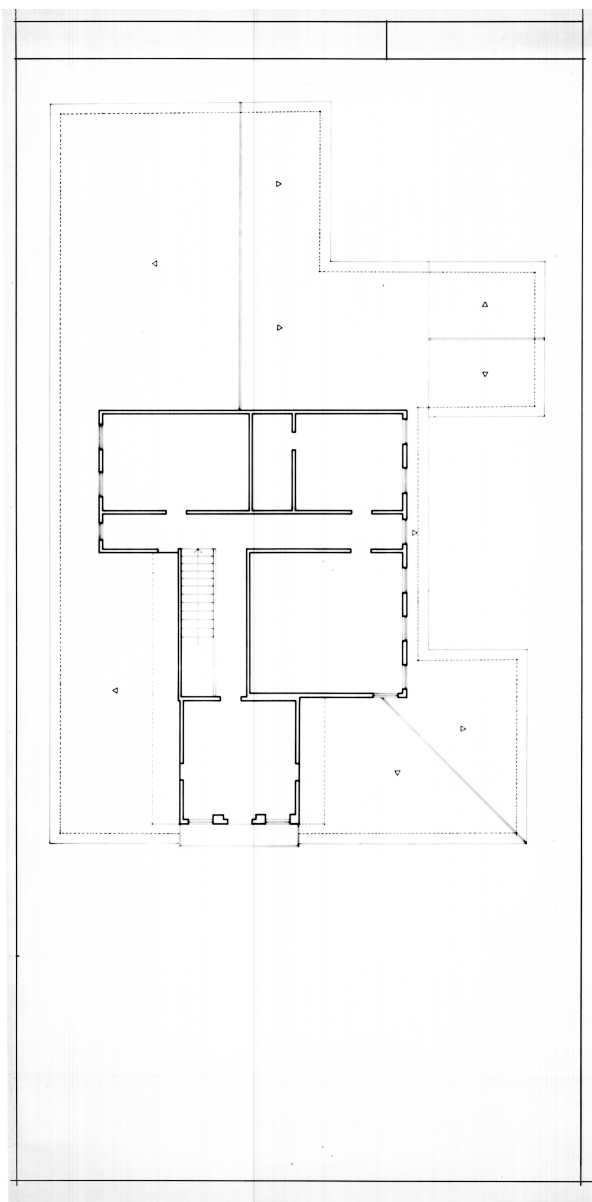


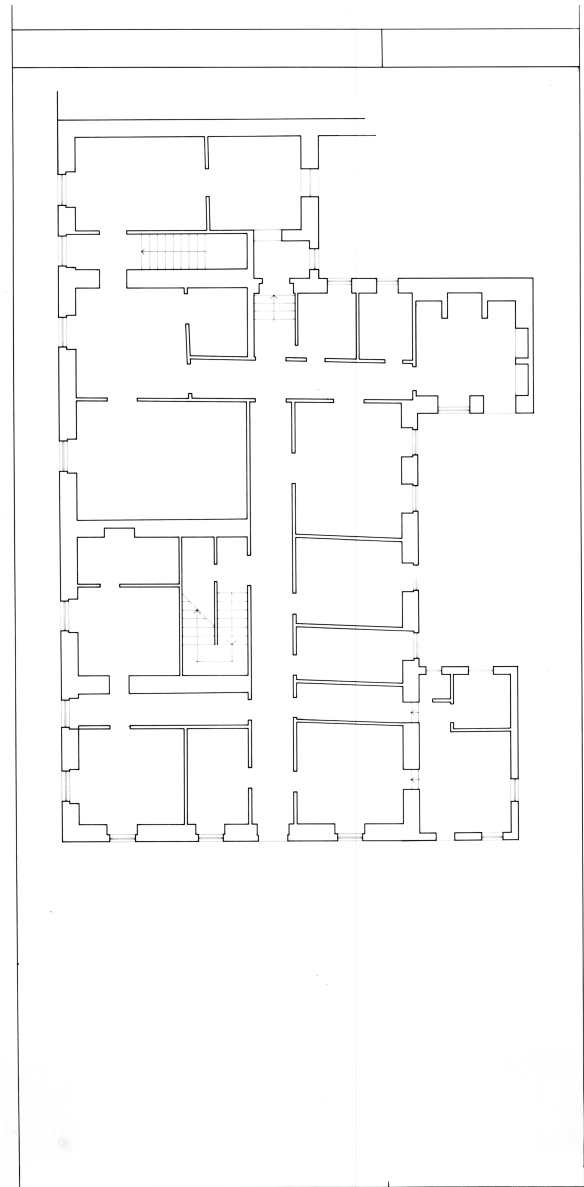
Panel 6/6

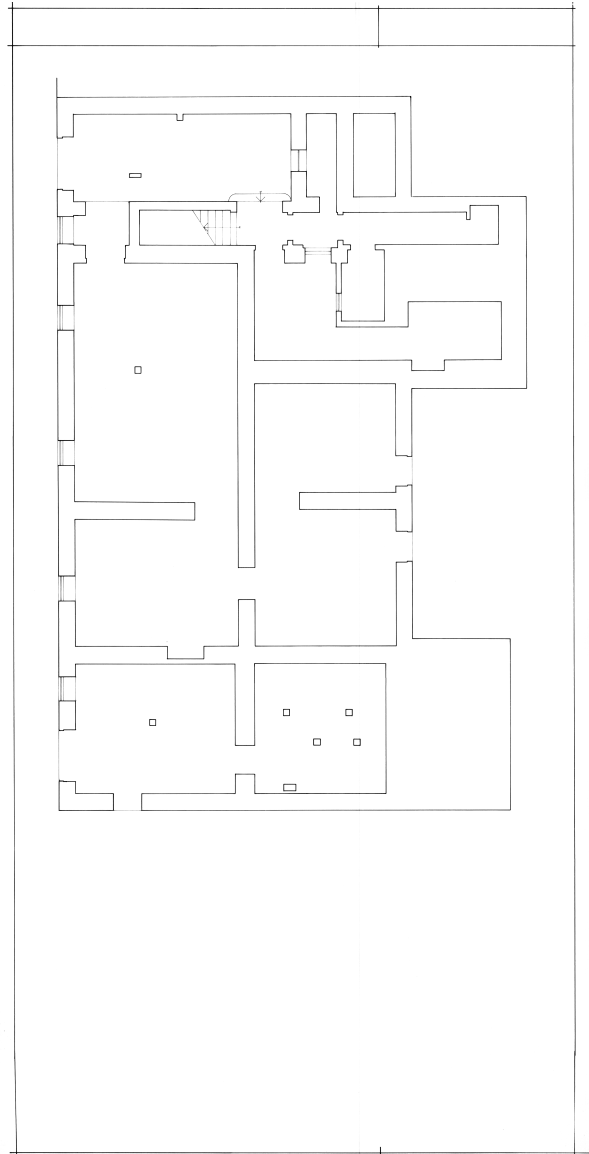
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6



Levantamento feito pela SRU ao edificio da casa das Bocas







Fotografias do atual estado



casa e rua das bocas



regeneração urbana e integração social



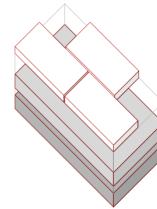
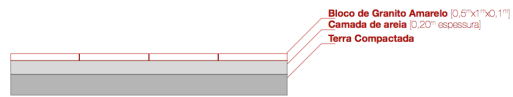
casa e rua das bocas



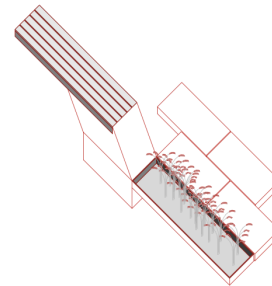
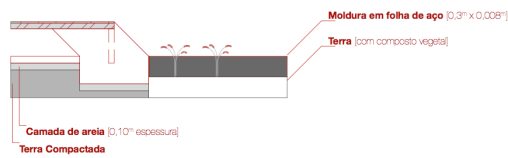
regeneração urbana e integração social

Mobiliário urbano - Bairro da Misericórdia

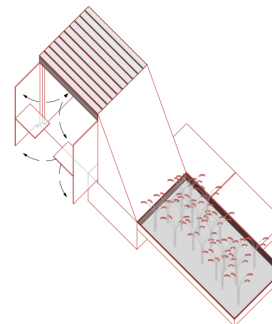
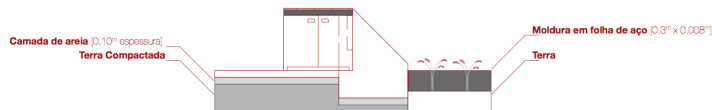
Pormenor pavimento [percurso pedestre]



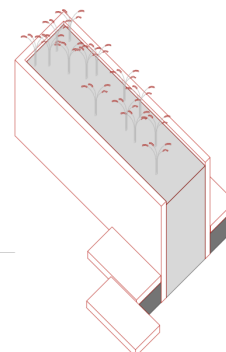
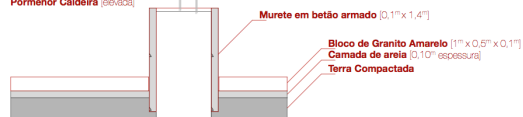
Pormenor Caldeira e mobiliário urbano [banco]



Pormenor Caldeira e mobiliário urbano [mesa + banco]



Pormenor Caldeira [elevada]



OCUPAÇÃO FUNCIONAL DO EDIFICADO



Al. Cabrito São Pedro



Rua Delfina

■ Observa-se facilmente um maior predomínio de edifícios de utilização mista (comércio + habitação) articulado com as zonas de maior circulação pedonal, como da Rua Formosa, Rua Delfina, Avenida Capitão Silva Pereira e a Rua das Bocas.

Este facto prende-se com a proximidade ao centro histórico, um lugar associado a um estado de destino e de degradação, instigado pela expansão urbana, onde a densa malha edificada é fortemente ocupada por comércio tradicional que procura resistir aos efeitos causados pelos centros comerciais. Estes quarteirões no centro histórico da cidade são de construção mais antiga, são predominantemente edifícios de utilização mista, geralmente habitacionais e por construção desajustadas pelo tempo e à sem qualquer tipo de uso.



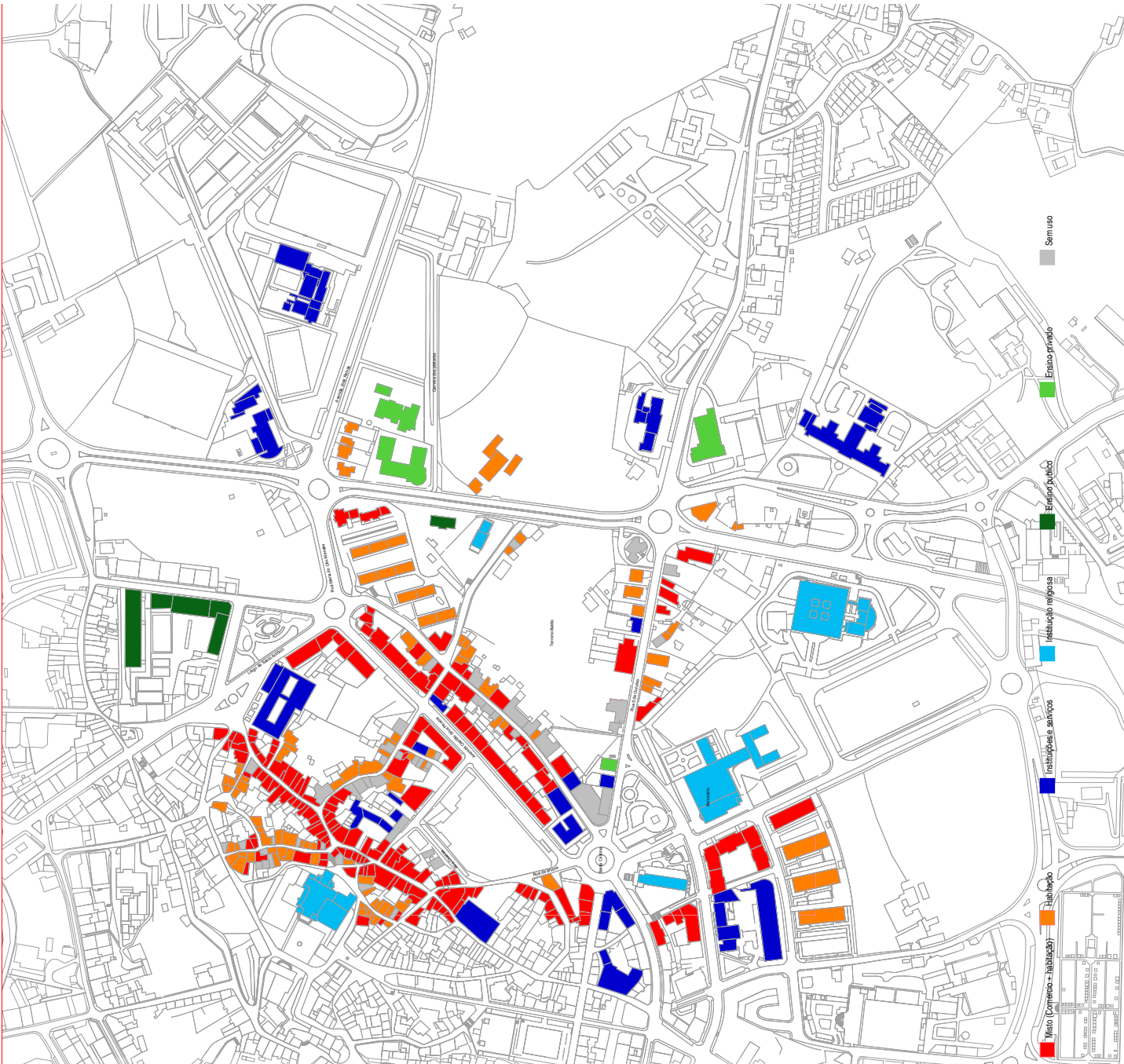
Terço da Imaculada



Sa. de Vito

■ Tratando-se do centro da cidade de Vila Rica, o local de intervenção é caracterizado por uma forte concentração de serviços, estabelecimentos de ensino e instituições religiosas e civis. Estes edifícios são servidos, regra geral, por vias de maior perfil e de acesso rápido visando facilitar o acesso às mesmas por parte da população, afastando-se das estreitas e tortuosas ruas do centro histórico.

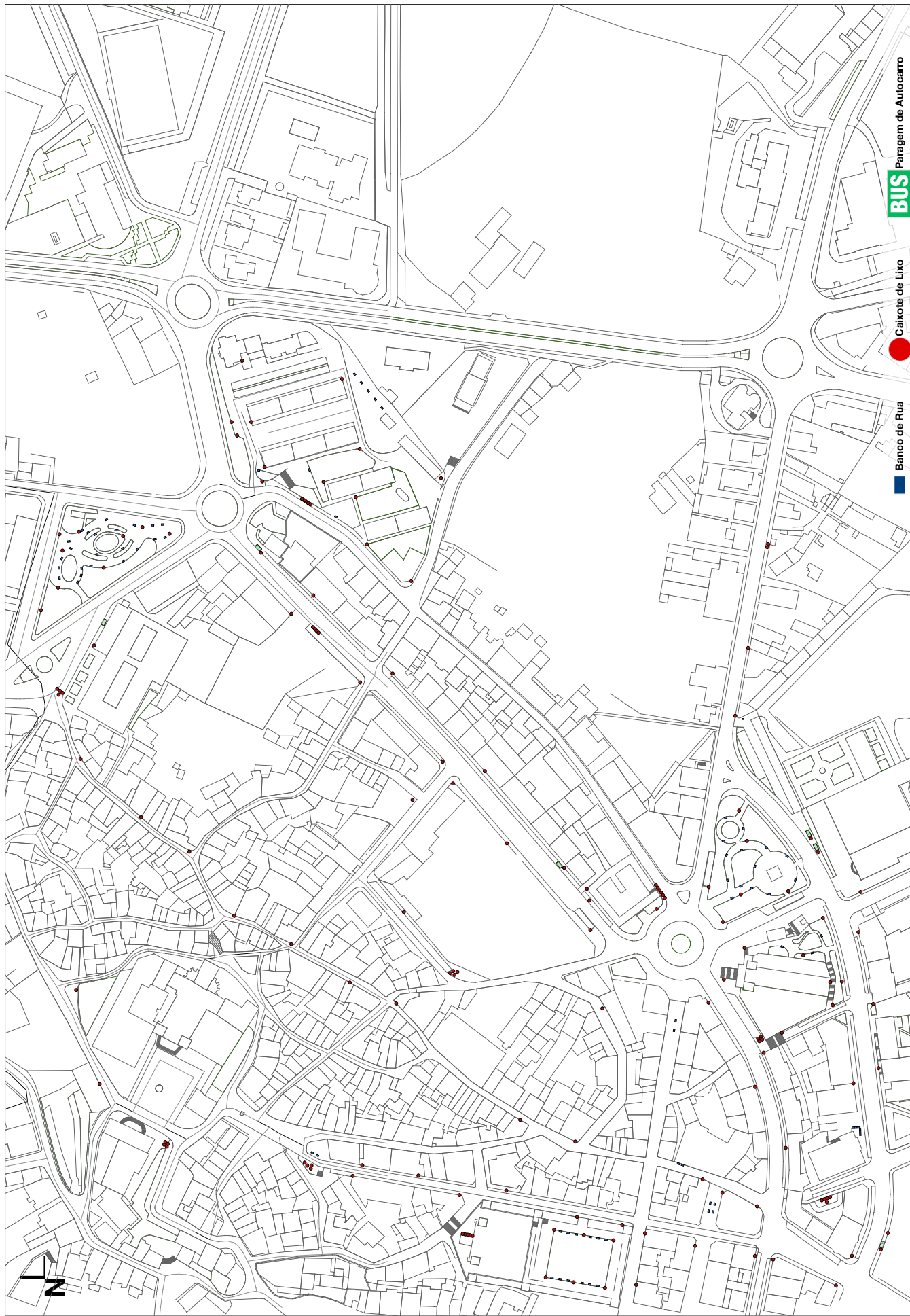
Destaque ainda para a inexistência de mobilização unitária dentro do área analisada dado que este tipo de ocupação é característico dos novos perímetros urbanos.



PROJECTO INTEGRADO DE PAISAGEM
 Prof. Dr. António Silva
 Prof. Ricardo Mendes
 Prof. Dra. Cláudia Ventura
 Rua Santos Gonçalves Ribeiro José Massa Parque Habitus 011/2012

GRUPO B





BUS Paragem de Autocarro

Calhote de Lixo

Banco de Rua

Catarina Morais | João Almeida | Ricardo Afonso | Ricardo Costa

Folha 9 07-11-2012 P. I. Urbano IX / P. I. Paisagem
Mobilitário Urbano escala 1:1000

GRUPO



privado
privado não visitável
semi - público
público

MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS – MAEC
FICHA DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av.: Rua João Mendes (Rua das Bocas)
n.º/lote: andar:
Freguesia: São José Concelho: Viseu
Código postal: 3500 - 142 Viseu Localidade: Viseu

B. FOTOGRAFIAS



C. CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO

Implantação do edifício <u>Em Banda</u>	Impermeabilização das áreas envolventes <u>impermeabilizados parcialmente</u>	N.º de pisos do edifício acima da cota da soleira <u> _3 </u>	N.º de unidades no edifício enterrados <u> _0 </u>	N.º de unidades no edifício <u> _1 </u>	Época de construção <u>XVII / XVIII</u>
--	--	--	---	--	--

D. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

Uso da unidade <u>Habituação (sem uso)</u>	N.º de pisos da unidade <u> _3 </u>	N.º de divisões da unidade <u> _9 </u>	Iluminação natural <u>Parcialmente Sombreada</u>	N.º de dependências <u> _0 </u>
---	--	---	---	------------------------------------

E. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

- O locado acima identificado possui um estado de conservação:
Excelente Bom Médio Mau Péssimo
- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:
Sim Não

Observações: O edifício apresenta riscos para a segurança pública derivado à probabilidade de derrocada. O edifício correspondia a uma antiga habitação que se encontra sem uso à alguns anos. No ano de 2009(?) o edifício desmoronou e encontra-se só as paredes levantadas com riscos também de ruir.

F. EQUIPA

Nome do técnico: Assinatura:
Nome do técnico: Assinatura:
Nome do técnico: Assinatura:
Nome do técnico: Assinatura:

Data de vistoria: _____

CARACTERIZAÇÃO CONSTRUTIVA

A. ESTRUTURA

Fundações

- Alvenaria de pedra
 Alvenaria de tijolo
 Sapatas de betão
 Ensoleiramento geral
 Estacas de madeira
 Estacas de betão
 Outra _____
 Não sabe

Elementos verticais

- Paredes resistentes de alvenaria de pedra
 Paredes resistentes de alvenaria de tijolo ou de blocos de betão
 Paredes resistentes de alvenaria confinada de tijolo maciço ou de blocos de betão
 Pilares de betão armado
 Outra _____
 Não sabe

Pavimentos

- Madeira
 Madeira com vigas metálicas
 Laje maciça de betão armado com vigas
 Laje fungiforme maciça de betão armado
 Laje fungiforme aligeirada de betão armado
 Laje aligeirada de betão armado com vigotas
 Pranchas de betão armado ou pré-esforçado
 Pré-lajes
 Outra [pavimentos em pedra](#)
 Não sabe

B. COBERTURA

Forma: Inclinação | Em terraçoEsteira horizontal: Sim | Não

Estrutura de suporte

- Madeira
 Madeira
 Metálica
 Laje maciça de betão armado
 Laje aligeirada de betão armado com vigotas
 Vigas / vigotas de betão armado com muretes de alvenaria
 Outra _____
 Não sabe

Revestimento da cobertura em terraço

- Impermeabilização aparente
 Betonilha
 Ladrilho cerâmico ou hidráulico
 Tijoleira
 Seixo rolado
 Outra _____
 Não sabe

Revestimento da cobertura inclinada

- Telha cerâmica
 Telha de betão
 Chapas metálicas
 Chapas plásticas
 Chapas de fibrocimento
 Canaletes de fibrocimento
 Outra _____
 Não sabe

Composição da esteira

- Madeira ou derivados de madeira
 Laje maciça de betão armado
 Laje aligeirada de betão armado
 Placas de gesso cartonado/laminado
 Outra _____
 Não sabe

C. PAREDES EXTERIORES

Tosco

- Alvenaria de pedra
 Alvenaria de tijolo com um pano
 Alvenaria de tijolo com dois panos
 Alvenaria blocos de betão de agregados correntes
 Alvenaria de blocos de betão com agregados de argila expandida
 Alvenaria de blocos de betão celular autoclavado
 Outra _____
 Não sabe

Revestimento dos paramentos exteriores

- Reboco
 Azulejo
 Placas de pedra
 ETICS
 Sistema de pintura
 Sem revestimento
 Outro _____
 Não sabe

D. VÃOS EXTERIORES

Material do caixilho

- Madeira
 Alumínio simples
 Alumínio com corte térmico
 PVC
 Ferro
 Vãos sem caixilharia
 Outro _____

Tipo de envidraçado

- Vidro simples
 Vidro duplo
 Janela dupla
 Sem vidro
 Outra _____

E. PAREDES INTERIORES

Tosco

- Alvenaria de pedra
 Alvenaria de tijolo com um pano
 Alvenaria de blocos de betão de agregados correntes
 Alvenaria de blocos de betão agregados de argila expandida
 Alvenaria de blocos de betão celular autoclavado
 Tabique de madeira
 Tabique de madeira e alvenaria
 Divisórias leves com painéis de gesso cartonado / laminado
 Outra _____
 Não sabe

Revestimento

- Madeira
 Reboco
 Estuque
 Azulejo
 Placas de pedra natural
 Sistema de pintura
 Sem revestimento
 Outro _____
 Não sabe

F. REVESTIMENTOS DE PISO

Material

- Madeira
 Pedra natural
 Ladrilho cerâmico
 Ladrilho hidráulico
 Linóleo
 Vinílico
 Aglomerado de cortiça
 Betonilha
 Outra _____
 Não sabe

ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

	Gravidade da anomalia					Extensão da anomalia					Não se aplica	Pond.	Pont.
	Muito ligeiras	Ligeiras	Médias	Graves	Muito graves	Pontual	Local.	Média	Extensa	Total			
	(5)	(4)	(3)	(1)	(1)	(1)	(0,95)	(0,85)	(0,75)	(0,65)			
A. EDIFÍCIO													
1. Estrutura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		x 2 =	1,95
1.1. Fundações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
1.2 Estrutura elevada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>			
1.3 Muros de suporte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
2. Cobertura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	
2.1 Revestimento da cobertura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
2.2 Estrutura de suporte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
2.3 Vãos envidraçados, claraboias e lanternins	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	
2.4 Sistema de drenagem de águas pluviais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	
2.5 Outros elementos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	
3. Elementos salientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	3
B. OUTRAS PARTES COMUNS													
4. Paredes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	
5. Revestimentos de pavimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 1 =	
6. Tetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 1 =	
7. Escadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	
8. Caixilharia e portas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 1 =	
9. Dispositivos de proteção contra queda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	
10. Instalação de distribuição de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 1 =	
11. Instalação de drenagem de águas residuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 1 =	
12. Instalação de gás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 1 =	
12.1 Instalação de gás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
12.2 Armários onde estão contadores e outros elementos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
12.3 Aparelhos a gás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
12.4 Outros elementos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
13. Instalação elétrica e de iluminação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 1 =	
13.1 Instalação de terra	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
13.2 Iluminação de emergência e equipamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
13.3 Instalação de energia e de equipamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
14. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 1 =	
15. Instalação de ascensores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	
16. Instalação de segurança contra incêndio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 1 =	
17. Instalação de evacuação de lixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 1 =	
C. UNIDADE													
18. Paredes exteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	4,75
19. Paredes interiores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		x 2 =	1,3
20. Revestimentos de pavimentos exteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 1 =	2,55
21. Revestimentos de pavimentos interiores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	3
22. Tetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	
23. Escadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	5,1
24. Caixilharia e portas exteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	9
25. Caixilharia e portas interiores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	3
26. Dispositivos de proteção de vãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		x 1 =	0,65
27. Dispositivos de proteção contra queda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	5,1
28. Equipamento sanitário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		x 2 =	1,3
29. Equipamento de cozinha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		x 2 =	1,3
30. Instalação de distribuição de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		x 2 =	2,6
31. Instalação de drenagem de águas residuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	3
32. Instalação de gás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	
32.1 Instalação de gás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
32.2 Armários onde estão contadores e outros elementos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
32.3 Aparelhos a gás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
32.4 Outros elementos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
33. Instalação elétrica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		x 2 =	1,3
33.1 Instalação de terra	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
33.2 Iluminação de emergência e equipamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
33.3 Instalação de energia e de equipamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	
35. Instalação de ventilação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	
36. Instalação de climatização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	
37. Instalação de segurança contra incêndio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		x 2 =	

D. DESCRIÇÃO DAS ANOMALIAS "GRAVES" OU "MUITO GRAVES"

N.º do elemento funcional	Relato síntese da anomalia	Identificação das fotografias
1	A estrutura apresenta anomalias muito graves, principalmente na estrutura elevada. As paredes portantes perderam as suas características estruturais e representam riscos de queda. As paredes apresentam anomalias derivado da infiltração de água de chuva visto estar em contacto directo por falta de cobertura.	_____
3	Os elementos salientes apresentam anomalias graves derivadas da infiltração de humidade principalmente e do envelhecimento dos materiais. Alguns elementos apresentam fendilhação grave com riscos de queda.	_____
18	As paredes exteriores apresentam anomalias graves de variados tipos: anomalias derivadas à acção da humidade, fendilhação, envelhecimento e degradação dos materiais e desajustamentos. Estas derivam da infiltração de águas da chuva, da idade da construção e as condições de exposição das paredes. As paredes constituem perigo para a saúde pública devido a probabilidade de derrocada.	_____
19	As paredes interiores apresentam anomalias muito graves de variados tipos: anomalias derivadas à acção da humidade, fendilhação, envelhecimento e degradação dos materiais e desajustamentos. Estas derivam da infiltração de águas da chuva, da idade da construção e as condições de exposição das paredes, igualmente como as paredes exteriores mas estas apresentam maior perigo de queda e encontram-se os materiais a desagregar uns dos outros.	_____
21	Os pavimentos interiores apresentam anomalias graves de variados tipos: anomalias derivadas a fendilhação, envelhecimento e degradação dos materiais e desajustamentos. Estas resultam da idade da construção e as condições de exposição dos pavimentos as condições climatéricas. Os ladrilhos cerâmicos encontram-se partidos derivado a ceda de elementos das paredes e da cobertura e por possível vandalismo.	_____
24 2 5	As caixilharias e portas interiores e exteriores apresentam anomalias graves de vários tipos: anomalias devido à acção de humidade, envelhecimento e degradação dos materiais, desajustamentos e devido a agentes atmosféricos. As portas de madeira e as janelas perderam a sua função, o material encontra-se fortemente danificado por podridão e os vidros estão partidos.	_____
26	Os dispositivos de protecção de vãos apresentam anomalias muito graves do carácter das apresentadas nas caixilharias e nas portas. Os elementos perderam o seu uso e provocam risco para a segurança por motivos de queda. Os dispositivos são portadas em madeira que manifestam quase na sua totalidade podridão dos elementos.	_____
28	Os equipamentos sanitários apresentam anomalia muito graves, os elementos não existem por motivos de roubo. O local da instalação apresenta anomalias relativamente apresentadas anteriormente.	_____

E. OBSERVAÇÕES

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

D. DESCRIÇÃO DAS ANOMALIAS "GRAVES" OU "MUITO GRAVES"

N.º do elemento funcional	Relato síntese da anomalia	Identificação das fotografias
2 9	Nos equipamentos de cozinha as anomalias são muito graves, apenas existe uma pequena zona fortemente danificada. As anomalias derivaram do agravamento dos elementos estruturais e a cobertura que derrocou e destruiu parte do interior.	_____
3 0	As instalações de distribuição de água apresentam anomalias graves, existe unicamente o ponto de instalação a restante ligação já se encontra inexistente. No ponto de ligação as canalizações estão oxidadas impedindo o uso normal.	_____
3 1	As instalações de drenagem de águas residuais apresentam anomalias graves, existe unicamente uma ligação ao exterior que é visível, a restante instalação não é perceptível. Neste ponto as canalizações estão danificadas devido ao envelhecimento do material e á falta de protecção e manutenção.	_____
3 3	As instalações eléctricas apresentam anomalias muito graves, os elementos encontram-se em contacto directo com água das chuvas, existem fios pendurados no meio dos compartimentos que podem causar problemas de segurança.	_____

E. OBSERVAÇÕES

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....